**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**
**CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

**ROMÊNIA OLIVEIRA DE SOUZA**

# POR OUTROS MODOS DE PERCEBER A POBREZA:
## Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará.

**Juazeiro do Norte (CE)**
**2014.**

**ROMÊNIA OLIVEIRA DE SOUZA**

# POR OUTROS MODOS DE PERCEBER A POBREZA:

## Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável.
**Área de concentração**: Desenvolvimento Regional Sustentável.

**Orientadora:** Valeria Giannella Alves.

**Juazeiro do Norte (CE)**

**2014.**

FICHA CATALOGRÁFICA:

SOUZA, R. O. de
**Por outros modos de perceber a pobreza:** Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará. / Romênia Oliveira de Souza
Juazeiro do Norte, 2014.
99 p.

Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará.

1. Ecologia dos saberes. 2. Pobrezas. 3. Percepções. 4. Fotografias. I. UFCA. PRODER. II. Título.

**ROMÊNIA OLIVEIRA DE SOUZA**

**POR OUTROS MODOS DE PERCEBER A POBREZA:**
**Narrativas imagéticas de moradores do bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), do Centro de Estudos do Semiárido da Universidade Federal do Cariri, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável.
**Área de concentração**: Desenvolvimento Regional Sustentável.
**Linha de pesquisa:** Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: 11 / 11 / 2014

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof.ª Pós-dr.ª. Valeria Giannella Alves (orientadora)
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)

_____
Prof.ª Dr.ª Verônica Salgueiro do Nascimento
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)

_____
Prof.ª Dr.ª Francisca Laudeci Martins Souza
Universidade Regional do Cariri (PRODER/URCA)

_____
Prof.ª Dr.ª Adriane Vieira Ferrarini
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS)

## AGRADECIMENTOS

Diz minha avó materna, Maria, que eu sou uma pessoa de muita sorte. Eu lhe respondo que não, eu sou uma mulher determinada e ‘vou atrás’ do que quero. Àquilo que ela chama de sorte, eu chamo de conquista meritória. Entretanto, não nego que muitas vezes o universo conspira ao meu favor. Lembrando os caminhos que trilhei para chegar até aqui, a cada conquista dei muito de mim, recebi apoio e ajudas, caminhei, conclui e iniciei outros percursos. A minha ‘sorte’ ou ‘resultado da conspiração do universo’ está nas pessoas que conheci e que participaram do meu processo de me reinventar a cada dia. Fazendo analogia às águias que, ao envelhecerem perdem suas penas, unhas e bico, e são alimentadas por outras águias mais novas até se recuperarem e se tornarem mais fortes e belas, é mais ou menos assim que me sinto hoje: cheguei a uma fase da vida em que o velho ‘eu’ não me bastava, fui alimentada pelo conhecimento e sabedorias de outras águias que encontrei ao caminhar e, hoje, estou mais bela e forte. E são para essas águias que dedico estas linhas...

Laudeci Martins, tua sabedoria ajudou a abrir minha mente e meus olhos, assim como as portas para o meu ingresso neste programa de mestrado e para o que chegou até mim a partir daí. Lembro-me da perplexidade do teu olhar quando eu dizia que desenvolvimento sustentável era uma ‘coisa sem sentido’. Eu era ignorante, como algumas pessoas que nós convivemos. Só que, ao contrário delas, eu me abri para o diferente e fui contemplada com possibilidades novas e diversas de pesquisar e viver. Obrigada pela tua paciência para comigo, pelos textos que selecionaste para meus estudos, por ter revisado meu projeto de seleção para o mestrado e participado da banca examinadora desta dissertação. Assim como te agradeço pelas conversas informais que temos e renovam minhas esperanças para lutar pelos meus sonhos grandiosos.

A partir da minha entrada no mestrado e dos encontros com meus companheiros Adriana, Adélia, Jorge, Ariadne, Arthur, Sérgio, Francilda, Eva, Milanya, Thálasso, Neiliane, Marcelo, Aíla, Paula, Petrônio, Anielle, Rose Mary, Socorro e Viviane, desfiz os meus preconceitos relacionados a um curso interdisciplinar. Economistas, geógrafas, psicólogo, enfermeiras, advogados, engenheiros, bióloga, administradores, biblioteconomista etc. vivendo harmoniosamente em uma mesma sala de aula, vendo suas certezas cair por terra, se desmontando e montando novamente. Juntos. E principalmente, sem querer ser melhor que o outro. Nós fomos uma grande equipe. Obrigada pela convivência (com alguns muito mais do que com outros) e pelas experiências de vida compartilhadas. Foram muito preciosos nossos momentos dentro e fora do PRODER. E quero vocês continuamente em minha vida.

Professores Valeria Giannella, Verônica Salgueiro, Suely Chacon, Eduardo Vivian, Paulo Eduardo Cajazeira, Flávio Eiró e Marcel Bursztyn: vocês são demais. Não deve ser fácil trabalhar com uma turma interdisciplinar, mas todos foram receptivos e competentíssimos. Agregaram demais à minha carreira. Obrigada. Verônica, você em especial, me fez repensar a minha forma de ministrar aulas na universidade: agora, eu tento agir de forma dialógica. A tua serenidade me parece inspiradora, principalmente quando eu perco a paciência diante de certos posicionamentos. Obrigada por me apresentar Paulo Freire e por fazer parte da minha banca.

Valeria, grazie per tutto. Sei incredibile. Io sono la tua fan e ti voglio bene. Aprendi muito contigo, dentro e fora da sala de aula. Cada sugestão dada e a tua personalidade me foram extremamente estimulantes. Eu sabia desde o início que tu eras a pessoa certa para trabalhar comigo. E estava certa. Também fiquei muito feliz com nossa parceria. Não imaginas a intensidade da repercussão positiva que tens sobre as minhas escolhas, não apenas neste trabalho, mas nos projetos a serem realizados daqui em diante. Obrigada por todo o 'desmonte', por os autores que me apresentastes – principalmente o Boaventura e o Rahnema.

Tio Everardo, eu agradeço por me contatar com os moradores do Alto da Penha e pelas muitas viagens que fizeste comigo até lá. Desejo que sejas feliz e se realize com tua nova carreira. Obrigada a cada um dos moradores do Alto da Penha que colaboraram com meu estudo. Lamento não poder citá-los agora, por motivos éticos da pesquisa. Não é fácil dar seu tempo a uma estranha e sem receber algo em troca. Mas com suas generosidades vocês me ajudaram a contribuir para os processos de produção de novos conhecimentos e fizeram com que minhas percepções fossem expandidas, me proporcionando novas experiências de vida. Adriane Ferrarini, obrigada pela sua gentileza, simpatia e disposição de atravessar o Brasil para participar de minha banca. Seus conhecimentos foram importantíssimos nas discussões desta pesquisa.

E encerro com uma citação de Lúcia Leitão Santos, em sua tese de doutorado em arquitetura, pela Universidade do Porto (2004, p. xi), que expressa muito o meu momento enquanto pesquisadora: "agradeço-lhes a disponibilidade em considerar o novo, a coparticipação num trabalho que investiga um outro modo de pensar [...], num tempo em que, mesmo na Academia, há os que parecem preferir privilegiar a segurança de um saber que se confirma exaustivamente a correr os riscos inerentes a todo processo de investigação."

*“A crença de que a realidade que cada um enxerga seja a única realidade, é a mais perigosa das ilusões.”*
*(Paul Watzlawick)*

## RESUMO

O tema central deste estudo é a pobreza. Realizamos nossa pesquisa empírica no bairro Alto da Penha, em Crato – Ceará. Nosso objetivo foi discutir a conceituação e a percepção da pobreza urbana a partir de uma epistemologia pós-positivista, de modo a instigar novas percepções e re-conceituações desta temática. Para tal, partimos dos questionamentos das ideias e métodos do paradigma hegemônico, feitos por estudiosos adeptos da Ecologia dos Saberes, de modo a clarificar nossas escolhas teóricas e metodológicas. Trabalhamos com referenciais objetivistas e subjetivistas sobre pobreza, que incluem: a perspectiva economicista; aquelas multidimensionais; e a visão de Majid Rahnema que questiona a sua existência, da forma como normalmente ela é conceituada. As nossas metodologias incluíram a etnografia, o método compreensivo weberiano e, principalmente, a abordagem fotográfica, que nos proporcionou participações ativas dos sujeitos-moradores, partilhando suas percepções sobre o que há de bom e ruim em seu bairro. Todos esses recursos partilham as mesmas bases epistemológicas o que garantiu a coerência da prática desenvolvida. Escolhemos a estratégia de não informar, em uma primeira etapa, os moradores sobre o tema específico da pesquisa (a pobreza urbana), tentando evitar a influência prévia que esta informação teria ativado neles. Como resultado nós colhemos um olhar novo e enriquecedor sobre o bairro; enquanto nossos colaboradores perceberam aspectos subjetivos e objetivos na hora em que fotografavam; no entanto, as imagens que refletiam situações negativas mostraram, antes de tudo, a necessidade urgente de políticas urbanas. Posteriormente, conversamos com eles perguntando o que entendem por pobreza, inclusive para complementarmos nossas análises. O fato de nos fundamentarmos em diferentes referenciais teóricos, nas percepções e fotografias dos moradores, nos abriu diversas e novas possibilidades de enxergar lugares, situações e pessoas rotuladas normalmente de ‘pobres’. E surgiram indagações para situações que anteriormente teriam respostas definitivas e aparentemente inquestionáveis. Entretanto, nossa principal conclusão se refere ao fato do quanto são imprescindíveis discussões epistemológicas ampliadas a toda sociedade e não apenas em alguns poucos ambientes acadêmicos, apesar do fato de não termos respostas sobre como fazê-las. Além do mais, quaisquer projetos futuros com esse intento necessitarão de muitos anos de erros e acertos e de um senso comum que respalde essa busca de reorientação perceptiva necessárias para mudarmos nossos hábitos insustentáveis e pouco conscientes de viver e que nos tornam pobres.



**Palavras-chave:** ecologia dos saberes - pobrezas – percepções – fotografias.

## ABSTRACT

The central theme of this study is poverty. We realized our empirical research in the neighborhood of Alto da Penha in Crato – Ceará. Our goal was to discuss the conceptualization and perception of urban poverty from post-positivist epistemologies in order to instigate new insights and re-conceptualizations of this issue. To this end, we started questioning the ideas and methods of the hegemonic paradigm, according to scholars who embrace the frame-work of Ecology of Knowledges, in order to clarify our theoretical and methodological choices. We worked with objectivist and subjectivist benchmarks on poverty, which include: the economistic and multidimensional perspectives and the vision of Majid Rahnema who denies the very existence of poverty in the form we traditionally conceptualize it. Our methodologies include ethnography, the comprehensive Weberian method and especially the photographic approach which provided us with the active participation of the inhabitants, sharing their perceptions about what is good and bad in their neighborhood. All these resources share the same epistemological bases which ensured consistency to the practice developed. We choosed the strategy of not informing the residents of our specific research theme (urban poverty), trying to avoid the influence this information would have had upon them. As a result, we gained a new and enriching look at the neighborhood; our partners portrayed subjective and objective aspects in their pictures; the images reflecting negative situations showed, first of all, the urgent need for urban policies. Later, talked to them asking what they mean by poverty, including complementing our analyses. The fact of grounding us in different theoretical frameworks, using the perceptions and photographs of residents, opened diverse and new possibilities of seeing places, situations and people that would have usually labeled as 'poor'. And questions have aroused for situations that would have had otherwise, definitive answers and seemed unquestionable. However, our main conclusion refers to the fact of how epistemological discussions are essential expanded to all society and not just in a few academic environments, despite the fact that we don't have answers on how to make them. Besides, any future projects with this purpose will need many years of mistakes and successes and a common sense supporting that perceptive feedback search needed to change our unsustainable habits and little conscious living and that make us poor.



**Key-words**: ecology of knowledge – poverties – perceptions – photographs.

## LISTA DE QUADROS


| | | |
|---|---|---|
| Quadro 1 - | Sentidos relacionados à pobreza pelas ciências sociais | 35 |
| Quadro 2 - | Dimensões da pobreza e suas caracterizações | 39 |
| Quadro 3 - | Classificações das necessidades relacionadas aos verbos ter, ser e amar | 40 |
| Quadro 4 - | Indicadores educacionais municipais no ensino fundamental e médio, em 2012 | 49 |
| Quadro 5 - | Informações sobre os registros fotográficos dos moradores para a pesquisa | 66 |
| Quadro 6 - | Transcrição das falas de nossos sujeitos colaboradores sobre seus entendimentos de pobreza | 86 |

## LISTA DE GRÁFICOS


| | | |
|---|---|---|
| Gráfico 1 - | População recenseada de Crato – CE em 2010, por grupos de idades | 48 |
| Gráfico 2 - | Empregos formais por atividade, em Crato – CE, relativo a 2012 | 50 |

## LISTA DE FIGURAS


| | | |
|---|---|---|
| Figura 1 - | Mosaico com fotos aéreas do bairro Alto da Penha e sua localização no território de Crato e no estado do Ceará | 54 |
| Figura 2 - | Mosaico fotográfico sobre os esgotos a céu aberto | 68 |
| Figura 3 - | Mosaico fotográfico sobre lixo e resíduos sólidos | 69 |
| Figura 4 - | Mosaico fotográfico sobre as pessoas da comunidade | 72 |
| Figura 5 - | Mosaico fotográfico sobre o tema igreja/religiosidade | 74 |
| Figura 6 - | Mosaico fotográfico sobre espaços culturais e esportivos | 76 e 77 |
| Figura 7 - | Mosaico fotográfico sobre a escola e a biblioteca do bairro | 79 |
| Figura 8 - | Mosaico fotográfico sobre o comércio do bairro | 81 |
| Figura 9 - | Fotografia do quintal de nosso sujeito colaborador | 82 |
| Figura 10 - | Mosaico fotográfico sobre habitação | 83 |
| Figura 11 - | Aspectos bons e ruins percebidos na fase de ocultação do tema pesquisado | 87 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

SUS – Sistema Único de Saúde

UFCA – Universidade Federal do Cariri

URCA – Universidade Regional do Cariri

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **O DESAFIO, A IDEIA, OS CAMINHOS** | **14** |
| **2** | **ESCOLHA PARADIGMÁTICA COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ENTENDIMENTO DA PESQUISA** | **17** |
| **2.1** | **Nossas escolhas para este estudo** | **23** |
| **3** | **POBREZA: DIFERENTES OLHARES, MUITAS POSSIBILIDADES** | **25** |
| **3.1** | **O modelo de desenvolvimento capitalista contemporâneo** | **25** |
| **3.2** | **A questão da sustentabilidade no mundo contemporâneo** | **28** |
| **3.3** | **A pobreza urbana** | **32** |
| **3.4** | **Olhares objetivistas sobre pobreza** | **34** |
| **3.5** | **Olhar subjetivista sobre a pobreza: a visão de Majid Rahnema** | **41** |
| **4** | **OS CAMINHOS DA PESQUISA** | **47** |
| **4.1** | **O território** | **47** |
| 4.1.1 | Em foco o bairro Alto da Penha | 51 |
| **4.2** | **Conceitos e discussões metodológicas** | **54** |
| 4.2.1 | Fotografias: objetos pertinentes para o compartilhamento de olhares e de universos culturais distintos | 55 |
| *4.2.1.1* | *Aspectos conceituais e técnicos da abordagem fotográfica* | *57* |
| 4.2.2 | Etnografia: método pertinente para aproximar o pesquisador de seus colaboradores e universos socioculturais e físicos | 58 |
| 4.2.3 | Método Compreensivo Weberiano e as interpretações dos sentidos das ações e das relações sociais | 59 |
| 4.2.4 | Os passos percorridos para construção da pesquisa | 59 |
| **4.3** | **Perfis dos sujeitos participantes da pesquisa** | **61** |
| **5** | **DOS ENCONTROS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA NO ALTO DA PENHA, A DESCOBERTA DE PERCEPÇÕES OUTRAS...** | **63** |
| **5.1** | **Percepção** | **63** |
| **5.2** | **Discussões sobre as percepções dos moradores participantes da pesquisa** | **65** |
| 5.2.1 | Percepções sobre os esgotos e o lixo/resíduos | 67 |
| 5.2.2 | Percepções sobre as pessoas da comunidade | 71 |
| 5.2.3 | Percepções sobre a igreja/religiosidade | 73 |
| 5.2.4 | Percepções sobre os espaços culturais e esportivos | 75 |

5.2.5 Percepções sobre a escola e a biblioteca do bairro 79
5.2.6 Percepções sobre o setor econômico comercial do bairro 80
5.2.7 Percepções sobre os espaços de habitação 82
5.2.8 Percepções sobre as fachadas das residências 84
**5.3 Discussões a partir das percepções de pobreza dos participantes da pesquisa 86**
**6 AO INVÉS DE CONCLUSÕES, PRELÚDIO DE CONTINUAÇÕES 88**
**REFERÊNCIAS 93**

## 1 O DESAFIO, A IDEIA, OS CAMINHOS [1]

O tema central deste estudo é a pobreza urbana. Mas antes de desenvolvermos a questão contextualizaremos o desafio, a ideia e os caminhos percorridos para chegarmos até aqui. Em nosso trabalho docente no Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) participamos com relativa frequência de bancas de monografia em que são investigados os impactos do programa federal de transferência de renda Bolsa Família sobre os municípios da região do Cariri. O roteiro é sempre o mesmo: i) descreve-se o programa; ii) utiliza-se o conceito de pobreza como privação de renda e das necessidades daí resultantes; iii) nas visitas de campo, os 'objetos de pesquisa' selecionados a partir de uma amostra estatística com nível de significância representativa da população municipal estudada respondem questionários fechados, de modo a confirmar ou não as hipóteses do pesquisador.

Até então, nossa observação sobre o assunto se limitava a como todos os trabalhos apontavam as mesmas conclusões, mudando apenas os locais visitados: muitas famílias ascendiam da condição de miseráveis ou extremamente pobres para a condição de pobres, melhorando seus níveis de vida; as mulheres (chefes de família ou não) responsáveis pelo saque deste recurso monetário se sentem independentes quanto à escolha dos gastos que serão realizados em benefício dos filhos; a grande maioria dos beneficiados percebe tal programa como um favor prestado por parte do governo.

Ao ingressar no programa de mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (UFCA) nos deparamos com o questionamento paradigmático que nos permitiu olhar de forma nova as verdades dos nossos saberes científicos. Por ser interdisciplinar, tivemos a feliz oportunidade de conhecer os diferentes olhares sobre os mesmos problemas sociais e ambientais, com suas boas argumentações e muitas limitações. Expandimos nossas experiências caminhando por 'chãos movediços' e descobrimos novas metodologias de pesquisa. E foi no momento de escrever esta dissertação que lembramos nossa observação do parágrafo anterior e começamos a fazer indagações, tais como: Que pobreza é essa que convive lado a lado com tanta riqueza? Por que sempre se aborda o assunto da mesma maneira, com um referencial teórico limitado e metodologias que apenas buscam confirmar o que se quer ouvir? Como os pobres se sentem com relação aos olhares dos que se dizem não pobres?

---

[1] Título do capítulo introdutório do livro de Selingardi-Sampaio, S. **Indústria e território em São Paulo**: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista: 1950-2005. Campinas: Editora Alínea, 2009.

Com o objetivo geral de discutir a conceituação e a percepção da pobreza urbana a partir de epistemologias pós-positivistas[2], precisamente a ecologia dos saberes, de modo a instigar novas percepções e reconceituações desta temática por parte de todos que leiam o estudo e se sintam sensibilizados, desenvolvemos nossa pesquisa da seguinte maneira:

No segundo capítulo – *Escolha paradigmática como ponto de partida para o entendimento da pesquisa* – apresentamos as ideias e métodos que conformam o paradigma hegemônico, com as críticas feitas por estudiosos contemporâneos a partir de suas restrições e inadequações. Também mostramos a alternativa contra hegemônica ao dominante sugerida, e na qual este estudo se fundamenta. Nosso objetivo é esclarecer porque é necessário outro paradigma orientador dos nossos pensamentos e ações.

No terceiro capítulo – *Pobreza: diferentes olhares, muitas possibilidades* – nós contextualizamos o cenário em que o conceito de pobreza tal qual o conhecemos hoje surgiu e apresentamos uma discussão sobre (in)sustentabilidade, haja vista ser uma consequência do modelo de desenvolvimento capitalista e da visão de mundo que ele suporta. Nas seções seguintes, descrevemos diferentes abordagens que encontramos na literatura para analisar e tratar da pobreza. Apresentamos olhares objetivistas da pobreza, que inclui desde a visão economicista até as multidimensionais. Nós as colocamos juntas porque, apesar do diverso grau de complexidade, elas definem a pobreza 'de fora para dentro' a partir do olhar do observador sobre o observado, se diferenciando pelo número de variáveis consideradas para definir o fenômeno estudado. Na sequência mostramos a visão subjetivista e radical de Majid Rahnema que, com uma coerente argumentação, considera a pobreza global um fato ativamente produzido pelo processo socioeconômico e político moderno. Nosso objetivo para este capítulo é mostrar as diferentes possibilidades de olharmos a pobreza, assim como os contextos em que esses conceitos são criados.

No quarto capítulo – *Os caminhos da pesquisa* – descrevemos o território municipal e, especificamente, do bairro em que realizamos o estudo empírico. Informamos os conceitos e discussões metodológicos assumidos e utilizados, assim como os perfis dos sujeitos que muito colaboraram conosco. O objetivo é informar sobre a área de estudo e os participantes e descrever as metodologias utilizadas ao longo desta pesquisa. Por ser um estudo de natureza qualitativa (dando maior importância aos significados atribuídos pelos sujeitos às coisas e à

[2] Nas literaturas atuais, a terminologia 'pós-positivismo' carrega significações multíplices. Em Giannella (2008) encontramos uma diferenciação detalhada entre o positivismo e o pós-positivismo, considerados paradigmas distintos. Enquanto Moreira e Caleffe (2008) consideram o pós-positivismo apenas como uma versão modificada do positivismo. Por isso, deixamos claro que utilizamos, neste trabalho, ora a expressão ecologia dos saberes, ora pós-positivismo, mas considerando a primeira um paradigma pós-positivista, que se distingue totalmente das premissas do modelo hegemônico. Posicionamento este detalhado no próximo capítulo.

vida), através da abordagem fotográfica, mas não apenas dela pudemos conhecer algumas percepções dos moradores do bairro.

No quinto capítulo – *Dos encontros com os sujeitos da pesquisa no Alto da Penha, a descoberta de percepções outras...* – descrevemos o conceito de percepção escolhido e apresentamos as fotos tiradas pelos moradores, seguidas de suas percepções e de apreciações intentando relacioná-las com o tema da pesquisa. O objetivo é que, através das informações obtidas com a participação ativa dos moradores no estudo, integrando-as ao conteúdo do segundo capítulo, instiguemos o repensar dos nossos conceitos visualizando possibilidades outras de valorizar ambientes e pessoas que costumeiramente são rotulados de 'pobres'.

E finalizamos com considerações chamando atenção para o fato de que o leitor não encontrará uma conclusão definitiva ao problema da pesquisa, que valha como uma lei geral. Se o problema (apresentado anteriormente de forma 'desmembrada' em indagações) instiga a buscar outras conceituações, percepções e métodos de pesquisa acerca de uma temática tão delicada como a da pobreza, apresentar uma conclusão iria contra tudo o que defenderemos aqui. Por isso, as considerações finais serão muito mais provocativas do que conclusivas.

## 2 ESCOLHA PARADIGMÁTICA COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ENTENDIMENTO DA PESQUISA

As ciências foram constituídas por um paradigma que, hoje sabemos, é cheio de limitações e insuficiências. Não podemos negar nem as suas conquistas, nem as atrocidades cometidas em seu nome. Escolhemos como ponto de partida questionar as ideias e métodos dos cientistas que contribuíram para o seu surgimento, com as críticas feitas por outros estudiosos a partir de suas restrições e inadequações. Feito isso, fica mais claro o porquê da necessidade urgente de outro paradigma a orientar pensamentos e ações nesse momento histórico de insustentabilidade planetária. Assim como todas as razões e emoções para nossas escolhas teóricas e metodológicas ao longo deste estudo.

Paradigma é um modelo conceitual de mundo refletindo o momento histórico no qual foi elaborado por pesquisadores que compartilham concepções similares sobre questões, métodos, técnicas e explanações. Esta maneira de analisar a complexidade do mundo e de seus habitantes acaba por dizer o que é importante, legítimo, razoável, normativo. As premissas que o definem são sintetizadas pelas respostas dadas a três questões fundamentais e inter-relacionadas: a ontológica (natureza do fenômeno investigado); a epistemológica (bases do conhecimento e sua comunicação a outrem); e a metodológica (sem reduzir-se à questão de métodos por ser a metodologia determinada pelas respostas dadas às duas questões anteriores). Os paradigmas não são homogêneos e há muitas tradições contrastantes dentro dos vários modelos. Uma vez aceito, condiciona os padrões de pensamentos e apoia ações de pesquisa (DENZIN e LINCOLN, 1994; HITCHCOCK e HUGHES, 1989; MILES e HUBERMAN, 1994; SPARKES, 1992; PATTON, 1978 *apud* MOREIRA e CALEFFE, 2008).

A visão do mundo e o sistema de valores, na qual nossas ciências e culturas são fundamentadas, foram formulados nos séculos XVI e XVII, a partir das contribuições de Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton (CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). No século XIX, o modelo até então empregado apenas pelas ciências naturais se tornou o mais usado nas investigações sociais, desenvolvidos e aplicados por Auguste Comte e Émile Durkheim (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

O método de Galileu se baseava na utilização da linguagem matemática e na proposta de que os cientistas deveriam se limitar aos estudos das propriedades mensuráveis dos objetos, tais como forma, quantidade, movimento (CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). Isso porque o rigor científico seria avaliado pela exatidão das medições. Mas, esse mesmo rigor se

assenta em uma seletividade que contém aspectos construtivos e destrutivos. Logo, o conhecimento ganhou em rigor o que perdeu em riqueza (SANTOS, 1988). Para Galileu, a observação era condição metodológica na construção do conhecimento.

Bacon elaborou o método indutivo – um processo de eliminação apartador daquilo que procuramos conhecer de tudo o que não faz parte dele. Envolve: a observação do fluxo natural dos fenômenos; a efetivação de experiências em larga escala; a interferência intencional na natureza e a avaliação de seus resultados, garantindo, através de suas experimentações, a extração de conclusões gerais as quais serão testadas por novos experimentos (CAPRA, 1982 *apud* CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). Conhecer implica dividir e classificar para só depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou. Trata-se de uma redução da complexidade, pois o mundo é complicado e a nossa mente não o pode compreender completamente (SANTOS, 1988).

Mas o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. Estes têm de estar situados em seus contextos para adquirirem sentido. Relações sistemáticas são apreendidas apenas quando consideramos seu caráter global e multidimensional. O global é entendido como as relações entre o todo e as partes (e não como a soma das partes). No todo há propriedades não encontradas nas partes se estas estiverem isoladas umas das outras. E certas qualidades das partes podem ser inibidas pelas restrições originárias do todo (MORIN, 2002).

> Sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas ou ajudantes, mediatas e imediatas, e sustentando-se todas por um elo natural e insensível que une as mais distantes e as mais diferentes, considero ser impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tampouco conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes (PASCAL, 1976 *apud* MORIN, 2002, p.37).

O enfraquecimento da percepção do global conduz a outros enfraquecimentos, tais como da responsabilidade (nos tornamos responsáveis apenas pelo que somos especializados) e da solidariedade (não sentimos mais os vínculos com nossos concidadãos). Para haver conhecimento pertinente é preciso reconhecer o caráter multidimensional e nele se inserir: nós somos, simultaneamente, biológicos, psíquicos, sociais, afetivos e racionais; a sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa, etc. Todas essas complexidades reforçam a impossibilidade de isolar uma parte do todo e as partes umas das outras (MORIN, 2002). Há complexidade quando elementos distintos (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis constitutivos do todo e "há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de

conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si" (MORIN, 2002, p.38).

Bacon deu ao conhecimento científico um sentido utilitarista, na medida em que foi colocado ao nosso serviço e originou o discurso da objetividade orientadora do conhecimento e da dominação da natureza, precisando disciplinar a mente e eliminar todos os subjetivismos (CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). A partir daquele momento, foi clara a separação entre a natureza e o ser humano (uma das muitas dicotomias encontradas nas ciências modernas). A natureza foi vista como passiva, infindável, reversível. Seus elementos podem ser divididos e relacionados sob a forma de leis. "Não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para dominá-la e controlar" (SANTOS, 1988, p.4).

Também foi Bacon quem propôs combater os fatores responsáveis pelos erros cometidos no processo de produção do conhecimento: o uso direto dos sentidos (diferindo de Galileu, pois os considerava válidos); a educação e a pressão dos costumes; a linguagem e seu mau uso; e a absoluta subordinação à autoridade, às falsas teorias, de falsos sistemas filosóficos, críticas relacionadas por ele ao dogmatismo e a infecundidade para produzir resultados práticos (CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). Morin (2002) chama atenção para o fato de todo conhecimento permitir o risco do erro e da ilusão. Todas as nossas percepções são traduções e reconstruções cerebrais baseadas em estímulos captados pelos sentidos, resultando nos inúmeros erros que nos vêm: do fenômeno físico da visão; do intelecto; da linguagem e do pensamento; da interpretação; da subjetividade do conhecedor; das projeções de desejos e de medos e das perturbações mentais trazidas pelas emoções. O desenvolvimento da inteligência não se dá separado da afetividade.

Com Descartes, no século XVII, chegamos a um método de unificação de todo o saber, onde os conhecimentos meramente prováveis são rejeitados e só acreditamos no perfeitamente conhecido, sem que haja dúvidas (CAPRA, 1982 *apud* CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). Seu ponto de partida foi a decomposição de problemas e pensamentos em suas partes componentes e a disposição destas em sua ordem lógica – o chamado método analítico. Neste, há duas operações intelectuais fundamentais: a intuição (enquanto obtenção de evidências incontestáveis não extraídas da observação de fenômenos através dos sentidos) e a dedução (*Id.*, 2002).

O método cartesiano apresenta quatro regras de utilização das duas operações anteriores: a da evidência (evitar preconceitos e precipitação para acolher apenas ideias claras e distintas); da análise (divisão dos problemas em várias partes para melhor resolvê-los); da

síntese (distinguir as verdades mais simples das mais complexas, de modo a compará-las com base na mesma unidade de medida); e da enunciação (seleção do necessário e suficiente para solucionar um problema, evitando omissões). O funcionamento do universo foi concebido mecanicamente, de acordo com leis matemáticas (CHAVES FILHO e CHAVES, 2002). Entretanto, é o determinismo mecanicista o horizonte de um conhecimento que se pretende utilitário e funcional, dominador e transformador, fundamentado na ideia de ordem e de estabilidade do mundo, no qual o passado se repete no futuro (SANTOS, 1988).

Mas foi Newton quem sistematizou o paradigma científico moderno ao sintetizar as ideias de Copérnico a Descartes, concluindo "o período de substituição da antiga imagem de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e religioso, herdado dos gregos e canonizado pelos teólogos da igreja, por outro, quantitativo, mecânico, infinitamente extenso, ilimitado e dessacralizado" (CARVALHO, 1991, pp. 48-49 *apud* CHAVES FILHO e CHAVES, 2002, p. 72). Por se pretender um modelo global (e, portanto, totalitário), nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento não pautadas em seus princípios epistemológicos e em suas regras metodológicas. "Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato" (SANTOS, 1988, p. 11).

Comte, Durkheim e outros cientistas sociais adotaram esse modelo de racionalidade resultando no paradigma positivista: trata-se daquela posição nas ciências sociais que busca a objetividade na investigação científica adotando os métodos e procedimentos das ciências naturais. Para pesquisadores positivistas, o mundo é racional e eles não se aceitam como variáveis significantes na pesquisa (por isso é inadequado o uso de pronomes pessoais em seus estudos). Esperam que outros pesquisadores também cheguem às suas conclusões e utilizam a abordagem quantitativa (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

> Em resumo, o positivismo adota uma ontologia externo-realista, uma epistemologia objetiva e prefere uma metodologia nomotética. Com relação à ontologia, [...] postula que o mundo social é externo à cognição do indivíduo, [...] constituído de fatos rígidos, tangíveis e relativamente imutáveis que podem ser observados, medidos e conhecidos pelo que eles realmente são (*Ibid.*, p. 50).

Dentro deste paradigma são distinguidas duas vertentes. Na primeira, os fatos sociais são concebidos como coisas externas, observáveis e mensuráveis. Na segunda vertente, a ação humana não pode ser descrita e nem explicada com base em características exteriores e objetiváveis, haja vista que o mesmo ato externo pode corresponder a ações diferentes. Há distinções entre natureza/ser humano, natureza/cultura e ser humano/animal. Nesta segunda concepção já encontramos sinais de crise e alguns componentes de transição paradigmática.

Essa crise resulta de uma pluralidade de condições sociais e teóricas interativas, como o avanço no conhecimento propiciado pelo próprio paradigma moderno nos permitindo identificar seus limites e insuficiências estruturais (SANTOS, 1988).

Não é possível observar ou medir algo ou alguém sem interferir e alterar. É "a ideia de que não conhecemos do real senão o que nele introduzimos" (*Ibid.*, p. 9). A distinção sujeito/objeto perde seus contornos dicotômicos e assume a forma de um *continuum*. Leis universais não são estabelecidas porque fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados, e têm natureza subjetiva não captadas pela objetividade comportamental. Afinal, mudamos nosso comportamento em função do conhecimento adquirido sobre ele. Assim, as ciências sociais não são objetivas porque o cientista não consegue se libertar, no ato da observação, dos valores apoiadores de sua prática (NAGEL, 1961 *apud* SANTOS, 1988).

O conhecimento dos problemas e das informações relativos ao mundo, por mais ocasional e difícil que seja, deve ser tentado à luz de imperfeição cognitiva. Para articular e organizar os conhecimentos e (re)conhecer tais problemas é necessário reformar o pensamento, paradigmática e não programaticamente. "Existe uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários" (MORIN, 2002, p. 36). A complexidade não é apenas do mundo, nós também o somos. Uma visão bipolarizada e antagônica do ser humano expressa melhor essa qualidade, haja vista sermos *homo sapiens* e *demens* (sábio e louco, racional e afetivo), *faber* e *ludens* (trabalhador e lúdico), *empiricus* e *imaginarius* (empírico e imaginário), *economicus* e *consumans* (econômico e consumista), *prosaicus* e *poeticus* (prosaico e poético) (*Ibid*.).

Assim posto, Boaventura de Sousa Santos (2002; 2010) constatou ser a experiência social mundial mais extensa e variável do que a conhecida e legitimada pela tradição científica e filosófica ocidentais. Essa sua averiguação embasa-se na crítica ao pensamento abissal moderno ocidental, estabelecedor de um sistema de distinções divisoras da realidade social em dois universos: o 'deste lado da linha' e o 'do outro lado da linha' que, embora invisíveis, fundamentam as distinções visíveis. Alguns exemplos dessas linhas abissais são: a concessão à ciência do monopólio entre o verdadeiro e o falso, em detrimento dos conhecimentos alternativos (filosofia, teologia e, principalmente, daqueles ditos populares e os indígenas); a dicotomia apropriação/violência às sociedades coloniais; o legal e o ilegal no campo do direito moderno nacional e internacional; entre outras citadas no próximo capítulo,

ao mencionarmos Grosfoguel (2010). Por estar desperdiçada, propôs os procedimentos analíticos da sociologia das ausências e das emergências e o trabalho de tradução para desconstruir a racionalidade hegemônica ampliando possibilidades outras.

A sociologia das ausências visa demonstrar que o não existente é ativamente produzido como tal, de modo a aparentar uma alternativa não credível ao existente, expandindo o domínio das experiências sociais já disponíveis. Portanto, o objetivo da sociologia das ausências é transformar lacunas em presenças com a desconstituição de cinco lógicas ou monoculturas onde emergem novas categorias ou 'ecologias': a dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e a da produtividade[3].

Neste estudo, dialogaremos apenas com a ecologia dos saberes que admite a coexistência entre conhecimentos existente e o considerado não existente pela ciência moderna (SANTOS, 2002) abandonando a monocultura hegemônica, reconhecendo a pluralidade de conhecimentos heterogêneos (renúncia de uma epistemologia geral) e suas interações sustentáveis e dinâmicas, preservando suas autonomias. Admite a copresença radical e o abandono da visão linear de tempo. Na ecologia dos saberes deparamos o cruzamento de conhecimentos e de ignorâncias. Para aprendermos certos conhecimentos às vezes temos de esquecer, ignorar ou desaprender outros. Nesse processo de aprendizagem é crucial confrontarmos o conhecimento que está sendo aprendido e o que nesse processo é esquecido e desaprendido. A busca de credibilidade para conhecimentos não científicos não implica descredibilizar o científico, mas tão somente utilizá-lo de forma contra hegemônica.

Todos os conhecimentos têm limites internos e externos alusivos às interferências no real, comportadas por eles, e ao reconhecimento de intervenções alternativas, propiciadas por outras formas de conhecer. A medida do realismo é o tratamento do conhecimento como intervenção no real, e não como representação do real. A avaliação dessa influência combina o cognitivo com o ético-político, distinguindo a objetividade analítica da neutralidade ético-política. É típico da ecologia dos saberes se estabelecer mediante indagações constantes e respostas incompletas (o chamado conhecimento prudente), nos habilitando uma visão ampla daquilo que conhecemos e desconhecemos. E nos prevenindo que o não sabido é ignorância nossa e não do geral (SANTOS, 2010).

O segundo procedimento analítico destacado por Santos é a sociologia das emergências, que visa contrair o futuro, precisamente torná-lo escasso, pois não tem outra direção senão a resultante dos cuidados presentes. Este processo possibilita conflitos e

[3] Sobre essas ecologias e para maior detalhamento dos procedimentos analíticos mencionados, ver Santos (2002).

diálogos entre diferentes formas de conhecimentos, modos de produção, sistemas de classificação social, entre o modelo hegemônico e os derivados da revolução tecnológica de comunicação global e em rede e as mídias independentes (FERRARINI, 2008). Esta sociologia expande o domínio das experiências sociais possíveis (SANTOS, 2002).

Enquanto o terceiro e último procedimento analítico, o trabalho de tradução, propõe tornar inteligível práticas e saberes diferenciados para maior articulação em redes contra hegemônicas ao invés de propor uma teoria geral (FERRARINI, 2008). Isto é, a tradução permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências disponíveis e as possíveis, reveladas pelas sociologias das ausências e emergências, sem a atribuição de estatuto de totalidade exclusiva e de parte homogênea. "Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade" (SANTOS, 2002, p. 262).

A ecologia da ação considera a complexidade do aleatório, acaso, iniciativa, decisão, inesperado, imprevisto, consciência de derivas e transformações. A grande incerteza a enfrentar compreende a dupla necessidade do risco e da precaução; a incerteza de a pureza dos meios conduzir aos fins desejados ou sua impureza ser necessariamente nefasta; e da ação não correr apenas o risco de fracasso, mas de desvio ou de perversão de seu sentido inicial, tendo consequências insuspeitas, como a inanição da inovação e a colocação das conquistas em perigo (MORIN, 2002). Em resumo, o paradigma emergente comporta

> em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (SANTOS, 1988, p. 10).

## 2.1 Nossas escolhas para este estudo

Após leituras atentas sobre todas essas argumentações, resolvemos escolher a ecologia dos saberes para orientar nosso estudo. Seus primeiros reflexos estão no nosso referencial teórico buscando diferentes olhares sobre pobreza. Nossa pesquisa empírica adotou diversos métodos, explicados no quarto capítulo, enfatizando a participação de sujeitos, ao invés de objetos de pesquisa, que mostraram suas percepções através de fotografias tiradas por eles próprios para este estudo e também pelo meio de suas falas e comportamentos. Portanto, ao não nos concentrarmos em propriedades mensuráveis do fato analisado, nós conhecemos aspectos desprezados pelos estudos tradicionais sobre pobreza e isto nos possibilitou novos entendimentos sobre a temática, conforme explicitaremos nos próximos capítulos.

Pretendendo não reduzir a complexidade dos fatos, optamos por relacionar sistematicamente o perfil dos sujeitos participantes, a conjuntura e as suas percepções com os referenciais teóricos. E aceitamos o fato de que, ainda assim, nosso esforço apresentará muitas limitações e representará apenas uma parte dos processos perceptivos daqueles que nos ajudaram na pesquisa empírica. Isto é, aquilo por eles escolhido para compartilhar. Também assumimos a influência de nossa presença sobre o comportamento, as falas e as escolhas fotográficas dos sujeitos da pesquisa da mesma maneira que eles nos influenciaram, ou para modificarmos nossos métodos de pesquisa, ou nos mostrando outras visões de mundo. Assim, fizemos observações contemplativas, em oposição explícita àquelas de caráter experimental adotadas por alguns estudiosos das ciências sociais.

Não fizemos experiências em larga escala, isto é, não selecionamos os participantes conforme as regras de amostras estatísticas representativas da população do bairro, o que explica, parcialmente, nosso trabalho com um pequeno número de pessoas. E não buscamos classificações para conclusões gerais. Afinal seres humanos têm suas peculiaridades, reagem de maneiras diferentes às situações e vivem em lugares com costumes distintos. Acreditamos que isso faz do mundo um lugar mais interessante de se viver. Rico. E abordamos os conhecimentos trabalhando com aspectos qualitativos, orgânicos da existência, abrindo-nos à interdisciplinaridade necessária para compreender a complexidade das relações humanas com o ambiente natural e antrópico.

# 3 POBREZA: DIFERENTES OLHARES, MUITAS POSSIBILIDADES

## 3.1 O modelo de desenvolvimento capitalista contemporâneo

O incremento da produção capitalista necessita de volume crescente de capital despendido num determinado empreendimento. A competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção como normas coercitivas exógenas forçando-os a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo. Isto é, exige a transformação de parte do dinheiro recebido com a venda de seus produtos em capital novo. Esse acréscimo só é possível por meio da acumulação progressiva (MARX, 1996) que depende da e pressupõe a existência: de um excedente de mão-de-obra para alimentar a expansão produtiva; de meios de produção; e de mercado absorvedor das crescentes quantidades de mercadorias produzidas. Cada um desses aspectos encontram barreiras que, uma vez atingidas, precipitam crises forçando a algum tipo de racionalização arbitrária do sistema para um nível mais complexo (HARVEY, 2005).

Surge a crença e, consequentemente, a expectativa autorrealizável de que a mera diminuição da velocidade da acumulação/crescimento econômico gera incerteza, aumento das taxas de desemprego, precipita o abandono dos programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais garantidores do mínimo de qualidade de vida (LATOUCHE, 2009). Existe uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados e de mercados, de forma que todas as expansões e reestruturações econômicas mundiais ocorrem sempre sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais. Assim, “todos os processos de desenvolvimento econômico são lutas de dominação” (FIORI, 1999, p.7).

Atentando para a análise da expansão colonial europeia do ponto de vista eurocêntrico, perceberemos as origens do chamado sistema-mundo capitalista como sendo produzidas pela concorrência dos diversos impérios europeus buscando encontrar rotas mais curtas para o Oriente, levando acidentalmente às descobertas e colonizações das Américas. Mas se mudássemos o *lócus* da enunciação dos homens europeus para as mulheres indígenas americanas, a primeira ilação é que chegou às Américas não apenas um sistema econômico de capital e trabalho destinado à produção de mercadorias para serem vendidas com lucro no mercado mundial (GROSFOGUEL, 2010).

"Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo" (GROSFOGUEL, 2010, p. 463), tais como a formação de classes de âmbito global e a coexistência de diversas formas de trabalho organizadas pelo capital com vista ao lucro e uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia. Um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais; hierarquias privilegiando os povos europeus relativamente aos não europeus, os homens relativamente às mulheres, os heterossexuais relativamente aos homossexuais, os cristãos aos não cristãos. E uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente aos não ocidentais, institucionalizados no sistema universitário global. Além da hierarquia das línguas europeias sobre as línguas não europeias para privilegiar a comunicação e a produção do conhecimento e de teorias por parte das primeiras, subalternizando as últimas exclusivamente como produtoras de folclores ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (*Ibid*.). É 'o pensamento abissal em ação'.

O fato é que essa visão destacada por Ramón Grosfoguel não é notória. Fiori (1999) destacou a não necessidade de ser materialista para reconhecer a importância do avanço das forças produtivas, promovidas pelo capitalismo industrial, no surgimento da consciência do desenvolvimento e das utopias ligadas à ideia de progresso material e homogeneização social. "A ação estratégica, de corporações e atores políticos, conta com recursos que radicalizam algumas características das ideologias do capitalismo. Acentua-se a influência do pensamento operacional e utilitarista na modelagem das noções de eficácias e eficiência" (RIBEIRO, 2009, p. 30) nas relações produtivas e em características do indivíduo projetado pelas instituições sociais, principalmente as envolvidas com educação e a qualificação profissional. Cresce a influência do individualismo e do consumismo na vida cotidiana, transparecendo na morfologia urbana, na exuberância da arquitetura do consumo e nas práticas sociais. A globalização econômica, ao prometer unificar a técnica do mundo, criou a expectativa de homogeneização, ainda que superficial, dos hábitos e estilos de vida substituindo as grandes narrativas evolucionistas estimuladoras dos projetos de modernização das sociedades periféricas (*Ibid*.).

Junto de uma rede de conceitos-chave (tais como pobreza, produção, noção de Estado, igualdade) foi cristalizada a visão ocidental de mundo, fazendo populações inteiras se prenderem nessa percepção da realidade (SACHS, 2000) produzindo e reproduzindo conhecimento, assentado na diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo. Com uma pretensão de universalidade

resultante de uma influência epistemológica, possibilitada pelas intervenções política, econômica e militar, descredibilizando e suprimindo todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que a ela servia (SANTOS e MENESES, 2010). Foi nesse contexto peculiar ao mundo europeu que nasceu a chamada economia política do desenvolvimento.

O farol do desenvolvimento, construído após a Segunda Guerra Mundial, tinha (e ainda tem) um apelo para que todos os países do Sul seguissem (e sigam) seus receituários (SACHS, 2000) com a pretensão de que os Standards de consumo da minoria da humanidade, vivendo em países altamente industrializados, se tornasse acessível à maioria, residentes em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Uma ideia que prolongou o mito do progresso (FURTADO, 1974) e forneceu o marco de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, chantagem e opressão caracterizando as políticas dirigidas ao Sul (SACHS, 2000).

Desenvolvimento é uma palavra que vem associada a crescimento, evolução, maturação e contém um sentido de mudança favorável (do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor). Isto é, a noção de que progredimos porque avançamos segundo uma lei universal necessária e inevitável na direção de uma meta desejável (ESTEVA, 2000). Mas temos de nos conscientizar sobre o desenvolvimento ser "muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões" (SACHS, 2000, p. 2).

Os mitos têm exercido inegável influência sobre a nossa mente que se empenha em compreender a realidade social. Sua função é orientar a construção de visões do processo social, operando como faróis para iluminar o campo de percepção dos cientistas sociais – mas não apenas deles – permitindo-lhes clareza de certos problemas e obscurantismo em outros. Proporciona ainda conforto intelectual, pois as discriminações valorativas realizadas surgem ao seu espírito como reflexo da realidade objetiva (FURTADO, 1974). Mas percepções, mitos e fantasias aparecem e desaparecem porque, em um momento estavam repletos de promessas que noutro se tornaram irrelevantes (SACHS, 2000).

O modo de produção industrial, consumista, esbanjador e poluidor transformou a economia no principal eixo articulador e construtor das sociedades transformando tudo em mercadoria (água, alimentos, pessoas, órgãos humanos, animais, drogas). A política foi

subjugada aos interesses econômicos e a ética exilada. O capital especulativo se sobressaiu ao produtivo. Logo, não existe equilíbrio entre economia, política e ética[4] (SOUZA, 2013).

> O capitalismo é uma teoria econômica baseada no capital, na propriedade e na competição em um mercado livre. Mesmo essa definição *lato sensu* [...] já aponta uma questão (ou contradição) ética intrínseca ao próprio sistema: podem conviver harmoniosamente o espírito da ética e o espírito da competição defendido pelo capitalismo? Não haveria uma razão inversa entre o comportamento virtuoso e a maximização do lucro? (WHITE, 1993 *apud* MATTAR, 2010, p. 245). Outra questão ética levantada pelo sistema capitalista envolve a relação entre distribuição de riqueza e direito à propriedade. [...] Pode-se justificar a riqueza quando ela coexiste na mesma sociedade com a extrema pobreza? A riqueza deve ser limitada e/ou obrigada a investir em benefícios sociais? Isso poderia ocorrer sem a violação da liberdade individual e dos direitos de propriedade? Seria tal direito moralmente defensável? (MATTAR, 2010, p. 245).

O convívio humano se faz insustentável por não garantir os meios de vida e nem a inclusão de grande parte da humanidade. Para entender o porquê dessa insustentabilidade, é preciso antes compreender o que é o conceito de sustentabilidade.

### 3.2 A questão da sustentabilidade no mundo contemporâneo

O conceito de sustentabilidade remete a procedimentos e ações que se propõem a manter a vitalidade e a integridade do planeta, preservando seus ecossistemas com todos os elementos que permitem a existência e a reprodução da vida. Assim como a continuidade, expansão e realização das potencialidades humanas em suas várias expressões. Aparece como questão de vida ou morte, valendo o princípio de precaução e prevenção. É um modo de ser e de viver que alinha as práticas humanas aos potenciais limitados de cada bioma e às necessidades das presentes e futuras gerações (BOFF, 2012).

Ignacy Sachs (2009) utilizou critérios teórico-metodológicos que facilitam nossa compreensão, devendo ser percebidos de modo inter-relacionado e inseparável. Ele faz referência ao necessário alcance de patamar possível de homogeneidade social, distribuição mais justa de rendimentos, emprego íntegro com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais como sendo a sustentabilidade social. Também ao essencial respeito à tradição e inovação e autonomia para elaborar um projeto nacional, regional ou local integrado e endógeno, se opondo às cópias de modelos exógenos (a sustentabilidade cultural).

[4] Ética é uma disciplina da filosofia em que procuramos refletir sobre a ação, a conduta e o comportamento humanos em ambientes complexos, enquanto a moral é um conjunto de regras de conduta válidas, absoluta ou relativamente, para um indivíduo ou sociedade (MATTAR, 2010).

A sustentabilidade ecológica e a ambiental significa preservar a natureza e respeitar seu tempo de regeneração, limitando o uso de recursos não renováveis e a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Já por sustentabilidade territorial, Sachs (2009) menciona a eliminação das inclinações urbanas (em detrimento das áreas rurais) nas alocações dos investimentos públicos; a melhoria do ambiente urbano; a superação das disparidades inter-regionais; e adoção de estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. A sustentabilidade econômica se refere ao desenvolvimento intersetorial equilibrado, segurança alimentar, modernização dos instrumentos produtivos; autonomia nas pesquisas científicas; e inserção soberana na economia internacional.

A sustentabilidade política implica a existência de democracia, de um Estado capaz de programar um projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, e coesão social; a garantia de paz e cooperação internacional, igualdade nas relações, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, precaução na gestão ambiental e dos recursos naturais, proteção da diversidade biológica, do patrimônio global, cooperação científica e tecnológica eliminando o caráter de *commodity* da ciência e tecnologia (SACHS, 2009). Mas não podemos esquecer que

> não há sustentabilidade plena, sem resto. Toda ela é vulnerável porque está submetida ao princípio da incompletude que marca todos os seres e o inteiro universo (BOFF, 2012, p. 94). Ela é, por natureza, vulnerável e está submetida ao princípio cósmico do caos. Mas, no que estiver sob nossa responsabilidade, cabe construí-la, no tempo que nos toca viver, para que nos garanta a sobrevivência e a proteção de nossa Casa Comum, a Terra (*Ibid*., p. 95).

O atual modo de produção e de acumulação admite a dominação da natureza e a exploração de todos os seus 'bens e serviços' utilizando diversas tecnologias, desde as mais sujas até as mais sutis ou limpas. O ser humano acelerou o desaparecimento natural das espécies. As agressões ao planeta equivalem a uma guerra total, onde arrancamos algo para nosso benefício sem qualquer retribuição, disposição de dar-lhe repouso e recuperação (BOFF, 2012). Há muito tempo estamos cientes dessas situações insustentáveis, pois um número importante de especialistas, Organizações Não-Governamentais, relatórios das Nações Unidas e dos governos de diversos países se fez ouvir impossibilitando-nos alegar que não sabíamos sobre a busca indefinida do crescimento ser incompatível com as possibilidades do planeta (LATOUCHE, 2009).

> Dizer que um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito e que tanto nossas produções como nossos consumos não podem ultrapassar as capacidades de regeneração da biosfera são evidências facilmente compartilháveis. Em compensação, são muito menos bem-aceitas as consequências incontestáveis de que essas mesmas produções e esses mesmos consumos devem ser reduzidos [...], e que a lógica do crescimento sistemático e irrestrito (cujo núcleo é a compulsão e a adição ao crescimento do capital financeiro) deve, portanto ser questionada, bem

> como nosso modo de vida. Quanto à designação dos principais responsáveis, ela parece francamente blasfematória (LATOUCHE, 2009, p. xiv).

Se o crescimento econômico e o desenvolvimento produzissem mecanicamente o bem-estar, todos viveriam no paraíso. A ruína das cidades em tempos de paz, com a periferização das novas camadas médias em condomínios residenciais ou conjuntos habitacionais, o incremento na participação das grandes redes varejistas, do automóvel e da televisão, minam a cidadania, perfazendo um povo quase invisível e sem voz, manipulável por uma mídia inescrupulosa, ligada às empresas transnacionais. A globalização, ao favorecer o desmantelamento de redes de proteção social, concluiu a destruição da cultura popular (LATOUCHE, 2009).

Toda situação calamitosa vivida atualmente foi gerada por um pensamento que não pode ser o utilizado para nos tirar dela. Por isso, mais do que apenas ciência, técnica e racionalidade linear, nós necessitamos: de imaginação, de paixão, de entusiasmo criativo, da acolhida de toda a sabedoria humana, da valorização dos saberes benéficos para a vida, de coração, de inteligência emocional e cordial permitindo-nos sentir parte de um todo maior, conectados com os demais seres vivos. Precisamos nos inspirar pelos sonhos generosos das tantas culturas, especialmente daquelas guardiãs de um sagrado respeito e de uma respeitosa convivência com a Terra. Essa ‘nova’ visão (para a cultura ocidental, moderna e positivista) constitui um sistema aberto que sempre acolherá interações distintas e fluxos de energia (BOFF, 2012) e obriga a análises e avaliações mais complexas dos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo produzidos pelos diferentes tipos de conhecimento (SANTOS e MENESES, 2010).

Em outras tantas culturas, algumas milenares, essa visão há muito vem fundamentando a existência humana. O *sufismo*, movimento filosófico de destaque na tradição islâmica, busca a verdade estabelecendo relação direta com 'Deus' através da meditação, do ascetismo, da música e dança. A *filosofia africana* tem como temas centrais concepções cosmológicas superadoras das oposições ocidentais natural/supernatural, do ser humano desprovido da dualidade corpo/espírito; ideias políticas; e ética comunitarista. O *budismo* tem conceitos filosóficos sobre a existência, tais como a inconstância, instabilidade, impermanência. As pessoas são "fluxos de conjuntos independentes de agregados psicológicos (formas físicas, sensações, sentimentos, julgamentos e disposições latentes)" (MATTAR, 2010, p. 275).

O *confucionismo* tem preocupações éticas, políticas e afetivas por todas as coisas vivas, atitude de reverência em relação aos outros, embora determine qual a conduta adequada. "Os conceitos de *Yin* e *Yang* representam duas forças opostas que estão

permanentemente em conflito, levando à contradição perpétua e à mudança" (MATTAR, 2010, p. 276). O *taoísmo* se refere tanto a uma filosofia, quanto a um movimento religioso em que seus adeptos acreditam na existência de um princípio último ordenador da natureza a ser incorporados individual e socialmente, caso desejemos existir harmoniosamente com o mundo. Tem interessantes consequências políticas: não impor padrões comportamentais e nem uma moral convencional, sendo confundido com o anarquismo no sentido de não precisarmos de controle centralizado (*Ibid*.).

Alguns *povos andinos* (da Patagônia até ao norte da América do Sul e Caribe) propõem o ideal do bem-viver visando uma ética da suficiência para toda a comunidade. Isso pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano com "o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores, os animais, o Sol, a Lua e as estrelas" (BOFF, 2012, p. 62), buscando o equilíbrio e a comunhão com as energias do planeta, do universo e com Deus. A preocupação central não é acumular, e sim consumir apenas o que o ecossistema pode suportar, evitando produção excessiva de resíduos, e incitando a reutilização e reciclagem (*Ibid*.). A sabedoria *aymara* resume o sentido do bem-viver em treze valores: comer alimentos sãos, saber beber e dançar (relação cósmico-telúrica), saber dormir e trabalhar (no sentido de autorrealização), saber meditar e pensar, saber amar e ser amado, saber escutar e falar bem, e saber sonhar, caminhar, dar e receber (MAMMANI, 2010 *apud* BOFF, 2012).

"Antes de garantir um desenvolvimento sustentável, precisamos assegurar uma sociedade sustentável que então encontrará para si aquele desenvolvimento que lhe seja realmente sustentável" (BOFF, 2012, p. 125). Neste momento, o grande desafio parece ser o resgate do sentido originário de sociedade perdido pela cultura do capital, pelo individualismo inerente e pela centralidade do econômico e do mercado sobre as pessoas e os interesses coletivos. Dito de outra maneira, "erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental" (*Ibid*., p. 173). E vale resgatar as palavras de Celso Furtado:

> O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência [...] a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. [...] Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75, *grifos do autor*).

### 3.3 A pobreza urbana

A pobreza surgida com a emergência do desenvolvimento econômico, industrializante, modernizador e progressista é um fenômeno urbano. Ainda assim, encontraremos, nas literaturas disponíveis, separações entre o que é pobreza urbana e rural[5], por serem considerados processos qualitativamente distintos. O fato é que, na perspectiva dessas abordagens, as cidades são territórios historicamente privilegiados para análises da pobreza por condensarem, inclusive visualmente, três lógicas ou sentidos em suas concretizações na paisagem urbana: a da acumulação do capital; do poder político; e da reprodução da vida humana.

Essas lógicas de reprodução da cidade modelam o sistema de diferenças na disposição espacial das atividades urbanas e da vida na cidade contribuindo na definição da especificidade da pobreza urbana: riscos ambientais e de saúde (associados às formas precárias de habitat; falta de acesso a sistemas de água potável e de saneamento; proximidade a lixões; ou a cursos d'água contaminados, etc. e que não permitem assegurar níveis mínimos de condições de vida na cidade); vulnerabilidade resultante da mercantilização dos serviços urbanos; fragmentação social e delinquência; contatos negativos com o Estado e a polícia, assim como as relações de proletarização (DI VIRGILIO *et al.*, 2011).

Torna-se difícil abordar a questão de pobreza urbana sem estabelecer uma relação com a exclusão social e sem tratar de algumas peculiaridades tanto por causa de suas formas de expressão espaciais distintivas (favelas, periferias pobres, áreas de obsolescência, bairros degradados[6]), quanto pelas estratégias de sobrevivência legais e ilegais que a ela se vinculam (do comércio ambulante ao tráfico de drogas). Em cidades capitalistas, especialmente situadas em países periféricos, a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder, derivando de desigualdades e

[5] Os adjetivos urbano e rural se referem a relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século XX. Isso acontece porque cidade e campo não são mais conceitos puros, de fáceis delimitações ou identificações (MONTE-MÓR, 2006). A qualificação 'urbana' acompanhando qualquer conceito, não tem as mesmas características nem sequer no mesmo município, que dirá num país, região ou estado. De qual urbano estamos falando ao nos referirmos a determinado lugar?

[6] Souza (2012) pede mais atenção para as palavras que utilizamos sem cautela, ao nos referirmos a determinadas situações referentes ao urbano. Favela aparece como um termo que carrega conteúdo pejorativo e que remete aos seus moradores um estigma sócio espacial. Os termos subsequentes também trazem discursos heterônomos, produzidos por indivíduos e instituições comprometidos com a perpetuação de desigualdades e assimetrias estruturais, legitimando-as. 'Bairro' exclui a realidade da 'favela'. Se adicionarmos a bairro a expressão 'degradado' dizemos que ele está sem vida, e que pode ser definido por essa característica desconsiderando a riqueza cultural e sociopolítica da sua dinâmica sócio espacial.

retroalimentando-as, condicionando a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos (SOUZA, 2011).

A partir dos anos 1990, a segregação passou a ser tratada como oposição à autossegregação, em que as representações social-espaciais são produzidas não mais em seu teor integrado, mas de acordo com a realidade de cada classe, e, em seu interior, haverá outras distinções nos permitindo diferenciá-las horizontal (no mesmo grupo social) e verticalmente (na sociedade como um todo) (CAMPOS, 2006). Segregação tende a diminuir as interações entre grupos sociais diferentes e aumenta os preconceitos, realimentando intolerâncias (SOUZA, 2011). A pobreza, como um dos principais parâmetros da desigualdade social, não pode ser considerada igual para todos em seu aspecto segregacional (DI VIRGILIO *et al*., 2011).

> As desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2012, p. 129).

Assim,

> é importante reconhecer a existência de desigualdade dentro da pobreza, sobretudo quando se pensa na desigualdade entre os diferentes espaços sociais e territórios de uma cidade. (...) muito embora renda e educação seja dimensão social, não se deve negligenciar a dimensão espacial da desigualdade que se manifesta pelas diferentes modalidades de segregação sócio espacial (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p. 459 *apud* CAMPOS, 2006, p. 180).

A separação entre os desiguais, na cidade, não se opera mais a partir da lógica de periferização dos mais pobres e da destinação aos mais abastados das áreas centrais e pericentrais, com as melhores dotações dos meios de consumo coletivo. São aproximados nas novas áreas urbanas os ricos e os pobres, tornando a desigualdade combinada com essa relativa proximidade geográfica, um dos elementos essenciais da fragmentação social-espacial (SPOSITO, 2012) que

> repousa sobre uma imagem: a sociedade (e seus territórios, em particular o urbano) seria um todo que se quebra em pequenos pedaços. Esta imagem é tanto mais eficaz porque se pode associar, a ela, 'provas' sociais e espaciais: criação de fronteiras ou de rupturas internas às aglomerações, isolamento dos grupos, uns em relação aos outros, expresso pela segregação das áreas residenciais fechadas, fortes disparidades no acesso aos serviços urbanos, falta de sentimento de pertencimento (BOURDIN, 2005, p.35 *apud* SPOSITO, 2012, p. 142).

A face contrária dos processos de segregação residencial são os processos de renovação urbana, ou *gentrification*, implicando dois movimentos: a recuperação de áreas residenciais dos bairros centrais da cidade e sua ocupação por famílias de setores médios ou médios altos; e/ou a reativação comercial. Ambos contribuem para o aumento do valor da

propriedade, dos gastos com manutenção dos imóveis. Alguns residentes podem continuar nesses lugares após o aumento; outros os abandonarão (DI VIRGILIO *et al*., 2011).

A renovação urbana transforma não só a paisagem das cidades, mas também as relações sociais desenvolvidas no território. As transformações se dão na arrumação das fachadas das moradias, a construção de ruas e novos locais para os vendedores de comida, o fechamento do bairro, assim como a disposição de serviços de vigilância privada vinte e quatro horas. Quando vizinhos se veem obrigados a cumprir normas de convivência, como não escutar música em alto volume, não sair sem camisa pela vizinhança, não jogar futebol na praia e não realizar festas sem autorização do município, modificam-se hábitos de vida das pessoas e dos espaços de socialização nos quais seus habitantes cresceram e interagiram.

Este processo de regeneração esconde: transformações urbanas que não consideram a opinião da população; o disciplinamento social da população do bairro através da imposição de uma série de regras de comportamentos; a exclusão e segregação de certos setores da sociedade considerados marginais, como vendedores ambulantes, homossexuais, gangues (DI VIRGILIO *et al*., 2011). À segregação e à pobreza acrescentam-se problemas como: degradação ambiental, sistema de transportes e de tráfego ineficiente, antiecológico e caro, prioridade aos veículos particulares e uso excessivo de transportes rodoviários, como o ônibus (SOUZA, 2011).

### 3.4 Olhares objetivistas sobre pobreza

A pobreza frequentemente é conceituada como escassez de renda e carência de recursos materiais indispensáveis à vida. Com a predominância de avaliações monetárias do grau de pobreza não costumamos pensá-la como processo multidimensional, nem auxiliar políticas sociais mais amplas que assegurem acesso de qualidade à escolaridade, saneamento básico, segurança, trabalho, moradia e que reduzam a mortalidade infantil, dentre outras necessidades (FERRARINI, 2008). Essas noções agrupam, ainda, dinâmicas relacionadas à instabilidade ou precariedade do trabalho, fragilidade ou ruptura de vínculos sociais básicos, fragmentação da sociedade, diversidade dos valores centrais, limites de pertencimento em zonas de estabilidade social e novas formas de exclusão em razão das reconversões industriais e tecnológicas (ESTIVILL, 2003 *apud* FERRARINI, 2008).

A instabilidade ou precariedade trabalhista consiste em uma ou mais das seguintes situações: instabilidade laboral; ausência de contratos legais; diminuição ou ausência de proteção social e benefícios de acordo com padrões legais; não cumprimento ou violação de

acordos coletivos de trabalho; e baixos salários. O conceito de precariedade tem sido relacionado com a pobreza, posto que a deterioração das condições de emprego tenha consequências negativas sobre o nível de vida, pondo em risco um número crescente de pessoas. Numerosos estudos evidenciam a estreita relação entre precariedade laboral e pobreza, mostrando que os mais afetados são jovens, mulheres e pessoas com baixo nível de instrução (SPICKER *et al.*, 2009).

Já a fragmentação socioeconômica e a desigualdade social são influenciadas pelos processos de reestruturação do mercado de trabalho, da retração do Estado nacional através das privatizações, terceirizações e perda de espaços públicos, dos impactos de novas tecnologias na localização econômica e residencial. Assim como pela perda de referências familiares, segregação residencial, surgimento de novas linhas de consumo e cultura, e pela emergência de múltiplos sujeitos com conflitos e demandas para a gestão pública. As modernizações e as trocas econômicas coexistem com as piores condições de vida para grande parte da população e com a ruptura de costumes e da noção de identidade local (VEIGA, 2006). Assim, nas ciências sociais, a pobreza é entendida em ao menos doze sentidos específicos, mostrados no quadro 1.

**Quadro 1 - Sentidos relacionados à pobreza pelas ciências sociais**

<table>
<tr><th>Condições sociais</th><th>Condições materiais</th><th>Situação econômica</th><th>Juízo moral</th></tr>
<tr><td>Classe social</td><td>Necessidades insatisfeitas</td><td>Nível de vida</td><td rowspan="5">Juízo moral</td></tr>
<tr><td>Dependência</td><td rowspan="2">Privações</td><td rowspan="2">Desigualdade</td></tr>
<tr><td>Carências de seguridade básica</td></tr>
<tr><td>Ausência de titularidades</td><td rowspan="2">Limitações de recursos</td><td rowspan="2">Posição econômica</td></tr>
<tr><td>Exclusão</td></tr>
</table>

Fonte: Spicker (2009).

A população é considerada pobre porque não tem algo necessário, ou carece dos recursos para atender às suas necessidades. Mas nem toda necessidade pode ser vista como equivalente à pobreza: esta última se refere a privações sofridas durante um período de tempo. A perpetuação no tempo destas privações é importante porque àquelas temporais (tais como as experimentadas por vítimas de catástrofes) não são suficientes para constituir ‘pobreza’, definida por ser um padrão de privações mais que pela privação em si. A pobreza pode ser uma forma de necessidade causada pela limitação/privação severa de recursos alimentares, sanitários, água potável, saúde, moradia, educação, informação e monetários (SPICKER, 2009).

Apesar da ideia de nível de vida estar intimamente ligada à necessidade, trata-se de um conceito de caráter geral que se refere não tanto às formas específicas de privação, mas à

experiência geral de viver com menos se comparado os demais. Indivíduos e famílias são considerados pobres quando seu nível de vida, medido em termos de renda, está abaixo de um padrão específico. A linha de pobreza, definida pelo Banco Mundial, se baseia em cifra arbitrária de US$ 1 ou US$ 2 por dia para identificar a pobreza em referência ao nível geral de vida que será alcançado com esses valores diários.

Definir a pobreza a partir das distâncias econômicas entre indivíduos é muito comum, mas traz implicações muito importantes: a redução dos recursos dos mais ricos supostamente equivaleria a uma redução da pobreza. Em outras palavras, os 'pobres' não estariam menos pobres, e sim os 'ricos' estariam menos ricos. Isto não é a mesma coisa de redução de pobreza, haja vista a possibilidade de não estar ocorrendo uma melhor distribuição de renda do âmbito do capital para o do trabalho. A pobreza como condição de classe social identifica a posição socioeconômica com o status socioeconômico. Os círculos sociais e ocupacionais são constitutivos da noção de classe. Algumas vezes se consideram pobres aqueles que recebem benefícios sociais devido a suas carências de meios. A pobreza como uma carência de seguridades básicas é a ausência de um ou mais fatores que permitem aos indivíduos e suas famílias assumirem responsabilidades básicas e desfrutar de direitos fundamentais.

A exclusão social pode ser vista não só em termos de níveis de renda, mas também vinculada a questões como educação, acesso a serviços, habitação. Os fenômenos derivados da exclusão social incluem: o ressurgimento dos que vivem sem habitação; crises urbanas; tensões étnicas; aumento do desemprego de longo prazo; altos níveis persistentes de pobreza (SPICKER, 2009). Portanto, as pessoas estão excluídas se não estão suficientemente integradas à sociedade. Em alguns casos, o conceito aparece como um substituto do termo pobreza. Mas noutros, se sustenta que a pobreza é um conceito ocupado dos problemas relacionados diretamente com os recursos econômicos, enquanto a exclusão social se ocupa de uma ampla gama de questões relacionadas com a integração do indivíduo à sociedade. Isto significa que a exclusão inclui a pobreza, e que a pobreza não inclui a exclusão (SPICKER *et al*., 2009).

Já a pobreza como juízo moral, leva consigo um juízo e um imperativo moral de que algo deveria ser feito a respeito (SPICKER, 2009), e implica também um juízo moral do próprio sujeito pobre que, provavelmente, não fez o suficiente para sair da condição de pobreza. Milton Santos (1999; 2001) declarou que os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e de dívida social ao longo dos anos: a pobreza incluída; a marginalidade; e a pobreza estrutural.

A pobreza incluída era produzida em um lugar sem se transmitir a outros, haja vista resultar da desadaptação local aos processos gerais de mudança ou de inadaptação às condições naturais. Apresentava-se como um acidente natural ou social, pois os processos de racionalização não comandavam a vida econômica, social, cultural e política, e era sazonal. Portanto, a presença de técnicas, aderidas ao território ou insensíveis à vida social, era relativamente pouco expressiva. As soluções ao problema eram privadas, assistencialistas e locais, sendo as Santas Casas de Misericórdia notórios exemplos de assistência[7]. O consumo não estava amplamente difundido, e o dinheiro ainda não organizava uma coesão social imperiosa, sendo um processo menos discriminatório. Isso explica a razão de se falar em pobres incluídos (SANTOS, 1999; 2001).

Num segundo momento, a pobreza, enquanto marginalidade, era identificada como moléstia da civilização, cuja produção acompanhava o próprio processo econômico, produzida pela divisão internacional e/ou nacional do trabalho. Poderia ser corrigida pelos governos dos chamados Estados de Bem-Estar Social, que se sensibilizavam com o problema e cujas ideias dominavam a literatura acadêmica e o discurso político. O consumo se estabeleceu como variável explicativa das diferenças e da percepção das conjunturas. Expandiram-se as possibilidades de circulação e, graças às formas modernas de divulgação das inovações, a informação revolucionou as relações sociais. A ampliação do consumo o tornou fator de reconhecimento social, marcador não só de condições materiais, mas também psicológicas e sociais, dando à pobreza novos conteúdos e definições. Além da pobreza absoluta, criou-se e recriou-se uma pobreza relativa, classificadora dos indivíduos pela sua capacidade de consumir e pela forma como o fazem (SANTOS, 1999; 2001).

A pobreza atual existe como vasos comunicantes de escala global e como algo racional, um resultado necessário do presente processo de produção (inclusive científica) e acumulação de capital, um fenômeno voluntário. Naturalizamos[8] a pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e com a conivência de intelectuais contratados para legitimar esse processo, fundamentada em uma racionalidade sem razão que comanda ações hegemônicas e arrasta as

[7] Illich (2000) afirma ser a assistência social uma mediação sem precedentes de recursos escassos através de agentes definidores do que é necessidade e verificam onde ela existe, e ainda supervisionam de perto a aplicação do 'remédio', com ou sem aprovação do necessitado.

[8] O efeito de naturalização está em não percebermos a pobreza como expressão de realidades sociais estruturadas sob o código da desigualdade na reprodução material e simbólica da sociedade. "E como não há desigualdade social sem desigualdade espacial, as hierarquias se expressam na concentração dos bens ou serviços públicos e privados e na sua reprodução simbólica legítima. Simbólica na medida em que estruturas sociais também convertem-se em estruturas mentais e vice-versa. São categorias de percepção que classificam pessoas e grupos por sinais diacríticos, estilos de vida, valores, gostos, etc." (ALMEIDA *et al*., 2008, p. 112).

demais. Agora, os pobres são excluídos e frutos dessa racionalidade. É uma pobreza trazida não apenas pela expansão do desemprego, como pela redução do valor do trabalho, a destruição de economias de subsistência (SANTOS, 1999; 2001).

A pobreza tem causa estrutural nas desigualdades de apropriação de recursos (inclusive políticos) e de poder na sociedade capitalista globalizada (FERRARINI, 2008), exclusão persistente, violações sistemáticas aos direitos humanos, sociais e políticos básicos. Dois fatores contribuem para esta falta de acesso: a gestão centralizada dos recursos por parte do Estado; e a perda por parte dos pobres de seu poder de negociação e de seu acesso à tomada de decisões em áreas que afetam suas vidas. Entender a pobreza estrutural deste ponto de vista é lutar contra uma velha cultura do conhecimento, promovendo e construindo um novo conhecimento sobre a pobreza[9]. Este enfoque busca dar conta da pobreza de longa duração. Não se trata de uma questão de privação de recursos e de falta de acesso ao emprego, já que a pobreza estrutural tem uma conexão com as importantes complexidades das relações sociais e de poder (SPICKER *et al*., 2009).

Mas o que se vê são soluções localizadas, parcializadas, segmentadas. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo (SANTOS, 2001). Para transformar as condições materiais e estruturais, as práticas sociais e econômicas são condições necessárias, mas não suficientes. Necessitamos enfatizar a subjetividade, o conhecimento e os valores éticos, tanto na produção das desigualdades quanto nas suas formas de libertação, fatores esses negligenciados nos projetos emancipatórios da modernidade (FERRARINI, 2008) que tratam a pobreza e a dívida social como algo imutável, "quando, como qualquer outra ordem, podem ser substituídas por uma ordem mais humana" (SANTOS, 1999, p. 12).

O conceito de pobreza como privação de capacidades, criado por Amartya Sen, introduziu a dimensão ética e estética para instigar reflexões sobre a finalidade do crescimento econômico (FERRARINI, 2008). Esta perspectiva não nega a ideia da renda baixa ser uma das causas da pobreza, pois de fato pode ser a razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa. Mas sua mudança de foco (da renda para as capacidades) concentra-se em privações intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é instrumentalmente importante): a renda não é o único instrumento gerador de capacidades; a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre as comunidades, as famílias e os indivíduos (SEN, 2010). Isso por que a relação renda-capacidade é afetada pela

[9] Rahnema (2000) levantou questões interessantes sobre a perspectiva de que a pobreza tem conhecimento de si mesma, e que, dependendo do conceito sobre o que é pobreza, da época e do lugar, ela pode ou não existir.

idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais, a localização, as condições epidemiológicas e outras tantas variações sobre as quais não temos controle ou se o temos é apenas de forma limitada. Desvantagens como doença, por exemplo, reduzem o potencial de auferir renda e convertê-la em capacidade. Implica a possibilidade da pobreza real ser mais intensa do que aparenta na dimensão de rendimentos.

Dentro das famílias, se a renda é usada desproporcionalmente em favor de alguns, enquanto outros são negligenciados, o grau de privação destes últimos não se reflete no nível de renda familiar. Portanto, o que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento de sua natureza e causas, desviando a atenção principal dos meios (a renda) para os fins que as pessoas buscam e para as liberdades de poder alcançá-los. A redução da pobreza de renda não pode, em si, ser a motivação soberana de políticas visando seu combate e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, com o argumento de serem bons meios para atingir o fim. O aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda, estabelecendo importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações mais raras e menos pungentes (SEN, 2010).

Mas a pobreza dificulta não só a própria existência. Ao privar o ser humano do direito de gozar de boa saúde, receber educação e desfrutar de um nível de nutrição suficiente, também destrói suas aspirações, suas esperanças e seu deleite do futuro. Não é comum que o princípio de pobreza se baseie na desnutrição, embora possa existir estreita relação entre elas. A desnutrição resulta em debilidade muscular, atrofia e aumento da vulnerabilidade a enfermidades e infecções, afetação das capacidades cognitivas, da capacidade de realizar um trabalho produtivo (RAY, 1998). Logo, a pobreza pode ser vista sob cinco dimensões, mostradas no quadro 2.

**Quadro 2 - Dimensões da pobreza e suas caracterizações**

| Dimensão | Características |
|---|---|
| Econômica | Falta de acesso aos bens e recursos materiais necessários à vida digna. |
| Social | Fragilização dos laços sociais, dos vínculos afetivos familiares, do sentimento de pertencimento, aceitação e valorização nos contextos sociais. |
| Política | Desconhecimento acerca da injusta distribuição da riqueza e a ignorância a respeito desta. |
| Humana | Baixa autoestima; falta de cuidado consigo mesmo; dificuldade de se ter projetos de vida, de sonhar e planejar um futuro melhor. |
| Cultural | Acesso precário à contemplação e ao exercício da expressão e da constituição de si através da arte, da estética e do lúdico. |

Fonte: Ferrarini (2008).

Também o conceito de qualidade de vida ajuda na compreensão da pobreza enquanto ausência daquela, pois se relaciona com a satisfação das necessidades humanas regidas por dois grupos de valores: aqueles pautados no bem-estar social (ou felicidade objetiva) e os relacionados à diferença. Os primeiros têm vínculos com o bem-estar individual em função de saúde, segurança e riqueza. Os valores moldados à diferença aludem ao respeito, integridade, afeto e se dá pela relação do indivíduo com seus semelhantes. Algumas contribuições interessantes foram feitas por Maslow sobre a hierarquia das necessidades humanas e por Allardt que resume essas necessidades em três verbos: ter, amar e ser (VITTE, C., 2009), classificações apresentadas no quadro 3.

**Quadro 3 - Classificação das necessidades relacionadas aos verbos ter, ser e amar**

| **Necessidades do verbo Ter (de sobrevivência)** |
|---|
| Recursos econômicos (renda e riqueza);<br>Condições de moradia (espaço disponível e equipamentos domésticos);<br>Emprego;<br>Condições de trabalho (barulho, temperatura, rotina, medidas de estresse, etc.);<br>Saúde (presença ou ausência de dor e doenças, cuidados médicos);<br>Educação formal. |
| **Necessidades do verbo Ser (crescimento pessoal, apesar da alienação)** |
| Grau de participação individual nas decisões e atividades que influenciam a vida;<br>Atividades políticas;<br>Oportunidades de lazer para uma vida profissional marcante;<br>Oportunidades para desfrutar do contato com a natureza. |
| **Necessidades do verbo Amar (formas de identidades sociais)** |
| Vínculos e contatos com a comunidade local e a família;<br>Amizades;<br>Participação em organizações e associações;<br>Relações com colegas de trabalho. |

Fonte: Vitte, C. (2009).

As necessidades relacionadas ao verbo amar são mais complexas e quase sempre esquecidas quando o assunto é qualidade de vida. Ceccato (1994 *apud* VITTE, C., 2009) citou os resultados de alguns estudos em que, nas favelas, o ambiente externo era visto positivamente por causa do conjunto vasto e intrincado de relações sociais proporcionadas. Em áreas abastadas, os aspectos mais mencionados eram a compatibilidade social (padrão de vida), as instalações físicas bem planejadas, arborização, segurança e acesso ao comércio. Yi Fu Tuan (*apud* CECCATO, 1994 *in* VITTE, C., 2009), estudioso da percepção vinculada ao espaço e ao lugar, afirma a tendência das pessoas a julgarem a qualidade do seu ambiente mais pelo que percebem ser um bom vizinho do que pela condição física do bairro.

Mas, mesmo com a inserção de elementos subjetivos nessas análises, ainda está implícito o caráter objetivo e normativo dessas. Dito de outra maneira, no momento em que a

qualidade de vida é expressa em termos de um bem comum universal, as várias formas da arte de viver e de saber tendem a ser menosprezadas em benefício de um projeto coletivo único, que facilmente homogeneíza os objetivos individuais (LATOUCHE, 2000).

### 3.5 O olhar subjetivista sobre pobreza: a visão de Majid Rahnema

Cabe aqui uma advertência. Alguns leitores poderão sentir um incômodo e um desejo de refutar as ideias desse autor pelo fato da percepção de pobreza, enquanto privação contínua de necessidades, haver se naturalizado quase inquestionavelmente e por ser ativada sempre que esta palavra é pronunciada. Esse incômodo chama atenção para as diversas premissas implícitas socialmente incorporadas, especificamente aquelas relacionadas à necessidade de crescimento. Sugerimos então, para os momentos de difícil entendimento das suas afirmações substituir a expressão 'pobreza escolhida' ou 'solidária' por 'sobriedade e novos estilos de vida', orientados pelos conceitos de decrescimento sereno e bem-viver. Em nossas sociedades contemporâneas a palavra pobreza gera rejeição e quase medo e até conceitos cunhados para referir-se a outros possíveis estilos de vida, como o de decrescimento se depara com o problema de, em nossas sociedades, o crescimento ser instintivamente considerado bom enquanto o contrário é ruim.

A "destituição, ou pobreza imposta, sem dúvida dói, avilta e leva as pessoas ao desespero. Em muitos lugares, a fome e a miséria clamam aos céus. De fato, são poucos os conceitos desenvolvimentistas que se sustentam diante de tão gritante realidade" (RAHNEMA, 2000, p. 229). Mas, vinte anos de reflexões levaram Rahnema a distinguir 'pobreza' enquanto estilo de vida baseado na moderação (pobreza solidária) de 'miséria' (falta de acesso aos meios de subsistência) e a afirmar quão estreitas são as nossas percepções.

Primeiramente, conforme o autor, a 'pobreza global' – definida em 1948 pelo Banco Mundial, caracterizando países e pessoas como pobres pelo fato de suas rendas brutas serem insignificantes com relação àquelas dos países desenvolvidos – é um mito, uma construção moderna e o invento de uma cultura que não considera a pobreza como dificuldades humanas multifacetadas (*Idem.*). É um exemplar exercício do pensamento abissal, onde se julga o 'outro' (do lado de lá da linha) conforme os parâmetros do lado de cá, como se estes fossem os únicos pensáveis e indiscutivelmente melhores. Somente após a expansão do capitalismo mercantil, dos processos de urbanização com seu empobrecimento em massa e da monetização social, os pobres foram definidos como carentes daquilo que os ricos tinham em termos monetários e de posses.

Os processos de economização da vida e de integração forçada das sociedades autóctones na economia mundial foram os principais fatores a contribuir na ‘construção da pobreza’ através da imposição do estilo de vida ocidental consumista para o conjunto de países do Sul. Assim como a existência de meios de informação de massa determinando as necessidades da vida, em termos do consumo selvagem e luxuoso, se sobressaindo aos antigos horizontes familiares e aos parâmetros de comparação definidos pela própria comunidade (RAHNEMA, 2000). Hoje, a maior parte da humanidade aceita, inquestionavelmente, a sua condição humana como sendo de dependência de produtos. As necessidades se tornaram normas fundamentadoras das certezas sociais comuns relegando para o plano dos valores pessoais as premissas culturais e religiosas herdadas de nossos antepassados sobre as limitações humanas (ILLICH, 2000).

Sua segunda afirmação é sobre a existência de tantos pobres no mundo e tantas concepções de pobreza quantos são os seres humanos. Os idiomas competem entre si pelo número de palavras que caracterizam situações e condições associadas às diferentes conceituações de pobreza. Por muito tempo, em muitas culturas e no mundo pré-globalizado, pobre não significou o oposto de rico, mas sim o cair do nível de vida, a privação de instrumentos de trabalho, a perda de status ou ofícios, a falta de proteção, exclusão comunitária, abandono, enfermidade e/ou humilhação pública. Mesmo na Europa os pobres ou despojados significaram o oposto de poderoso, um homem livre cuja liberdade só era ameaçada pelos potentes – século IX – ou que tinham de respeitar a força dos soldados – século XI (RAHNEMA, 2000).

A pobreza era sinônima das condições precárias nas quais a maioria das pessoas sobrevivia a maior parte do tempo e envolvia uma interpretação cultural específica da necessidade de viver dentro de limites extremamente reduzidos, definidos de forma diferente para cada lugar e época. Era o nome de um estilo ecologicamente sustentável de lutar e vencer uma necessidade historicamente dada de enfrentar o inevitável e não uma carência tecnicamente construída (ILLICH, 2000). O ponto em comum entre as diversas concepções era a ideia de falta ou deficiência. “Quando pobre é definido como destituído de uma série de coisas necessárias para a vida, pode-se perguntar: O que é necessário e para quem? E quem está autorizado a definir isso tudo?” (RAHNEMA, 2000, p. 230). A imprecisão do conceito começa quando se atravessam as fronteiras autóctones. Os efeitos capciosos da destruição desses espaços são especialmente perigosos em uma época em que muitas alternativas precisam ser exploradas, considerando tanto o avanço de certas tecnologias autônomas e

participativas, quanto às soluções inventivas oferecidas por alguns movimentos populares em termos de recuperação dos espaços vitais de seu povo.

Sua terceira afirmação fala sobre uma transformação radical do nosso estilo de vida, incluindo a reinvenção da pobreza escolhida, moral ou solidária[10] – isto é, "o ideal de uma subsistência baseada nos antigos princípios morais de simplicidade, frugalidade, suficiência e respeito por todos os seres humanos e todas as formas de vida" – tornando-se condição necessária de qualquer luta séria contra as novas formas de produção da miséria (RAHNEMA, 2000, p.245). "O temor de cair novamente num passado miserável, seja qual for a eventual deformação das lembranças, não é ilegítimo. Contudo, não se trata de voltar a essa penúria, geralmente exacerbada por desigualdades insuportáveis" (LATOUCHE, 2009, p.73). Trata-se de distinguir as necessidades fundamentais daquelas privilegiadas pela sociedade do crescimento referindo-se à compensação das perdas passadas (como espaços verdes); de reparação ou prevenção de danos; e as instituídas pelos desenvolvimentos precedentes (o consumo de novos produtos influenciado pela publicidade, cuja produção se deu pela concorrência desenfreada) (HOOGENDIJK, 2001 *apud* LATOUCHE, 2009).

Portanto, os fatos fundamentadores das construções de pobreza são as 'coisas' cuja falta é vista como tal, sejam elas materiais ou existenciais (incapacidade de alcançar objetivos, falta de sorte, de respeito, negligência, etc.). Essas faltas, embora condicionadas aos diferentes espaços e sociedades, estão irredutivelmente incorporados às nossas ideias de pobreza, sem confirmar primeiro a sua imagem e sendo percebidas diferentemente, tanto pelos chamados pobres, quanto pela sociedade em geral. Também são afetadas pelo espaço-tempo no qual pertencem. Mas só quando essas coisas, ou sua combinação, são sentidas pelos sujeitos como expressão de pobreza, é que adquirem o exato significado associado a ela, pois, nem sempre, a falta de meios materiais é vista negativamente.

Por exemplo, os sufis iranianos, os sanyasins indianos e os gandhianos consideram a liberdade de posses materiais alienantes uma bênção, uma oportunidade de alcançar formas mais elevadas de riqueza. Entretanto, os destituídos e materialmente despojados continuam vendo negativamente suas dificuldades (RAHNEMA, 2000). Estes exemplos e aqueles citados na seção 3.2 sobre outras tantas culturas incorporadoras de visões de mundo diferentes da ocidental dominante, fundamentam-se em dimensões espirituais e compartilham ideais que

[10] "Fomos formatados pelo imaginário do 'sempre mais', da acumulação ilimitada, dessa mecânica que parece virtuosa e que agora se mostra infernal por seus efeitos destruidores sobre a humanidade e o planeta. A necessidade de mudar essa lógica é a de reinventar uma sociedade em uma escala humana, uma sociedade que reencontre seu sentido da medida e do limite que nos é imposto porque, como dizia meu colega Nicholas Georgescu-Roegen, 'um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito'." (LATOUCHE, 2009, contracapa do livro).

se mostram indiferentes à ideologia desenvolvimentista dominante, individualista, materialista, utilitarista, linear.

A consciência dos pobres das suas dificuldades é afetada pelo modo como os outros o veem. Essas distintas maneiras de enxergar a questão levaram a duas reações: a existência de variadas formas de intervenção diretas ou indiretas baseadas em razões sociais, culturais ou éticas; e as reações fundamentadas em filosofias de não intervenção, justificadas pela crença de que pobres merecem sua condição. Ou que nada pode ser feito a respeito (*Ibid.*).

> No âmbito do senso comum, a pobreza é predominantemente pensada pelos não pobres de tal forma que dela tem-se uma imagem em negativo: os pobres tendem a ser pensados não em sua positividade concreta – como são, de fato –, mas em termos do que lhes falta, do que não têm (nos campos material e simbólico), além de ser vistos, também em termos tendenciais, como não sujeitos, como seres passivos que pouco (ou quase nada) atuam sobre o mundo (LEITE, 2002 *apud* LEITE, 2005, p.5).

Para 'os pobres' a representação do 'olhar do outro' (em nossas sociedades, situado em posição hierarquicamente superior) tem importância fundamental na construção de suas identidades, explicando, por exemplo, porque crianças moradoras de rua fazem grande esforço para se mostrar trabalhadoras, defendendo-se da imagem de vagabundos e pequenos bandidos; e assim como entre os pobres urbanos, uma casa bem arrumada, "vista como extensão de uma pessoa, é um valor por meio do qual se demonstra 'respeitabilidade' – 'apesar' da pobreza" (SARTI, 1996 *apud* LEITE, 2005, p. 6). Trata-se da afirmação de si em face do olhar de outrem (*op. cit.*).

Entretanto, "as sociedades mais conservadoras resistiram à ideia de que pobreza refletia uma inadequação pessoal" (RAHNEMA, 2000, p. 235). Por isso, é imprescindível advertir sobre os perigos de ideologias sectárias. É extremamente necessário confiar nas próprias culturas e sabedoria criativa para lidar com sua realidade. O compartilhamento de ideais espirituais comuns de uma natureza purificadora pode criar novas e contagiantes formas de entusiasmo e solidariedade aumentando a eficácia na atividade grupal. E é necessário ter convicção de que a resposta às formas de pobreza material imposta deve ser encontrada na maneira pela qual o povo, ética e culturalmente, encara a pobreza (RAHNEMA, 2000).

Assim,

> chegou a hora de encarar a pobreza de um modo diferente. Chegou a hora de resgatar o velho costume da pobreza voluntária[11], tanto como uma nova forma de liberação individual, quanto como um instrumento importante para diminuir todas as outras formas de pobreza embrutecedora. Um trágico tipo de pobreza, muitas vezes tido como expressão de modernidade, é o de um mundo de indivíduos e países economicamente obcecados, lutando entre si em meio a mais ganância, mais

[11] Isto é, a sobriedade, os estilos de vida orientados pelo decrescimento sereno e o bem-viver.

> violência, mais espoliação e mais destruição das forças vitais internas e externas da humanidade. Essa pobreza de percepção e estilo de vida está agora sendo questionada pelos ideais de um tipo diferente de pobreza. [...] a terra só poderá fornecer o suficiente para satisfazer todas as necessidades das pessoas, se eles se livrarem da ganância. [...] O florescimento de outras formas de pobreza participativa, mais elevadas, pode então significar a derradeira esperança para a criação de sociedades diferentes baseadas na alegria de 'ser mais', em lugar da obsessão de 'ter mais' (RAHNEMA, 2000, p. 246).

Sobre a pobreza de percepção e de estilo de vida, Cristóvam Buarque (2013) escreveu que os brasileiros ricos são pobres por que compram sofisticados automóveis importados, mas ficam, por horas, engarrafados ao lado dos ônibus de subúrbio; às vezes, são assaltados, sequestrados e mortos. Constroem mansões modernas, mas se escondem atrás de muralhas; usufruem privadamente o que a riqueza lhes oferece, mas vivem encalacrados na pobreza social; gastam dinheiro apenas para corrigir os desacertos criados pela desigualdade provocada por suas riquezas. São incapazes de ver a riqueza existente nos pobres, na cabeça de um povo educado. A pobreza de espírito tem inspirado as decisões governamentais das pobres ricas elites brasileira que, se percebessem a riqueza potencial que há nos braços e cérebros dos pobres, poderiam reorientar o modelo de desenvolvimento em direção aos interesses de nossas massas populares (*Id.*, 2013).

Se nos tornarmos capazes de olhar o mundo de uma maneira diferente, deixando de ver unicamente duas possibilidades – desenvolvimento ou subdesenvolvimento – redescobriremos a multiplicidade de formas reais e possíveis de ordenar as comunidades e o valor destas, nos conscientizando de que muitas das coisas que chamamos de pobres são apenas formas diferentes de prosperidade (LUMMIS, 2000). Precisamos considerar aqueles classificados em situação de pobreza como sujeitos capazes de intervir no mundo em que vivem, "ainda que não o façam da forma que muitas vezes se lhes propõe/impõe com base num 'olhar de fora', que desconhece a positividade concreta de sua situação". Afinal, "*os pobres que sobrevivem* poderiam sobreviver, ainda que a duríssimas penas, se não fossem sujeitos atuantes, que improvisam com criatividade, a todo o momento, para atender às necessidades mais elementares?" (LEITE, 2005, p. 7, *grifos do autor*).

Assim, não vemos como solução para os problemas de desigualdade fazer a pobreza caminhar na estrada do desenvolvimento; e sim, mudarmos nossa cultura de superfluidade, onde permaneçam hábitos moderados de consumo e onde os 'ricos' vejam a vergonha e a vulgaridade de seus hábitos consumistas que, para se tornarem reais, os fazem montar em ombros alheios (LUMMIS, 2000). É preciso que os sujeitos se empoderem[12]. Para tanto, são

[12] Empoderamento enquanto conquista, avanço e superação daquele que se empodera (um sujeito ativo do processo) e não uma transferência benévola transformadora do sujeito em objeto passivo (VALOURA, 2006).

necessárias a obtenção de informações adequadas, reflexões e tomada de consciência quanto à condição atual. Além de uma clara formulação de transformações desejadas e da condição a ser construída; mudanças de atitudes que impulsionem o sujeito para a ação prática e sistemática direcionada aos objetivos e metas traçados, abandonando posturas reativas e receptivas (SCHIAVO e MOREIRA, 2005 *apud* VALOURA, 2006).

O empoderamento dos sujeitos rotulados 'pobres' é um processo complexo porque os leva a discutir o único jeito conhecido de organização do mundo permitindo-os sonhar e realizar outros jeitos possíveis, colocando em xeque o único modo deles se reconhecerem, implicando resistências e medos. A construção desse complexo percurso (incluindo a autoestima, a assunção de responsabilidades consigo e com o coletivo) pode acontecer recorrendo aos processos de pedagogia da criatividade[13], nas quais as inteligências múltiplas e capacidades, expressivas e reflexivas dos próprios sujeitos criativas – sistematicamente censuradas e menosprezadas pelo sistema educativo tradicional – se tornam apoios nas metodologias educativas. Mas, no instante em que o sujeito se percebe diferente do que sempre achou ser, abrindo-se para outras possibilidades, as transformações serão sustentadas não só em projetos externos (racionalidades alheias), mas em pequenas mudanças endógenas que alavancarão novos desejos e sonhos em sujeitos e comunidades (GIANNELLA *et al*, 2013).

[13] Fundamenta-se na adoção de metodologias integrativas e de *transformance*, apontando para percursos de autoafirmação criativa dos sujeitos, elementos essenciais nos processos de empoderamento, autonomia, responsabilização individual e coletiva, com relação ao presente e ao futuro (GIANNELLA *et al*, 2013).

# 4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

## 4.1 O território

O município de Crato cresceu no entorno das margens do rio Jaguaribe-Mirim e seus afluentes, Granjeiro e Batateiras, ao sopé da Chapada do Araripe, em uma depressão sertaneja habitada por diversas etnias indígenas, dentre elas os Kariris. Acredita-se que a penetração do território pelos portugueses aconteceu no século XVII, no aclive entre os morros do Seminário e do Barro Vermelho. A então povoação de Miranda elevou-se à categoria de vila em 1762, foi instalada em 1764 como Vila Real do Crato e só tornou-se cidade em 1853 (SOUSA, 2012). Importantes episódios da história brasileira[14] se deram em Crato que testemunhou desde movimentos de libertação até demonstrações de fé. Além de muitas manifestações folclóricas, possuindo um dos acervos históricos mais ricos do Cariri (GURGEL, 2010).

Está localizado no sul do estado do Ceará, fronteira com Pernambuco. Possui uma área absoluta de 1.009,2 km², altitude de 426,9 m e distância em linha reta da capital estadual, Fortaleza, de 400 km (IBGE *apud* IPECE, 2013). O clima é o tropical quente semiárido brando e subúmido, com temperatura média entre 24°-26° C. A pluviosidade é de 1.090,9 mm e o período chuvoso é de janeiro a maio (FUNCEME *apud* IPECE, 2013). O município está dividido em 10 distritos: a sede Crato; Baixio das Palmeiras; Belmonte; Campo Alegre; Dom Quintino; Monte Alverne; Bela Vista; Ponta da Serra; Santa Fé; e Santa Rosa. E 24 bairros, além do centro da cidade: Alto da Penha; Barro Branco; Franca Alencar; Gizélia Pinheiro/Batateira; Independência/Asa; Lameiro; Mirandão; Mutirão; Muriti; Novo Horizonte; Ossian Araripe/Caixa d'água; Pantanal; Parque Granjeiro; Parque Recreio; Pimenta: Pinto Madeira; São Miguel; Seminário; Sossego; Vila Alta; Vila Lobo; Vila São Bento; e os conjuntos Santa Luzia e Vitória Nossa (SOUSA, 2012).

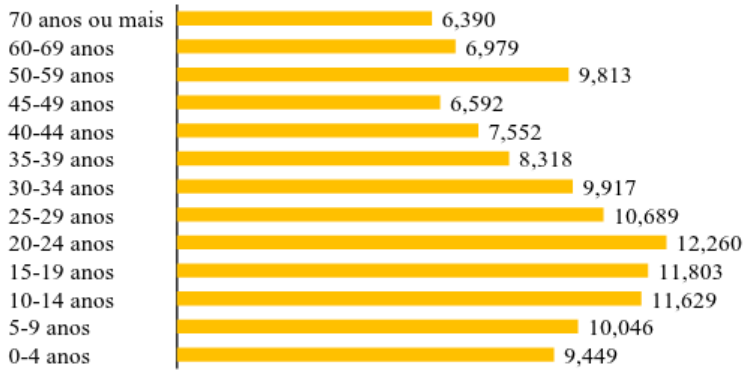
Entretanto, a delimitação territorial desses bairros é confusa e não uniforme. Tomemos como exemplo os casos dos pares de bairros Alto da Penha – Mutirão e Vila Alta – Parque Recreio. Enquanto para os Correios, as companhias de energia e abastecimento de água e

[14] José Martiniano de Alencar deflagrou o primeiro movimento republicano no Cariri (principalmente em Crato), conhecido como a Insurreição de 1817. Com seu irmão Tristão Gonçalves e sua mãe Bárbara de Alencar, foi preso e enviado para masmorras de Fortaleza e Salvador. Outro episódio marcante aconteceu após o fim da guerra de Canudos – Bahia, quando o beato José Lourenço Gomes da Silva veio morar em Crato e, com o aval do padre Cícero, fundou a irmandade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Um experimento social-religioso que incomodou as forças regionais da época e teve um final trágico em 1937, quando aviões foram usados como armas para massacrar os que ali viviam (SOUSA, 2012).

esgoto, e para a população determinadas ruas se localizam nos primeiros bairros de cada par, para a secretaria de saúde tais ruas se localizam nos segundos bairros dos grupamentos, seguindo a orientação da Ementa da Lei Nº 2.283/2005, da Câmara Municipal do Crato, que reorientou os limites urbanos municipais.

Quanto aos aspectos demográficos e sociais, obtidos do censo 2010, a população municipal era de 121.428 habitantes[15], 83,11% residentes em áreas urbanas e 16,89% em áreas rurais. Sendo predominantemente adulta, conforme podemos observar no gráfico 1. Segundo Beaujeu-Garnier (2010), o grande número de adultos é característica básica da população urbana, inclusive pela atração desses indivíduos, mais dinâmicos, capazes de se desenraizar e se fixar fora do seu meio de origem. Isso é comum entre aqueles com idade entre 15 e 35 anos. Também é nesta faixa etária em que começam a constituir famílias. Com as informações do gráfico, constatamos que 52.987 indivíduos estavam com idade entre 15 e 39 anos.

**Gráfico 1 – População recenseada de Crato-CE em 2010, por grupos de idades**




Fonte: Censo Demográfico 2010 (*apud* IPECE, 2013).

Em 2010, o Crato apresentava densidade demográfica de 104,87 hab./km², com taxa geométrica de crescimento anual total de 1,5%. A mesma taxa referente ao crescimento da população urbana foi de 1,86% e da rural foi de -0,11% (CENSO DEMOGRÁFICO 2010 *apud* IPECE, 2013). Destacamos que o crescimento populacional se deve ao crescimento migratório e ao vegetativo. Este último está relacionado ao aumento da natalidade – influenciada por fatores como fertilidade e estrutura familiar – e à redução da mortalidade – influenciada pela expectativa de vida e a taxa de óbitos (SOUZA, 2006). Em 2012, a quantidade de nascidos vivos foi de 2.059 bebês, o número de óbitos registrados em unidades hospitalares foi de 27 pessoas e a taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos era de 13,11. A taxa de urbanização em 2010 era de 83,11% (IBGE *apud* IPECE, 2013).

[15] Em 2013, a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi de 126.591 habitantes.

Com relação à saúde, existem cinco hospitais, clínicas especializadas e postos de saúde dispersos pelos bairros (SOUSA, 2012). Em 2012 havia 73 unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), 52 públicas e 21 privadas. 1.012 profissionais de saúde estavam ligados ao SUS, dos quais 205 eram agentes comunitários, 179 médicos, 96 enfermeiros e 58 dentistas. Foram registrados casos de doenças de notificação compulsória: 1.196 de dengue; 55 de hanseníase; 45 de leishmaniose tegumentar e dois casos da visceral; 38 casos de tuberculose; sete de hepatite viral; e um caso de AIDS (SESA *apud* IPECE, 2013).

Quanto aos aspectos educacionais, existem instituições públicas e privadas nos três níveis de ensino. No caso das universidades, há *campi* da URCA e da Universidade do Vale do Acaraú (estaduais), UFCA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a Faculdade Católica do Cariri (privada). No quadro 4 apresentamos percentuais de alguns indicadores educacionais do município em 2012, relativos aos ensinos fundamental e médio.

**Quadro 4 – Indicadores educacionais municipais no ensino fundamental e médio, em 2012**

| Discriminação das taxas | Ensino fundamental | Ensino médio |
|---|---:|---:|
| Escolarização líquida | 91,05% | 59,23% |
| Aprovação | 91,34% | 84,21% |
| Reprovação | 6,86% | 6,46% |
| Abandono | 1,79% | 9,32% |
| Alunos por sala de aula | 23,14% | 23,57% |

Fonte: SEDUC (*apud* IPECE, 2013).

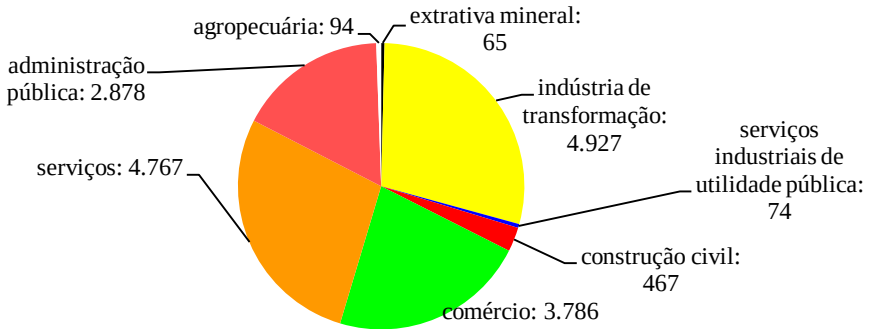
Quanto à existência de escolas com bibliotecas e laboratórios de informática, em 2012, existia uma escola federal e 13 estaduais contendo os dois equipamentos. Do total de 65 escolas municipais, 23 tinham bibliotecas e 20 tinham laboratórios de informática. Das 39 escolas particulares, 28 dispunham de bibliotecas e apenas 13 de laboratórios de informática (SEDUC *apud* IPECE, 2013).

Com relação aos aspectos infraestruturais no ano 2012, a taxa de cobertura de água urbana foi de 92,53% e a taxa de cobertura urbana de esgoto foi de 26,5% (CAGECE *apud* IPECE, 2013). Do total de 33.925 domicílios particulares permanentes, 85,18% tinham seus abastecimentos d'água ligados a rede geral; e 4,92% eram abastecidos por poços ou nascentes. Já o esgotamento sanitário desses domicílios era destinado à rede geral ou pluvial em 34,79% dos casos; à fossa séptica em 9,31% dos domicílios; e 50,07% tinham outras formas de destinação. Ainda com relação aos 33.925 domicílios particulares, 99,43% dispunham de energia elétrica e 84,12% se beneficiaram com a coleta de lixo, que não é seletivo (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 *apud* IPECE, 2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercados, em 2010, foi de R$ 846.429 mil, dos quais 80,76% provenientes do setor de serviços, 16,38% da indústria e 2,86% da agropecuária (IBGE *apud* IPECE, 2013). Em 2011, o PIB foi de R$ 1.022.157 mil, dos quais 70% equivaleram ao valor adicionado bruto dos serviços, 18% da indústria, 2% da agropecuária e 10% desse valor corresponderam aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O PIB *per capita* foi de R$ 8.329,39 (IBGE CIDADES, 2014). Dentre os produtos agrícolas, destacam-se as culturas do feijão, milho, mandioca, arroz, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças, banana, abacate. Dos pecuários: criação extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves. O extrativismo vegetal também está presente na economia, através da extração de madeiras, fabricação de carvão vegetal, atividades com babaçu, oiticica e carnaúba. Além da mineração e piscicultura. Há indústrias calçadistas, de cerâmicas, aguardente, alumínio, e de alimentos. No setor de serviços merecem destaque as atividades das seis agências bancárias, de educação e do comércio. Além do ecoturismo (SOUSA, 2012).

O gráfico 2 mostra o número de empregos formais por atividade, em 2012. Os maiores empregadores são a indústria de transformação, serviços, comércio e administração pública. Relacionando estas informações com a participação percentual dos setores econômicos no PIB municipal, embora referentes a anos distintos, surge uma aparente controvérsia: como a indústria gera tantos empregos, mas tem uma participação no produto total relativamente pequena? A resposta está no fato das indústrias municipais serem intensivas em trabalho (como a Grendene, a maior delas), ao invés de em capital, empregando muita mão-de-obra enquanto gera relativamente pouco valor adicionado ao PIB.

**Gráfico 2 – Empregos formais por atividade, em Crato-CE, relativo a 2012**




Fonte: RAIS/TEM (*apud* IPECE, 2013).

Com relação a 2010, o índice de desenvolvimento municipal (IDM) era de 38,95 e o índice de desenvolvimento humano (IDH) era 0,713, fazendo o Crato ocupar, respectivamente, a 12ª e a 3ª posição no ranking estadual (PNUD *apud* IPECE, 2013). A dimensão com maior participação no IDH foi longevidade (0,822), seguida pela educação (0,673) e renda (0,655). A renda *per capita* deste ano foi de R$ 470,46 e o índice de Gini foi

0,57 (PNUD, IPEA e FJP *apud* ATLAS DO DESENVOLVIMENTO..., 2014). Os dados do Censo 2010 para este mesmo ano, sobre a população extremamente pobre (com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R$ 70), revelaram a existência de um total de 13.412 pessoas nessa situação, dos quais aproximadamente 60,34% eram urbanos.

O IDM é uma adaptação do IDH para tentar retratar as diferentes realidades dos municípios brasileiros. No caso do IDH, são 'medidas' três dimensões do desenvolvimento humano: a esperança de vida; a taxa de alfabetização de adultos e as matrículas nos três níveis de ensino; e o padrão de vida digno medido pela paridade do poder de compra. Essa paridade é constituída por uma cesta única internacional de produtos, periodicamente arbitrada por pesquisas de preços e pela composição dos dispêndios nos diferentes países analisados pelo programa de comparações. Este índice não é considerado uma medida abrangente do desenvolvimento humano por não incluir indicadores tais como o respeito aos direitos humanos, a democracia e a desigualdade (PNUD, 2006 *apud* SILVA e SOUZA-LIMA, 2010).

"As principais críticas ao IDH se fundamentam em questões conceituais, na ausência de indicadores de distribuição de renda e no nível de agregação dos dados" (RAWORTH *apud* PEDROSO, 2003 *in* SILVA e SOUZA-LIMA, 2010, p. 125). As nossas indagações para o IDH de Crato é que, embora seja considerado mediano, por conhecermos a qualidade de alguns dos serviços ofertados (inclusive públicos e de saúde e educação), achamos um valor elevado para a nossa realidade. E nos perguntamos como será a situação dos municípios que se encontram após o lugar ocupado pelo Crato (3º) no ranking cearense.

O município apresenta potencialidades e problemas típicos de cidades médias no Brasil, tais como: os novos papéis exercidos na divisão social do trabalho, manifestados pela criação de consumos, produtos, ocupação de espaços vazios e reestruturação da rede urbana; e começam a se constituir como *lócus* de desigualdades diversas e degradação ambiental, adensamento populacional e insuficiência de infraestrutura, assim como a má qualidade destas (FRANÇA, 2007).

### 4.1.1 Em foco o bairro Alto da Penha

Nesta seção nos valemos de algumas narrativas orais de moradores do bairro[16], compiladas por Ana Rosa Dias Borges (2011), para apresentar a história do mesmo. E utilizamos também os dados e o 'diagnóstico social', ambos fornecidos pelo Centro de

[16] Francisco de Assis A. de Souza (seu Lucas), Maria Ilza Rodrigues, Maria do Socorro Gomes de Sousa (Có), Loza da Silva, Sebastiana Maria da Silva (Sebastiana Parteira), Tico de Júlia, Pedro Felipe, Alexandre e Carla Raquel.

Referência de Assistência Social (CRAS) do Alto da Penha[17] (CRAS, 2014) para informar a situação socioeconômica de famílias acompanhadas pelo centro, no ano de 2013.

O Alto da Penha também é conhecido como Barro Vermelho por causa do solo argiloso, da mesma cor, propício para a produção de louças de barro, ofício comum às mulheres de tempos passados, que amparavam financeiramente suas famílias. É um dos mais antigos bairros do município de Crato e, segundo os moradores, no princípio eram terras de poucos homens (seu Emídio, João Bacurau e Gonzaga de Melo). Pessoas vindas de todas as partes do Cariri, depois de muita luta, arranjavam um casebre num pedaço de chão de 15 metros para morar, pagando alugueis de periodicidades quinzenais, mensais ou anuais. As casas eram de barro, cobertas com palhas de coco e sem revestimentos cerâmicos. Incêndios eram comuns por causa das lenhas acesas nas cozinhas e dos cigarros de fumo brabo jogados pelos moradores da parte alta em cima das casas da parte baixa. Muita gente morreu queimada (BORGES, 2011).

Nos anos 1920, 1930 quando as águas do rio Granjeiro ainda eram limpas (hoje é o canal do Crato, recebendo dejetos domésticos e até hospitalares), as famílias lavavam roupa, tomavam banho e recolhiam suas águas para consumo. Não havia abastecimento de água encanada e nem chafariz. O povo também tirava água, para autoconsumo e para banhar os animais, de um buraco fundo construído por um morador que ficava cheio pelas águas das chuvas. Ainda segundo as narrativas dos moradores, um prefeito encanou a água, mas os canos só passavam pela rua principal.

Na gestão de Humberto Macário, entre 1967-1970, as terras do bairro foram compradas pela prefeitura, as árvores cortadas, o chão loteado e os terrenos foram vendidos a baixos preços. Um posto de saúde foi construído, na grota. Entretanto, um dos maiores problemas relatados pelos moradores foi o lixão municipal que se localizava próximo de onde hoje é a Escola Gonzaga Mota. A princípio havia apenas os entulhos das construções demolidas, mas depois chegava todo o lixo do município. Havia muitas moscas no bairro e também foi um período em que muitas doenças foram contraídas. Os ofícios, enviados à prefeitura pelos moradores, não obtinham resposta sobre a retirada do lixão daquele lugar.

Em 1996, os moradores se uniram e cavaram uma valeta funda e larga no local, com troncos de madeiras, impedindo, por mais de duas semanas, a passagem dos caminhões com lixo que ficavam ‘presos’ na garagem da prefeitura. Os moradores não saíam da barricada e a polícia interveio prendendo seu líder. Depois de protestos em frente à prefeitura e à delegacia,

[17] Agradecemos a Francisco Eugênio da Silva, coordenador do referido CRAS, pela sua atenção e gentileza de nos fornecer o referido diagnóstico social com seus dados, datado em 17 de março de 2014.

o morador foi solto e o prefeito fez o acordo que transferiu o lixão para a estrada da Ponta da Serra. Contudo, esse terreno está contaminado, assim como as nascentes de água lá existentes (BORGES, 2011).

Quanto aos dados e relatórios oficiais referentes a 2013, encontramos informações da existência de 1.850 famílias acompanhadas pelo CRAS Alto da Penha[18], das quais 80% moram em casas de tijolos/alvenaria e 20% ainda vivem em casas de taipa. Dessas famílias, 87% têm acesso a recursos sanitários, água potável, sistema de saúde e de transporte. No perímetro assistido pelo CRAS existem quatro postos de saúde, três escolas e duas creches. A porcentagem de crianças e adolescentes dessas famílias frequentando a escola é de 70%, enquanto 30% não frequentam. Entretanto, no relatório a nós fornecido, não há informações sobre o número absoluto de estudantes a que essas porcentagens se referem. Quanto ao percentual de trabalhadores, 60% estão formalizados e 40% estão informais. Novamente, não sabemos o valor absoluto. A maioria dos moradores acompanhados está inserida no Programa Bolsa Família do governo federal[19]. A renda mensal familiar varia de R$ 80 à R$ 724. E 156 pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Quanto à segurança pública no bairro, os equipamentos de assistência, saúde e educação contam com a presença da guarda municipal e dos serviços da Polícia Militar e do Ronda do Quarteirão. É da competência do CRAS apenas os serviços de proteção social básica, por isso não nos foi informado sobre indicadores de violência, inclusive doméstica. Quanto às informações sobre usuários de drogas e presença de tráfico no bairro, nos foi informado que as famílias acompanhadas, em sua maioria, vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social e existem muitos casos de dependência química. Mas não é possível consolidar o número preciso, por não terem essa informação (CRAS, 2014).

Quanto à localização do bairro, segundo Ementa da Lei Nº 2.283/2005, da Câmara Municipal do Crato, que dispõe sobre a organização territorial e estabelece novos limites para a zona urbana municipal, o bairro Alto da Penha

> começa no encontro da Rua Rui Barbosa com a Rua Carolino Sucupira, por onde segue até encontrar a Rua SDO 27, por onde segue até a Rua Leandro Bezerra, por onde segue até a Rua Duque de Caxias, por onde segue até encontrar a Rua Tristão Gonçalves, por onde segue até a Rua Monsenhor Esmeraldo, por onde segue até seu entroncamento com a Avenida Perimetral. Daí, o limite segue pela Rua do Cruzeiro até encontrar o eixo do Rio Saco e Lobo, por onde segue até encontrar o eixo da

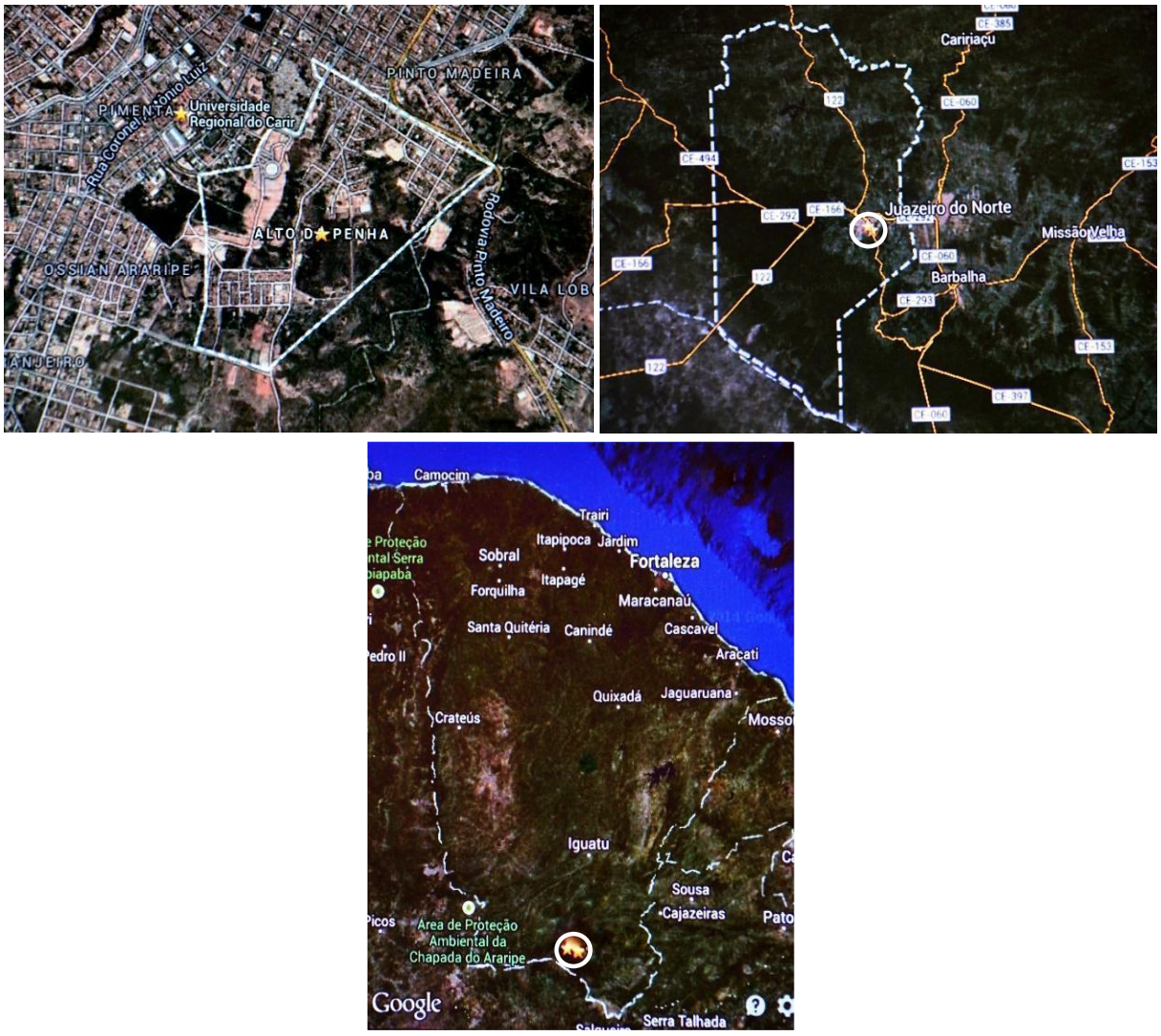
[18] A territorialidade assistencial desse CRAS vai além do Alto da Penha, dificultando o acesso às informações precisas sobre o mesmo. Esse tipo de problema se estende ao acesso de qualquer fonte de dados desagregados para todo o município. Um morador nos informou que no Alto da Penha há apenas uma escola, um posto de saúde (o da Grota) e não há creche.

[19] O Cadastro de Beneficiários do Bolsa Família em Crato registrou no mês de outubro de 2014 o total de 14.370 famílias atendidas (SIBEC, 2014). Não temos informações sobre os beneficiários por bairros.

> linha imaginária que prolonga a Via Projetada 37. A partir desse encontro, o limite segue por essa reta, no sentido Leste-Oeste, até a Via Projetada 37, por onde segue até a Rua Adérsio Siébra, por onde segue até a Rua SDO 21, por onde segue até a SDO 61, por onde segue até a Rua Rui Barbosa, por onde segue até o ponto inicial (EMENTA DA LEI..., 2005, p. 8).

Na figura 1 temos um mosaico de fotos aéreas nos permitindo visualizar a localização territorial do bairro Alto da Penha no município de Crato e no estado do Ceará. Chamamos atenção para a estrela amarela representando o *campus* Pimenta da URCA. Quem conhece o local perceberá a grande extensão territorial do bairro.

**Figura 1 – Mosaico com fotos aéreas do bairro Alto da Penha e sua localização no território de Crato e no Estado do Ceará**




Fotos de satélite: Google Maps (2014).

## 4.2 Conceitos e discussões metodológicas

Reconhecemos ser a realidade relacional e não dualista (ou seja, formada pela interação de fatores objetivos e subjetivos, se contrapondo ao objetivismo e determinismo

classicamente positivista); e ser a organização do conhecimento um processo integrador (ao invés de excludente) das diversas dicotomias em que fomos criados – teoria-prática, razão-emoção, ciência-arte, cultura-natureza, mente-corpo. Por isso, adotamos metodologias pós-positivistas cujos referenciais teóricos propiciam a produção de conhecimento interativo entre sujeitos, visões, razões e racionalidades múltiplas, sem assumir a existência de leis gerais a serem descobertas através de métodos hipotético-dedutivos ou indutivos. Isso porque, diante da elevada complexidade que caracteriza o mundo contemporâneo, é inviável, arrogante e autoritário legitimar e validar apenas uma única visão. Quando aceitamos a existência de diferentes modos de olhar as mesmas coisas nos abrimos para a produção de novos conhecimentos. Dentro desse campo as metodologias integrativas valorizam as habilidades dos sujeitos envolvidos em cada processo, incluindo as dimensões da corporeidade, emocionalidade e criatividade (GIANNELLA, 2008).

O uso desse tipo de abordagem auxilia a flexibilidade das fronteiras disciplinares evoluindo para o desenvolvimento transdisciplinar. Ou seja, a realidade não mais se esgota apenas em uma construção concreta, constituindo-se também de dimensões inter e transsubjetiva já que abstração e subjetividade são constitutivas de nossa formação e da formação da natureza (RODRIGUES, 2006). Assim, precisamos desenvolver uma capacidade analítico-interpretativa sensível para não usar instrumentos desrespeitadores da natureza das realidades abordadas e que seriam incoerentes com nossas intenções declaradas. O recurso às artes, como auxílio à compreensão e reflexão na vivência da realidade, legitima a coexistência de emoções, sentidos, senso estético, empatia, sem rejeitar o raciocínio lógico, o interesse individual, incluindo os "sujeitos normalmente excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes" (GIANNELLA, 2008, p. 12).

### 4.2.1 Fotografias: objetos pertinentes para o compartilhamento de olhares e de universos culturais distintos

Nesse sentido experimentamos o recurso às fotografias enquanto objeto possibilitador de maior reflexão e análise, centrando-se na pertinência de um olhar compartilhado, interativo e que confronta universos culturais distintos (BARBOSA e CUNHA, 2006), tanto no lado do pesquisador, do morador, quanto do leitor. E ainda enquanto estratégia metodológica para substituir questionários e/ou entrevistas. A fotografia é uma representação e memória do fragmentário (o próprio modo de ser da sociedade contemporânea). Não congela o que está lá – ela nutre a sua interpretação sem romper o fluxo real, agregando e redefinindo significações

ao que só aparentemente é um congelamento da imagem, um retrato de certo momento. Constituem imagens de uma realidade social cuja compreensão depende de informações não expressamente contidas nelas (MARTINS, 2013).

É capaz de descrever a aparência visual de algo/alguém, podendo ser construída ou manipulada subjetiva, conceitual e tecnicamente para apresentar um ponto de vista ou ideia particular. "O único aspecto factualmente correto da fotografia é que ela mostra como era a aparência de determinada coisa sob um determinado conjunto de circunstâncias. Mas isso não é a mesma coisa que a verdade subjacente ao evento ou a situação" (HURN, 1997 *apud* SHORT, 2013, p. 14). Mas, ainda que uma fotografia não seja uma representação objetiva da realidade, ela pode ser considerada um meio para transmitir o que o pesquisador acredita ser a essência daquela ideia, pessoa, lugar ou evento (SHORT, 2013).

A polissemia da fotografia não provém apenas das múltiplas leituras feitas dela. O que é fotografado tem uma carga de significados que a intenção documental do fotógrafo pode anular ou mutilar. Certo direcionamento fotográfico, tanto em relação à escolha do tema quanto em relação ao ângulo, à composição e outros recursos fotográficos empregados na concepção da imagem, é inevitável. A própria realidade, pessoas ou situações fotografadas, já são em si mesmas um cenário teatral polissêmico, desde os equipamentos de identificação, usados pelas pessoas, até os arranjos de cenários e paisagens que comporão a fotografia. Ao transformarmos os cenários da cotidianidade em imagem fotográfica, criamos uma seletividade de focos e de desprezos visuais. Hierarquizamos o que é visto, no que Martins (2013) chama de glamorização daquilo que vale a pena ver na vida de todo dia, no que queremos registrar e guardar.

Nossa sociedade confere ao olhar um enorme poder já que construímos códigos e significações fundamentados na experiência visual que são naturalizados.

> *O olhar capta o que pode significar*, diferentemente da visão, que é uma competência física do corpo humano. Sua visão é genérica, *o olhar é intencional, e as formas de olhar são resultado de uma construção que é cultural e social*. [...] Os trabalhos que lidam com a análise da imagem nessa perspectiva lidam também com o cruzamento de olhares: o do autor das imagens, os dos sujeitos da imagem e o do próprio pesquisador (BARBOSA e CUNHA, 2006, p. 54, *grifos nosso*).

Ainda acrescentamos os olhares daqueles que leem o texto e veem as imagens *a posteriori*, dando suas próprias interpretações. E esse cruzamento de olhares condiz com nosso objetivo principal desta pesquisa para estimular percepções diversas sobre o tema abordado.

A fotografia tem as limitações da visão situada do fotógrafo e da invisibilidade de várias dimensões da realidade. Sua composição é também uma construção imaginária, expressão e momento do ato de conhecer a sociedade com recursos e horizontes próprios e

simbólicos. “O que o fotógrafo registra em sua imagem não é só o que está ali presente no que fotografa, mas também, e, sobretudo, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível” (MARTINS, 2013, p. 28). E isso também diz o que somos.

*4.2.1.1 Aspectos conceituais e técnicos da abordagem fotográfica*

O modo como uma história é contada, visualmente ou em palavras, depende da cultura, da época e do público (SHORT, 2013). A comunicação se estabelece por meio de signos se transformando culturalmente em significações, sendo suas representações manifestações externas dessa significação construída pelos indivíduos em seu fazer cotidiano (BARBOSA e CUNHA, 2006).

O contexto pode ser descrito como as circunstâncias que compõem o cenário para um evento, declaração ou ideia. Ou seja, pode se tratar do conteúdo da foto, da sua relação com palavras e outras imagens, da sua publicação, ou mesmo o local onde a foto for vista. Inclui, portanto, o contexto fotográfico, histórico, geográfico e social no sentido mais amplo (SHORT, 2013). É crucial na análise, por ser provocativo e sugestivo e viabilizar a construção de um quadro de possibilidades (BARBOSA e CUNHA, 2006), influenciando no modo como a fotografia é interpretada. É fundamental atentarmos para o contexto, a fim de evitar distorções e deslocamentos das imagens, fato muito comum nessa era digital.

O conceito é o motivo ou intenção relacionado ao motivo de fotografarmos determinado tema/objeto e como, de que maneira. Ele vincula o tema ao contexto. As perguntas ‘por que apresentar o tema através de fotografia?’, ‘o que queremos dizer por meio dela?’, são importantes para analisar o papel desempenhado pela fotografia na percepção que desenvolvemos daquele tema simplesmente por ele ter sido fotografado. E para compreender a maneira pela qual o contexto permeia a interpretação, não apenas em relação ao tema e à abordagem conceitual, mas em relação ao ato de fotografar também.

Nossas convicções, noção de integridade, intuição, qualidades pessoais e habilidades técnicas influenciarão a lógica e o conceito de nosso trabalho. “A abordagem conceitual é a essência do processo e da fotografia. Pelo fato de permear certas escolhas sutis concernentes a objeto, materiais, composição e apresentação final, a relação entre conceito e objeto escora tudo o que o fotógrafo faz” (SHORT, 2013, p. 46). Aspectos técnicos – cor e tipo (digital ou filme) das fotos, papel, velocidade do obturador, abertura do diafragma e granulação, luz, etc. – apoiarão o conceito.

Em meio ao contexto e aos padrões de referência para interpretar imagens, as técnicas narrativas visuais desenham ou criam esses padrões de referência e contexto. O propósito de usar essas técnicas é dar sentido, coerência e senso de ritmo a uma imagem ou sequência delas. A narrativa fotográfica pode simplesmente dar a entender o que aconteceu ou poderá acontecer. Pode ser uma interpretação fictícia de uma determinada pessoa, lugar, evento ou momento (SHORT, 2013). Observar a foto examinando o que realmente está ali e considerar 'o quê?', 'onde?', 'como?' e 'por quê?' ajuda a desenvolver uma linguagem visual eficaz.

Colin Jacobson (*apud* SHORT, 2013, p. 78) diz que "as imagens [...] nos persuadem a responder aos sentimentos daqueles que aparecem nelas. São o resultado da paixão, da preocupação e do compromisso, qualidades que extrapolam as imagens". Embora tentemos transmitir uma intenção, nem sempre é possível prever com precisão a resposta do público (*op. cit.*). Logo, em todo o processo fotográfico devemos considerar: o contexto e a comunidade; o espaço, a informação e a percepção de vida; o urbano, a natureza e a cidade; a cultura, a vida, a subjetividade; os impactos; a ética e a solidariedade (ESTRELLA, 2006).

### 4.2.2 Etnografia: método pertinente para aproximar o pesquisador de seus colaboradores e universos socioculturais e físicos

Embora a etnografia tenha se banalizado enquanto estratégia de pesquisa e postura intelectual, principalmente no meio empresarial, de consultorias e pesquisas de mercado, é um dos métodos que propicia "olhar *de perto e de dentro*, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais" a complexidade de relações vivenciadas nas cidades que, por serem mais que um cenário onde transcorre a ação social, resulta de práticas, intervenções e modificações exercidas pelos mais distintos atores em suas interações, trocas e conflitos (MAGNANI, 2009, p.132, *grifos do autor*). Por enfocar o comportamento social no ambiente natural, as fontes de dados qualitativos são as pessoas, os cenários e os objetos relevantes observados e descritos pelo pesquisador. Mas, embora sua perspectiva seja holística, não é possível registrar todos os detalhes (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

Iniciam-se as visitas a campo com hipóteses. Os procedimentos de levantamento e de análise das informações precisam ser contextualizados e interpretados com referência ao grupo, paisagem ou acontecimento observado, sem generalizações. Ainda sobre a coleta de informações, esta é feita pelo pesquisador por meio de observações, análise documental, entrevistas e/ou narrativas orais. A análise é feita a partir das descrições verbais, apreciação

lógica das informações para descobrir padrões e temas importantes e a interpretação da cultura compartilhada do grupo (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

"[...] se as descrições são suficientemente boas, os leitores podem fazer as suas próprias interpretações. Contudo, os pesquisadores são também obrigados a interpretar e explicar os resultados de suas investigações" (*Ibid*., p. 87). A partir da copresença entre pesquisador e sujeitos-colaboradores, surge um olhar descentralizado e saídas inesperadas para o problema da pesquisa (MAGNANI, 2009). Por compartilharmos esta percepção, utilizamo-la como justificativa para a escolha desta metodologia em determinados momentos da pesquisa empírica.

### 4.2.3 Método Compreensivo Weberiano e as interpretações dos sentidos das ações e das relações sociais

Consiste no entendimento dos sentidos das ações dos sujeitos sem que essas se esgotem em si, apontando para um complexo de significações sociais (TRAGTENBERG, 1997). Os sentidos, altamente subjetivos, são permeados de valores e de emoções (KLICK EDUCAÇÃO, 2014). Enquanto as ações designam toda a conduta humana mental ou exterior, consistindo de uma atuação ou de uma omissão no agir. Para compreender uma ação são consideradas todas as intenções e motivações do sujeito, os meios disponíveis para tal e a avaliação feita sobre esses elementos (RUÍ, 2011).

Há o entendimento de, por mais dedicado que sejamos a pesquisa, nunca conheceremos totalmente o que é estudado. Toda apreensão sempre será parcial e poderá, futuramente, ser aprimorada em outras pesquisas (KLICK EDUCAÇÃO, 2014). Isso porque "o olhar direcionado ao passado está inevitavelmente comprometido com os valores culturais do presente... Nenhum assunto pode, sob esse ponto de vista, ser dado por encerrado, sendo a tarefa da ciência patrocinar o debate contínuo e garantir sua liberdade" (RINGER, 2004 *apud* BENTHIEN, 2005, p. 317).

### 4.2.4 Os passos percorridos para construção da pesquisa

O primeiro passo da pesquisa empírica consistiu em visitas realizadas no mês de janeiro de 2014 para estabelecermos um primeiro contato com moradores e verificarmos se a metodologia inicialmente pretendida seria a utilizada. Informamos que se tratava de um estudo acadêmico, sem quaisquer ligações com políticos locais. Aos moradores, que se

prontificaram a participar, pedimos para refletirem sobre as coisas que eles mais gostavam e menos gostavam no lugar onde vivem (poderia ser o bairro e a casa). No primeiro momento sugerimos uma quantidade de dez fotos para cada morador. Entretanto, retornamos dias depois para que eles fizessem essas fotos com nosso equipamento e mudamos de ideia quanto a definir, previamente, o número de imagens porque percebemos que alguns estavam com muita dificuldade em escolher o que fotografar, enquanto outros ultrapassaram aquele limite inicial. Assim, descobrimos que era melhor deixá-los fotografar livremente.

Naquele momento não introduzimos o termo pobreza para não influenciar em suas percepções, levando uma série de conceitos externos impostos por técnicos e especialistas e naturalizados pela sociedade. Baseamo-nos na observação de Rahnema sobre o fato de, em suas primeiras visitas a serviço do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em regiões consideradas pobres os habitantes não conheciam o significado de pobreza como privação de rendas e de necessidades básicas. Anos depois, em seu retorno a tais lugares, ele percebeu que os ideais de desenvolvimento e, consequentemente, a noção de pobreza como notoriamente é conhecida hoje haviam sido apreendidos por aquelas pessoas que então se consideravam pobres e pediam ajuda.

Conversamos com algumas pessoas, inclusive enquanto elas fotografavam. Nesses momentos, a pesquisa assumiu contornos etnográficos. Ao segui-las, em uma verdadeira relação de troca, registramos em um diário de campo seus comportamentos, suas falas e a explicação das escolhas das imagens pelos próprios sujeitos. Posteriormente, anotamos nossas percepções sobre essas interações. Àqueles sujeitos, que pediram para fotografar com suas próprias máquinas, à medida que ‘a inspiração surgisse’, nós entregamos CDs para a gravação das fotografias e depois também repetimos o processo de conversarmos com eles sobre suas escolhas.

Nossa pretensão inicial era, após reunirmos todas as fotos, imprimirmos e tornar a encontrá-los para uma roda de discussão, na forma de grupos focais. Vários fatores contribuíram para não utilizarmos esse método: marcávamos com alguns moradores e no dia combinado aparecíamos em suas residências, mas, devido contratempos, eles não podiam nos receber. Temos compromissos de trabalho, além dos estudantis, isso dificultou a realização desse tipo de pesquisa, que demanda muito tempo (tanto da nossa parte, quanto dos moradores). Outras pesquisas desse tipo, já realizadas, tinham uma maior abrangência porque contavam com recursos financeiros para remunerar uma equipe de estudantes treinados que davam suporte ao pesquisador principal, além de uma maior disponibilidade de equipamentos.

Este não foi o nosso caso. Fizemos muitas viagens a pé e o bairro, além de grande, tem muitas ladeiras, tornando cada visita exaustiva.

E por último, mas não menos importante, deparamo-nos com questões assinaladas por Ferrara (1999) quando ela considerava a possibilidade de alguns moradores apresentarem resistência em participar porque estavam cansados e sem disponibilidade de tempo livre (os nossos encontros, em sua maioria foram aos finais de semana, a pedido dos próprios participantes). Ou mesmo desinteressados em participar de atividades que não lhes trariam retornos financeiros. Ou até mesmo pelo fato de já terem sido solicitados a participar de pesquisas e estas não apresentarem resultados concretos. Além da desconfiança com os propósitos do estudo e o medo de manusear equipamento fotográfico, sem obter êxito.

A partir dessas constatações, optamos por trabalhar apenas com os seis moradores (cujos perfis serão apresentados na próxima seção) que se mostraram mais acessíveis, usando o Método Compreensivo de Max Weber a partir da relação estabelecida entre seus perfis, suas fotos e argumentações. Para escrever nossas análises, nos inspiramos ainda em trabalhos de alguns estudiosos que também discorreram sobre seus temas usando fotografias[20]. Enfim, utilizamos os métodos etnográfico, fotográfico integrativo e compreensivo para atingir os objetivos da pesquisa. É importante ressaltarmos que todos eles partilham das mesmas bases epistemológicas, garantindo a coerência da prática desenvolvida.

Após realizarmos apreciações das percepções dos moradores, tornamos a conversar com eles para que nos dissessem os seus entendimentos sobre pobreza. A análise de seus breves discursos e a comparação com suas percepções do momento anterior, quando não sabiam o tema da pesquisa, nos ajudou ainda a ‘concluir’ este estudo.

### 4.3 Perfis dos sujeitos participantes da pesquisa

Todos são moradores do bairro Alto da Penha. Não usamos amostragem porque não é nosso objetivo caracterizá-los nem classificá-los. Este processo de escolha na pesquisa qualitativa não segue a mesma lógica da quantitativa: o propósito é selecionar pessoas que melhor contribuirão para a pesquisa em profundidade. A participação intencional destes colaboradores tem a vantagem de englobar mulheres e homens com idades diferentes,

[20] Ver as obras de: Néstor García Canclini (A globalização imaginada); Maria Short (Contexto e narrativa em fotografia); José de Souza Martins (Sociologia da fotografia e da imagem); Lucrécia D’Alessio Ferrara (Olhar periférico); e Juliet Hacking (org. de Tudo sobre fotografia).

ocupações e escolaridades. Para preservar suas privacidades colocamos nomes fictícios ao logo do estudo.

Madalena tinha 36 anos de idade no período de nossas visitas ao bairro, casada e mãe de três filhos adolescentes. Além de dona de casa, vendia bebidas alcóolicas em sua residência para ajudar nas despesas domésticas. Estudou até o ensino fundamental. Sua religião é católica e mencionou ter alcançado algumas graças, como o fato do esposo parar de beber. Valentim tem mais de 50 anos de idade, casado e com filhos. Não deu informações sobre sua profissão, escolaridade e religião. Açucena, mais de 40 anos, também é casada e mãe de três filhos, dos quais apenas dois moram com ela. Sua ocupação é ser dona de casa e estudou o ensino fundamental completo. Sua religião é a católica.

Nabuco tem mais de 50 anos, é solteiro e sem filhos. Atualmente, trabalha no setor de limpeza do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Crato e vende bilhetes de jogos. Não informou sua escolaridade e religião. Ricardo tinha 19 anos quando nos encontramos, solteiro e sem filhos. Morava com os pais e irmã, sendo estudante do primeiro ano do ensino médio em uma escola pública municipal. Isolda, nossa última colaboradora, tinha 32 anos, é casada e tem duas filhas, ainda crianças. Além de dona de casa, é estudante de graduação em Administração Pública pela UFCA.

# 5 DOS ENCONTROS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA NO ALTO DA PENHA, A DESCOBERTA DE PERCEPÇÕES OUTRAS...

## 5.1 Percepção

Percepção é o ato pelo qual o indivíduo toma conhecimento de um fenômeno e/ou objeto. Há três significados para o termo enquanto pensamento (qualquer atividade geradora de conhecimento); sensoriedade e compreensão (ato/função de gerar conhecimento para o qual se apresenta um objeto); interpretação de estímulos e construção de significados específicos ou técnicos ou uma operação em suas relações com o ambiente (JORGE, 2011). A evolução da natureza nos programou biologicamente de tal forma nos obrigando a aprender o que nos é vantajoso para a vida e a sobrevivência. Nós não tratamos o mundo neutralmente (GOMBRICH, 1981 *apud* SANTAELLA e NÖTH, 2012). Nossa capacidade perceptiva identifica os elementos do mundo exterior e efetua transformações por meio dos órgãos dos sentidos, captando a energia ambiente e as substâncias químicas (normalmente invisíveis aos olhos humanos), transformando-as em código neural bioelétrico enviado ao cérebro.

Daí começa uma trajetória 'alucinante' não se restringindo à relação entre cérebro e as propriedades físicas de um estímulo, pois as percepções são qualitativamente diferentes das características físicas do estímulo: o cérebro extrai informações dos fenômenos captados e os interpreta embasado em experiências anteriores com as quais se vejam associados e a elas misturados. As diferentes experiências perceptuais, sobre um mesmo fenômeno/objeto observado, são reflexos de sistemas de valores culturais diferentes, haja vista que esses interferem no modo como percebemos. Quando o observador tem no repertório informações e reflexões sobre esses significados culturais, sua percepção e leitura serão modificadas e os sentidos ampliados e enriquecidos. Assim, percepção implica organização (sentido), interpretação (contexto) e significação (experiência passada) àquilo apreendido pelos sentidos. E para ver o mundo com outros olhos, e mudar os hábitos perceptivos, é preciso desautomatizar (JORGE, 2011).

> O homem observa o mundo estando imerso nele e isso envolve uma percepção deformada devido aos limites de referência espaço temporal e à natureza biológica e cultural humana; mas isso também permite que o homem tenha capacidade de reconhecer as próprias distorções determinadas pela capacidade perceptiva. Assim, a realidade resulta das relações que o sujeito estabelece com seu entorno sob diferentes pontos de vista para a redefinição de um novo observador e de um novo ambiente, formando uma espécie de experiência subjetiva desse observador e sob constante influência (JORGE, 2011, p. 117).

As percepções serão subjetivas por existirem na consciência de uma pessoa e objetivas pela qualidade que estimulará as sensações. Em todas elas existe um componente afetivo contribuindo para a imagem representada. Mas a intensidade com que essas impressões são captadas depende da atitude planejada, do estado de ânimo e da situação emocional de quem percebe. Portanto, podemos afirmar que o mundo é percebido qualitativo, existencial e valorativamente. Percepção implica vida social sob contínua atribuição de significados e de valores, auxiliando na geração de ideias sensíveis e criativas, contrariando a tradição filosófica que a julgava enganosa e inferior (JORGE, 2011).

> A percepção como controle da experiência urbana surge como aquela dimensão da linguagem responsável pelo desenvolvimento da capacidade de apreender o cotidiano da cidade e extrair, daí, os elementos capazes de estimular a ação, o comportamento e a intervenção sobre ela. Aprendizado e mudança de comportamento são os fatores que caracterizam apreensão e produção de informação, percepção enfim. Porém, a percepção urbana não é um dado, não se manifesta como uma certeza, mas é um processo e uma possibilidade. Altera-se conforme as características socioculturais e informativas (repertório) do morador da cidade e submete-se às características físicas, econômicas e de infraestrutura do próprio espaço urbano. É, portanto, fragmentada e (...) localizada, nesse sentido, a percepção urbana transforma-se em ambiental (FERRARA, 1999, p. 107).

O estudo da percepção é de fundamental importância para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FERNANDES *et al*., 2013).

> Estar consciente da percepção significa estar consciente da apreensão de uma situação objetiva por meio de sensações, representações e da atribuição de significados, e de adjetivos, ao que foi experienciado. A percepção envolve captar e participar das qualidades objetivas de algum fenômeno misturadas aos elementos da memória, do raciocínio realizado, da emoção sentida, e essas qualidades objetivas dos sentidos como filtros da alma também se misturam aos elementos subjetivos de cada indivíduo (JORGE, 2011, p. 13).

Comumente, consideramos o que percebemos fisicamente como sendo inquestionável, haja vista termos a crença de o mundo existir tal qual o percebemos. Entretanto, ilusões perceptivas acontecem todo o tempo. Por isso, mesmo comparativamente, a experiência perceptiva de um sujeito difere qualitativamente daquela vivida por outrem. A sensação e a percepção são semelhantes para alguns e distintas para outros (JORGE, 2011). Podendo ser intensamente influenciadas pela proliferação imagética.

## 5.2 Discussões sobre as percepções dos moradores participantes da pesquisa

Antes de apresentarmos as percepções dos moradores é conveniente registrarmos informações do nosso diário de campo sobre os moradores durante nossos encontros, de modo a contextualizar o momento em que eles fizeram suas imagens – aspecto fundamental na

abordagem fotográfica de pesquisa e no entendimento delas. Quando fomos ao Alto da Penha e os indagamos sobre os aspectos bons e ruins no seu lugar de moradia, sem mencionar o termo pobreza, percebemos que pensar sobre o assunto e eleger o que fotografar foi difícil para praticamente todos. Talvez porque nunca se viram convidados a participar de uma pesquisa desse tipo, totalmente aberta – em oposição àquelas onde os sujeitos escolhem opções previamente estabelecidas. Ou talvez porque habitualmente não refletem sobre suas realidades, nem a de seu bairro.

No nosso segundo encontro com Madalena, ela sorria descontroladamente e levantava os ombros, como se desculpando por não ter conseguido chegar a alguma conclusão sobre o que fotografar. Mencionou até ter conversado bastante com um parente (o senhor Valentim) sobre o assunto, e mesmo assim estava com dificuldades. O medo de as fotos não ficarem boas e o fato de nunca haver manuseado um equipamento fotográfico vieram à tona. Nós a ensinamos, mas esta nos deu mais informações orais do que com as imagens. Dificuldades semelhantes com Valentim e Nabuco. Este último, entretanto, acabou registrando um número maior de imagens comparado aos outros dois moradores, à medida que caminhávamos com ele pelo bairro. Pensamos que o fato de já nos conhecermos o fez relaxar e não se preocupar com 'julgamentos' sobre o que ele fotografava.

Valentim, em nosso primeiro encontro, aparentou ter muita clareza sobre os aspectos que mais lhe incomodavam no bairro e nossa impressão foi reforçada pelo fato de Madalena ter conversado antes com ele, pedindo ajuda em suas reflexões. Ele mencionou a importância de atividades culturais dizendo que quem não gostasse de cultura, não era brasileiro. Falou sobre o problema do esgotamento sanitário do bairro e pediu para nos encontrarmos na semana seguinte. Nesse dia, ele mostrou-nos aspectos interessantíssimos sobre o bairro (seu quintal e o bar onde se encontra com os amigos), mas quanto aos pontos ruins não mais se pronunciou, adotando uma postura diferente do nosso primeiro encontro. Ricardo foi enfático sobre fotografar apenas o que mais lhe incomodava, pois no bairro não há coisas de seu gosto. Açucena relatou que adoraria morar em outro local. Não o fez por causa da recusa do marido em mudar de bairro. As discussões com uma vizinha fazem com que ela tenha esta visão negativa. Isolda pareceu-nos uma cidadã atuante e cheia de convicções, cujas percepções pareceram fortemente influenciadas pelos seus estudos em administração pública e por uma maior consciência política e mobilizadora.

A partir do momento em que refletiam sem saber o tema do estudo (a pobreza urbana), nossos colaboradores podem ter registrado imagens que de fato manifestam o que mais lhes agradam. Assim como podem ter omitido, até inconscientemente, alguns aspectos para

‘maquiar’ a realidade local, a fim de acabar com os estigmas impostos aos moradores dali. Ou podem ter visto a oportunidade de fazer uma ‘denúncia’. É possível prosseguir com várias interpretações não se esgotando nas percepções aqui apresentadas. Até este momento, o termo pobreza não foi mencionado pelos moradores, que foram diretos em apontar sobre os problemas de saneamento e de manutenção de espaços públicos e dos méritos das pessoas do bairro e suas habitações, por exemplo.

De modo geral, as respostas dos participantes foram curiosamente diversificadas e podem facilmente ser encontradas em outros bairros do Crato, mantendo suas especificidades. Nem sempre teremos a impressão de um encaixe completo entre o conteúdo do material empírico e as teorias sobre pobreza. Foi um risco assumido por nós ao fazer um trabalho de campo ‘aberto’, cujas respostas poderiam ou não se ajustar ao referencial. E ao fato de que as próprias teorias não são perfeitas, isto é, nenhuma explica completamente a realidade analisada[21]. De fato, o que temos é o total de 68 fotos digitais registradas pelos seis moradores, embora só apresentemos algumas delas. No quadro 5 informamos os temas recorrentes, sua frequência, o número de moradores que fizeram tais fotos e o daqueles que apenas conversaram a respeito.

**Quadro 5 – Informações sobre os registros fotográficos dos moradores para a pesquisa**

| Tema das fotos | Percepção do morador sobre tema | Frequência de fotos | Moradores que fotografaram | Moradores que apenas conversaram |
|---|---|---|---|---|
| Esgotos a céu aberto | Ruim | 13 | 2 | 1 |
| Lixo e resíduos | Ruim | 9 | 1 | 0 |
| Pessoas da comunidade | Bom | 7 | 2 | 0 |
| Igreja / Religiosidade | Bom | 5 | 2 | 2 |
| Fachadas de residências e terreno baldio | Bom / Ruim | 5 | 2 | 1 |
| Espaços culturais e esportivos | Bom / Ruim | 8 | 3 | 3 |
| Escola e biblioteca do bairro | Bom / Ruim | 3 | 1 | 3 |
| Interior da moradia | Bom | 5 | 2 | 0 |
| Comércio do bairro * | Bom | 11 | 2 | 1 |
| Crianças brincando | Bom | 2 | 1 | 0 |

Fonte: Registros da pesquisa empírica (2014).
* Mercearias, salão de beleza, bar, comércio realizado em unidades habitacionais.

[21] Nossa afirmação se fundamenta na epistemologia contra hegemônica da ecologia dos saberes que, conforme Santos e Meneses (2010), admite serem os conhecimentos limitados interna (as intervenções no real que permitem) e externamente (reconhecimento de intervenções alternativas por causa de outras formas de conhecimento). Atentando para o fato de que eles falam em intervenção no real ao invés de representação do real.

### 5.2.1 Percepções sobre os esgotos e o lixo/resíduos

Os esgotos lançados a céu aberto (figura 2) foram reclamações dos moradores Ricardo, Madalena e Valentim, principalmente em razão do mau cheiro e do aumento de mosquitos, como as muriçocas. Também mencionaram sobre o vereador do bairro "ser fraco" porque não conseguiu aprovar na Câmara municipal um projeto de saneamento, coisa que é essencial para eles. Quanto ao lixo e os resíduos sólidos (figura 3) espalhados em alguns pontos do bairro, apenas Ricardo fotografou sobre isso. Sem precisar de muitas palavras para mostrar sua indignação, o rapaz deixou suas nove imagens falarem por ele (escolhemos apenas três delas).

Quaisquer políticas de saneamento para a promoção da saúde abrangem desde a implantação de infraestrutura, adequado sistema de água e esgoto, drenagem, recolhimento e reciclagem de resíduos sólidos, até ações educativas voltadas para os usuários desses sistemas. Precárias condições sanitárias e de abastecimento d'água tornam a população mais vulnerável às doenças de veiculações hídricas, especialmente as crianças que têm imaturidade imunológica. (SARAIVA, *et al.*, 2013). Em nossas caminhadas pelo bairro, nós encontramos algumas crianças brincando descalças no chão de terra batida, em frente às suas casas.

No Crato não existe estação de tratamento dos esgotos, e imagens como as retratadas são comuns em vários pontos do município. Em uma das fotos aparece um bueiro destampado, rodeado de mato e lixo. Além da falta de políticas adequadas, não podemos deixar de ressaltar a falta de higiene e de cuidados com o entorno por parte da população, que joga lixo nas ruas e entope esgotos, ali e em qualquer outro lugar. É o enfraquecimento da visão do global e das nossas responsabilidades. Quanto à reclamação dos moradores sobre a 'fraqueza' do vereador em aprovar seu projeto de saneamento básico, às vezes, isso ocorre porque esse é mal feito ou não se enquadra em 'padrões' esperados. Conforme enfatizou Egler (2006), algumas políticas são construídas sobre a formulação analítica que unifica economia e política, com o Estado assumindo ações garantidoras apenas das condições de vida para a reprodução da força de trabalho, sem tentar compreender o cotidiano e sem cuidar das coisas e das pessoas.

Ainda sobre o esgotamento sanitário, sabemos que é composto basicamente de matéria orgânica e detergentes não biodegradáveis. Em ambientes urbanos, particularmente quando o subsolo é estratificado e quando as camadas impermeáveis foram fraturadas, não há garantias de que fossas de infiltração e poços de captação mantenham a salubridade dos lençóis profundos (MASCARÓ, 2010). Trazendo essas considerações para o nosso tema de pesquisa

indagamos: como uma população, não usufruindo de condições sanitárias adequadas, poderá desfrutar de boa saúde, trabalhar e auferir os meios necessários a sua subsistência? Lembrando a taxa de cobertura de esgoto urbano municipal ser de apenas 26,5% (CAGECE *apud* IPECE, 2013).

**Figura 2 – Mosaico fotográfico sobre os esgotos a céu aberto**

Fotos: 1ª e 2ª, Ricardo; 3ª, Madalena (registros da pesquisa empírica, 2014).

**Figura 3 – Mosaico fotográfico sobre lixo e resíduos sólidos**

Fotos: Ricardo (registros da pesquisa empírica, 2014).

Se abordarmos a pobreza como privações de necessidades básicas, inclusive sanitárias, isso significa que, com uma cobertura de esgoto tão baixa, o Crato é um município pobre, apesar do PIB relativamente elevado e do IDH mediano? Se partirmos de análises objetivistas,

a resposta para esta última indagação variará: será afirmativa para quem considera esta privação como indício de pobreza urbana; para aqueles que valorizam apenas a renda agregada a resposta será negativa. Se usarmos o raciocínio subjetivista de Rahnema, as precárias condições sanitárias serão sinônimas de pobreza apenas se a população assim reconhecer. O ponto comum aos posicionamentos é que esta falta de meios sempre é vista negativamente.

No mosaico da figura 3, outro aspecto negativo mostrado, percebemos o descaso com o lixo/resíduos tanto por parte dos moradores, quanto dos governos cratense. Chamou nossa atenção o fato de no bairro, onde houve manifestações para retirada do lixão municipal, se descartar tanto detrito em diversos pontos e apenas um morador ter mencionado o problema do lixo. Mas Saraiva *et al* (2013) afirmaram que tanto no bairro Alto da Penha quanto na Batateira ainda é possível evidenciar a queima e a dispersão do lixo a céu aberto.

Ferrari (2004) explicou que o lixo residencial é composto basicamente por vidros, cerâmicas, ossos, metais, papel e matéria orgânica, e dependendo do volume podem ser reciclados. Entretanto, em Crato, não há coleta de lixo seletivo e nem postos de reciclagem. Embora 84,12% dos domicílios tenham seus lixos coletados (CENSO DEMOGRÁFICO 2010 *apud* IPECE, 2013). Na primeira imagem da figura 3, Ricardo escolheu um ângulo para fotografar nos permitindo observar o tipo de resíduo descartado, a quantidade e o fato deste se encontrar em um terreno com declive acentuado. Tanto o vento quanto as águas das chuvas podem espalhar o lixo para as casas situadas na parte abaixo do terreno. Nas outras duas fotos, visualizamos cadeiras, aparelhos eletrônicos e telhas bem ao lado das residências. Esse descarte fora de locais adequados notoriamente é considerado evidência de pobreza. Mas esse tipo de ação é um péssimo hábito cultural, amplamente espalhado além dos bairros classificados como pobres e que faz com que os cuidados relativos ao lixo se limitem a evitar seu acúmulo dentro de residências e ambientes privados.

Enfim, os dois aspectos negativos (esgotos e lixo), levantados pelos moradores, nos remeteram aos escritos de Vitte, C. (2009) quando diz que indivíduos interagem com o mundo através das atividades cotidianas buscando a satisfação de suas necessidades e desejos. A percepção urbana, enquanto prática cultural, se apoia no uso urbano e na imagem física, isto acaba se constituindo como elemento representativo da qualidade de vida urbana. Daí nós assumimos que esses aspectos aparecem como indícios de ausência ou como redução na qualidade de vida do bairro. Independente de esta ser considerada ou não como sinônima de pobreza.

> Uma discussão sobre a qualidade de vida requer a consideração sobre a necessidade de se refundar um ‘novo’ diálogo com as novas racionalidade e razão na sociedade, reintegrando a natureza na cultura e no cotidiano das pessoas. Isso exige nova reflexão filosófica, estética, científica e, acima de tudo, política, com a (re)invenção .da cidadania (VITTE, A., 2009, p. 118).

### 5.2.2 Percepções sobre as pessoas da comunidade

Dentre os aspectos positivos mais citados pelos moradores e fotografados, temos o povo do Alto da Penha (figura 4). Algumas pessoas citadas se mostraram especiais para os moradores que os fotografaram por motivos distintos. Isolda retratou a senhora Valdelice (na parte superior esquerda do mosaico), entre dois outros moradores por ser sempre uma comerciante patrocinadora dos eventos culturais da comunidade. Nabuco retratou dois concidadãos admirados por ele. O cabelereiro que assumiu sua homossexualidade em uma época na qual os preconceitos e discriminações eram ainda maiores que hoje, sendo bem aceito. A outra retratada foi Dona Lil, artesã e rezadeira. Ela já apareceu muito na TV e tem o reconhecimento da secretaria municipal de cultura. Segundo Nabuco, ela diminuiu suas atividades porque além da idade avançada, se encontra doente. Outras pessoas foram fotografadas: o DJ Bulu, um jogador de futebol do bairro e uma senhora conhecedora de histórias sobre a vida de todo mundo.

Os laços sociais são interações importantes no apoio individual ou coletivo e estão presentes no cotidiano ajudando direta ou indiretamente. Podem mostrar o que une as pessoas e também definir os limites da rede de amizade. Isto é, aqueles que ficaram de fora, cujo comportamento se desaprova (PORTUGAL, 2006). Por isso, ao retratar pessoas, os moradores exaltaram o envolvimento com a comunidade, a honestidade e coragem de ser quem verdadeiramente é, a arte e religiosidade como sendo algumas qualidades dos retratados e, por isso, lhes inspiram respeito e admiração. Todos estavam em seus ambientes de ofícios: em frente ao seu estabelecimento comercial; no salão de beleza; fazendo artesanato, o fuxico, e próximo a um pequeno altar.

Quanto à admiração de Nabuco, sobre a atitude do cabelereiro em assumir sua sexualidade e passear de mãos dadas com o namorado, é compreensível porque vivemos em uma sociedade na qual, infelizmente, é comum a exclusão, constrangimentos e mesmo agressões físicas aos homossexuais no momento em que estes expõem sua identidade. Principalmente quando assumem posturas associadas ao feminino (BARRETO, 2009).

**Figura 4 – Mosaico fotográfico sobre as pessoas da comunidade**

Fotos: 1ª, Isolda; 2ª, 3ª e 4ª, Nabuco (registros da pesquisa empírica, 2014).

Ferrarini (2008) atentou para a fragilização dos laços sociais, dos vínculos afetivos, a não aceitação e desvalorização nos contextos sociais como dimensão social da pobreza. E nos perguntamos: onde está a pobreza social naqueles moradores que escolheram retratar pessoas comuns de seu bairro como exemplo do que há de bom? Em contextos de classe/nível social alto, as pessoas fotografadas seriam consideradas figuras ilustres pelos motivos citados? Até que ponto o contexto socioeconômico influencia a valorização ou não de determinadas pessoas? As liberdades individuais e capacidades ressaltadas por Amartya Sen são respeitadas em nossa sociedade? Com relação à visão de Rahnema e sua segunda afirmação sobre os vários significados do que era considerada pobreza ao longo dos tempos, não foi percebido o cair do nível de vida, a privação dos instrumentos de trabalho, a perda de ofícios e nem a exclusão comunitária. Logo, os exemplos perceptivos desta série de fotos não caracterizariam pobreza em nenhum dos olhares.

### 5.2.3 Percepções sobre a igreja/religiosidade

Este foi outro tema que também apareceu como sendo bom. Isso se deve não apenas pela fé das pessoas, mas também pelo papel desempenhado pelo padre Aurileudo frente a projetos sociais na comunidade, em especial aqueles referentes à Pastoral do Menor. No caso de Madalena, a igreja (no sentido de religião) lhe traz conforto espiritual e força para vencer os problemas familiares. Ela citou ser devota de Santa Terezinha, que já lhe concedeu algumas graças. Mencionou o convite feito por algumas pessoas para ela trocar de 'igreja', mas se recusou porque, assim como sua mãe, "está nela desde que nasceu". Suas imagens mostram a igreja do bairro em processo de reforma e a estátua do padre Cícero Romão Batista, considerado santo pelos seus devotos[22].

Recorremos aos estudos de Comte, Durkheim e Weber para entender a importância da temática na sociedade e qual sua possível ligação com nosso estudo. Para Comte (1798-1857) o papel central da religião era integrar o sistema social, consolidando e estabilizando a relação

[22] O mito do padre Cícero surgiu a partir de uma vigília de oração para a reversão das secas, da pobreza e das demandas coletivas não atendidas, no sertão de final do século XIX (ARAUJO, 2005), quando uma hóstia ministrada por ele converteu-se em sangue na boca de uma beata, em 1889 (CORDEIRO, 2011). "Objetivando a superação dos problemas, o padre Cícero aconselhava os indivíduos a orar e trabalhar, moldando-lhes práticas devocionais e econômicas. Dos aconselhamentos do padre Cícero baseados em princípios teológicos e filosóficos consolida-se uma concepção de desenvolvimento, pautada na utopia da prosperidade." Sua ação espraiou-se também para o campo político, onde após ser excluído da igreja romanizada tornou-se o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte (ARAUJO, 2005, p. 19). Anualmente, o referido município recebe cerca de um milhão e meio de visitantes em razão de romarias, apesar do Vaticano não ter canonizado o 'santo do povo' (CORDEIRO, 2011). E pode-se afirmar que a religiosidade é forte em toda a região do Cariri cearense, inclusive em Crato, local de nascimento do 'padim'.

homem-sociedade. Durkheim (1858-1917) considerou as crenças e práticas elementos culturalmente determinados de manter e de regular as relações, estabilizando as sociedades. A religião seria um fato social com o poder de coagir indivíduos e corresponderia a determinadas condições históricas; enquanto a igreja seria o espaço onde crenças e práticas religiosas se articulam, formando uma comunidade moral. Já Weber (1864-1920) lia a pluralidade de valores e de éticas competindo entre si, permitindo a cada pessoa escolher a combinação destas que mais supriria as melhores formas de viver no mundo (SIQUEIRA, 2008).

**Figura 5 – Mosaico fotográfico sobre o tema igreja/religiosidade**

Fotos: Madalena (registros da pesquisa empírica, 2014).

Pareceu-nos que essas teorias encontram sua correspondência com alguns fatos da realidade local, associada à forte presença de uma espiritualidade que, conforme Siqueira (2008) seria uma resposta a aspectos da vida, ao relacionamento com o sagrado ou com o transcendental, podendo ou não levar ao desenvolvimento de rituais religiosos e à formação de comunidades. Este aspecto nos permite observar os resquícios de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e perpassado pela sacralidade por baixo da visão quantitativa, do mecanicismo, da ideia de mundo extenso, ilimitado e dessacralizado imperante. Sem querer endeusar esse mundo resistente, ele nos parece fragilizado pela pouca consciência de si e enquanto potencial de alternativa ao paradigma dominante.

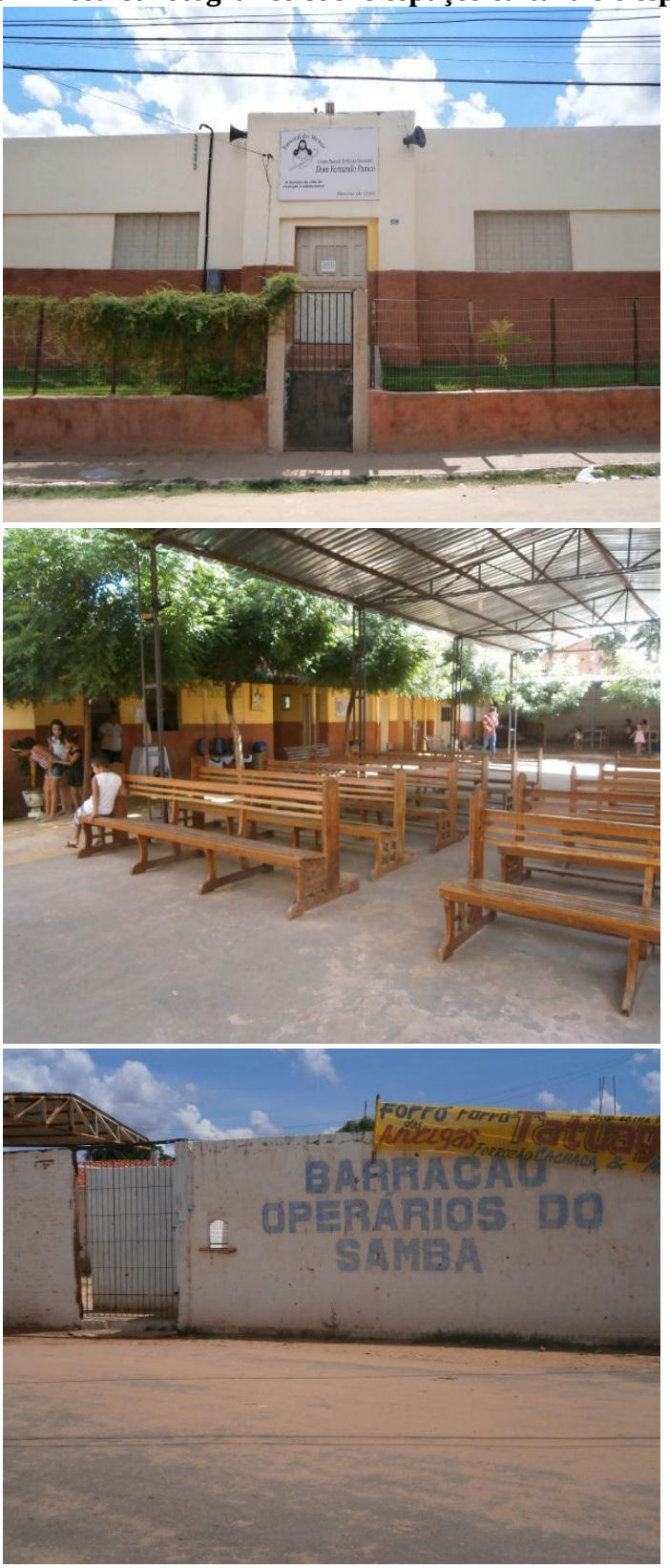
### 5.2.4 Percepções sobre os espaços culturais e esportivos

Temos na primeira e segunda foto da figura 6 a Pastoral do Menor. Segundo Isolda, é uma Organização Não Governamental apoiada pela diocese (cessão do prédio e pagamento do salário do padre responsável pelo projeto) e pela prefeitura (o pagamento dos servidores). São ofertados cursos de teatro, de dança, artesanato e há uma brinquedoteca para crianças. É ruim o fato de não atender adolescentes. Para ela, manter as crianças ocupadas e lhes proporcionar acesso a atividades culturais e lúdicas é um caminho para estas desenvolverem seus potenciais criativos e virem a se empoderar. Nabuco disse sentir muito orgulho em ter inserido plantas no jardim da Pastoral, um dos motivos porque tirou a primeira foto deste mosaico que mostra a fachada do prédio. Na terceira foto aparece o muro do barracão da escola de samba Operários do Samba. Para Nabuco o local foi um dia espaço importante, mas por estar inativo se caracteriza como aspecto negativo. Isolda também mencionou a restrição do espaço a eventos privados, e lembrou com carinho do empenho dos moradores em confeccionar suas fantasias, pagando muitas vezes um valor elevado por elas, e dos desfiles pelas ruas de Crato.

A última imagem do mosaico mostra o prédio do CRAS Alto da Penha (desocupado para uma reforma) e ao seu lado duas quadras esportivas: uma de vôlei de areia e outra de futebol (coberta). O aspecto positivo, citado por Isolda, foi a população ter construído o espaço para práticas esportivas, buscando apoio financeiro para colocar iluminação na quadra, possibilitando jogos noturnos. O aspecto negativo é que também ali se faz ponto de encontro para usuários de drogas, por estar desocupada grande parte do tempo. As drogas, aliás, estão entre os aspectos que mais a preocupam. A falta de oportunidade impulsiona muitos jovens a encontrem no tráfico, um meio aparentemente fácil de conseguir ‘melhorar seu padrão de vida’. E mesmo com os cursos ofertados pelo CRAS, muitos deles não vão acordar pela manhã dispostos a se dirigirem até onde estes são ministrados por ainda estarem drogados.

Acompanhando-a até onde esta foto foi feita, escutamos um breve diálogo entre ela e outro morador que falavam sobre aulas gratuitas, no bairro, para quem fosse participar de concursos. Reclamavam da falta de interesse de alguns jovens que, como falou o homem, “não querem fazer concurso”. No caso de ações civis para a juventude no Alto da Penha, Isolda comentou sobre algumas forças políticas do bairro ‘boicotarem’ trabalhos sem fins lucrativos realizados por ela, alegando um intento desta em se candidatar à vereadora. Ao invés de trabalharem em conjunto, visando o bem comum.

**Figura 6 – Mosaico fotográfico sobre espaços culturais e esportivos**



Fotos: 1ª e 3ª, Nabuco; 2ª e 4ª, Isolda (registros da pesquisa empírica, 2014).

As falas de Isolda e de Nabuco, sobre o barracão da escola de samba do bairro ser usado agora para eventos privados, nos remeteu a Reis (2006) quando esta ressaltou que, na sociedade do consumo, o lazer necessita de atividades econômicas para satisfazê-lo e modifica até a forma de uso de espaços antigos causando o estranhamento daqueles que vivenciaram experiências públicas naqueles locais. Haveria, portanto, do ponto de vista hegemônico, pobreza cultural relacionada ao acesso precário à contemplação e ao exercício da expressão de si através do lúdico e da arte. Assim como pobreza social (fragilização dos vínculos sociais e do sentimento de pertencimento ao bairro, representando-o em festas populares) e até pobreza política. A população já não se reúne para pensar no tema a ser desfilado pelas escolas de samba, não trabalha mais nas confecções das fantasias, expressando sua criatividade. Acabou impedida de desfrutar de um processo com potencial para o desenvolvimento crítico e de seus talentos.

Sobre o difundido uso de drogas refletimos as duas percepções dos moradores, registradas anteriormente, de que ‘a falta de oportunidade faz com que os jovens busquem as drogas’ e a de que ‘os jovens não querem se submeter a concursos públicos’. Há certo antagonismo. Falta comprometimento, projetos de médio e longo prazo? Ou o problema da juventude é querer conquistar o mundo da maneira mais fácil? Quais valores morais são apreendidos por essa juventude? Pensando sobre a descrição de pobreza humana enquanto dificuldade de ter projetos de vida, de sonhar e planejar um futuro melhor, pois a escolha de se submeter a concursos públicos notoriamente aparece como o melhor caminho para tal, mas supostamente não é a pretensão dos jovens desse bairro?

Cabral *et al*. (2010) escreveram sobre o fato de a juventude ser tratada como lugar do transitório entre a infância e as condições de adulto. Quando vista sob o viés econômico, se

coloca entre a dependência e a independência financeira. Mas sua experiência é heterogênea em relação à multiplicidade de histórias de vida e de contextos diferenciados e singulares. O anseio por visibilidade e valorização social também é fundante de um 'eu' que se atualiza no grito da alteridade e se esvai àqueles não detêm poder de consumo. E apesar da consciência juvenil do curto tempo de vida proporcionado pelo narcotráfico, este se mostra como possibilidade real e concreta de independência financeira e de sustento.

> Isto nos faz pensar, [...] frente à complexidade do tema – na expressão desse tipo de violência como quebra da *invisibilidade social*, que é uma constante no viver das juventudes de camadas mais populares. [...] Na sociedade brasileira, [...] não raro, o crime organizado é mais atuante que o poder público e ações civis responsáveis. Passar de sujeito invisível e emudecido a autor membro de uma facção criminosa reconhecida, a autoridade, real ou fictícia no âmbito influente do narcotráfico [...] é uma alternativa explicitamente atraente. [...] Talvez como forma de amenizar a percepção da realidade crua, com vistas a se resguardar à vivência do prazer imediato, que almeja, mesmo em sua fugacidade, uma visão de si um pouco mais ativa e potente (CABRAL *et al*., 2010, p. 124, *grifos do autor*).

É muito comum na nossa realidade, que projetos com potenciais transformadores sejam modificados ou pelas minorias com poder político-econômico, ou pelas agências de fomento. Isso reflete uma pobreza política e de percepção por parte dos indivíduos com prioridade em seus objetivos pessoais em detrimentos dos interesses comunitários (argumento de Isolda sobre os boicotes das forças políticas do bairro aos seus projetos comunitários), como também por parte da população ao desconhecer a injusta distribuição de riqueza e os artifícios usados para mantê-la. Mas existem muitas alternativas a essa baixa inserção comunitária em atividades políticas, como o esporte e a educação, aspectos percebidos e citados pelos moradores. A busca dos jovens pelas práticas esportivas, em particular, está relacionada com a saúde, a sociabilidade, com a necessidade de pertencer a um grupo, além de fazer novas amizades. São aspectos importantes no desenvolvimento psicológico, moral e ético de sujeitos em fase de formação de suas personalidades. E uma alternativa humanamente muito enriquecedora para contrapor àquela ensejada por quem envereda no narcotráfico.

### 5.2.5 Percepções sobre a escola e a biblioteca do bairro

Na figura 7 aparece a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Gonzaga Mota. Citada por Madalena como aspecto positivo no bairro, ela mencionou o projeto Mais Educação, pois este propicia a prática esportiva de seus três filhos. Todos gostam de futebol e de capoeira. Inclusive o filho mais velho já está ensinando outras crianças. Durante nossa conversa, percebemos o entusiasmo demonstrado por ela falar sobre seus filhos e o empenho destes em estudar e praticar esportes. Mas, um dos filhos discute com um professor porque

este último deseja a participação do menino em atividades que não são do interesse dele e, por essa razão, quer parar de frequentar tais aulas e jogar capoeira e futebol. “Que educação é essa?”, indagou Madalena.

**Figura 7 – Mosaico fotográfico sobre a escola e a biblioteca do bairro**

Fotos: Nabuco (registros da pesquisa empírica, 2014).

No momento em que Nabuco fotografava a escola, o pedreiro que pintava a fachada e aparece na imagem gritou que não postássemos fotos na rede social *Facebook*, dizendo que era uma obra do vereador do bairro, já que era a diretoria da escola quem pagava pelo serviço. Um morador desconhecido, ao ouvir tudo, falou mal do pedreiro em defesa do vereador, pois esse último “também pagava” pela obra. A outra foto deste mosaico mostra a biblioteca do bairro. Isto deveria ser um aspecto positivo foi citado mais pelo seu aspecto negativo: na maior parte do tempo fica fechada. Alegaram haver lá muitos livros bons, mas os funcionários da prefeitura não trabalham como deveriam e parecem não gostar quando chega gente porque eles têm que trabalhar. Se isso de fato acontece, nós não sabemos. Mas as percepções dos

moradores que citaram a biblioteca foram semelhantes. Isolda opinou sobre existir no bairro alguns poucos indivíduos com formação universitária, mas há muita gente com capacidade de administrar os órgãos públicos, geridos por pessoas de fora da comunidade e estas não estão tão envolvidas com a realidade local.

Escrever sobre a importância da educação e do bom acesso às informações não nos parece necessário. Por isso, queremos focar apenas na fala de Madalena sobre o projeto esportivo da escola de seus filhos. Ao mesmo tempo em que ressaltou a paixão dos adolescentes pela capoeira e o futebol, e o fato do primogênito ensinar outras crianças, ela foi enfática ao questionar a imposição feita por um professor sobre em qual projeto o garoto deveria se envolver. Posto isto, reproduzimos uma citação do Ministério do Esporte (2004, p.11 *apud* FLORENTINO e SALDANHA, 2007, p.3) afirmando que "uma prática excludente e seletiva, que impede crianças, adolescentes e jovens de serem livres e de desenvolverem sua autonomia e criticidade, contradiz os atributos educativos". A recusa do jovem, em aceitar a determinação do professor acreditando ser melhor para ele, nos mostra o cuidado consigo e a capacidade de perseguir seus próprios desejos – atentando para a definição de pobreza humana.

### 5.2.6 Percepções sobre o setor econômico comercial do bairro

Os moradores também fotografaram bares (onde estavam seus amigos), padarias, lojinhas, etc. Eles citaram como positivos os fatos de poderem conversar com amigos enquanto bebem umas cervejinhas e fazerem suas compras no próprio bairro (muitas vezes pagando apenas no mês seguinte). Na figura 8 temos exemplos do comércio: uma típica mercearia de bairro e uma casa onde são comercializados produtos usados.

Argumentação semelhante à dos moradores sobre sua percepção positiva do comércio de bairro já foi estudada por muitos pesquisadores. As conclusões são que isso se deve a maior proximidade da habitação e aos horários de funcionamento mais favoráveis, além da possibilidade de comprar fiado. Apesar de que, às vezes, os produtos não são diversificados e são mais caros do que nas áreas centrais (MURPHY, 1972 *apud* BEAUJEU-GARNIER, 2010). Nas formas economicistas de olhar as coisas, seriam percepções de pobreza. Contemplando por outra perspectiva, o aspecto preocupante seria o consumismo relacionado aos ideais difundidos socialmente e propagandeados pelos meios de comunicação de massa. "Para participarem da desregulamentada competição global, os bens, os serviços e sinais devem despertar desejo e, tão logo alcançarem isto, devem abrir espaço para outros objetos de

desejo, caso contrário o ciclo vicioso irá parar" (BAUMAN, 1998, p.86 *apud* REIS, 2006, p. 297).

**Figura 8 – Mosaico fotográfico sobre o comércio do bairro**

Fotos: Nabuco (registros da pesquisa empírica, 2014).

Mas esse tipo de comércio é uma parte importante de influência na vida local desaparecida em muitos lugares. Deve ser incentivado, principalmente, se pensarmos sobre o fato de que, para cada emprego gerado nas grandes redes de varejo são destruídos, em média, cinco empregos nos comércios de vizinhança[23]. Também vale lembrar aspectos sustentáveis pouco percebidos de realizar compras localmente: menos utilização de transporte rodoviário; cadeias de produção relativamente mais transparentes; menos dependência dos fluxos de capitais e das multinacionais; e até maior segurança (LATOUCHE, 2009).

[23] Dado referente à França, podendo ser percebido em igual ou em outras proporções pelo mundo.

### 5.2.7 Percepções sobre os espaços de habitação

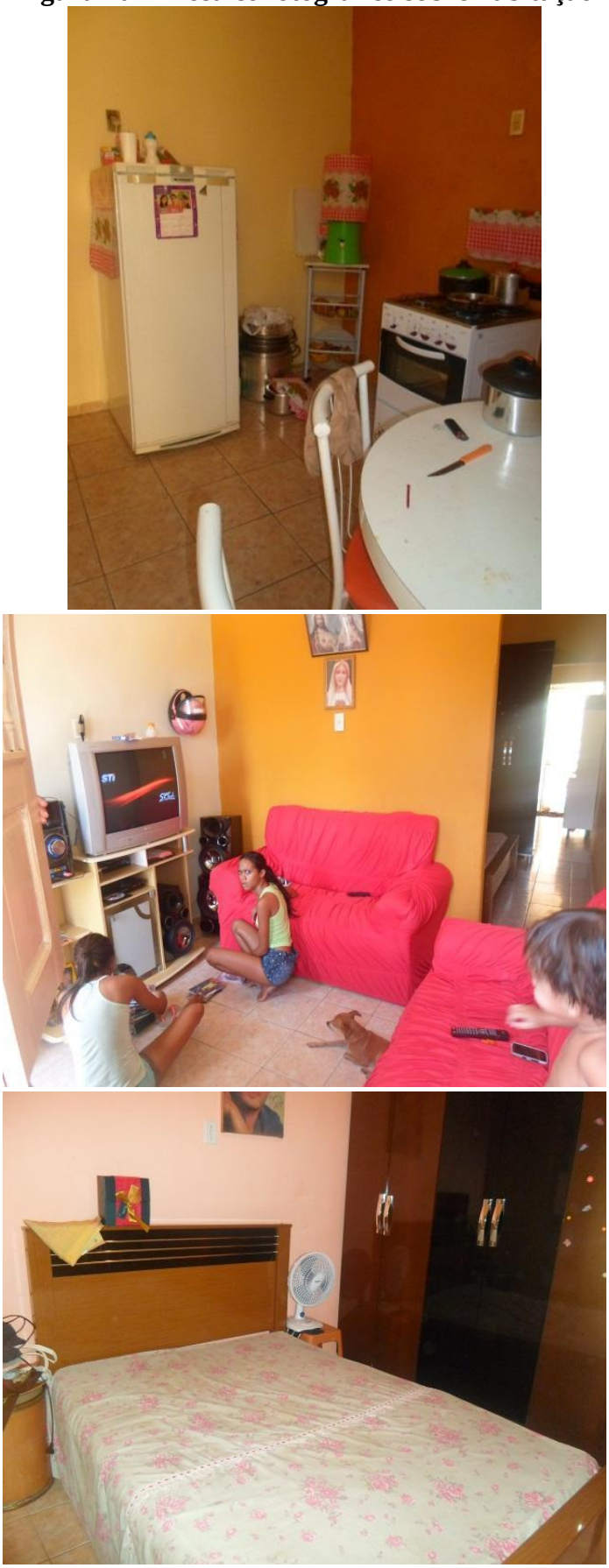
As figuras 9 e 10 mostram a habitação dos moradores Valentim e Açucena considerando seus lares como aspecto positivo do lugar onde vivem. Para analisar suas imagens nos inspiramos em pesquisa sobre percepção ambiental dos moradores de dois bairros paulistas realizada por Ferrara (1999), tratava do tema habitação como espaço heterogêneo, cujas representações fotográficas são divididas em dois blocos: aquela direta e imediata; e a indireta, produzida pela mediação de outros elementos lidos como signos do próprio tema proposto.

**Figura 9 – Fotografia do quintal de nosso sujeito-colaborador**

Foto: Valentim (registros da pesquisa empírica, 2014).

Valentim fotografou o seu quintal e depois pediu para que nós o retratássemos no local. De todos os cômodos de sua casa, escolheu mostrar o quintal onde fez a festa de aniversário de 15 anos de sua filha. Analisando esta imagem de forma imediata, perceberemos um quintal relativamente amplo, com um terreno mais elevado, alguns materiais de construção espalhados, cadeiras e mesa sob a sombra de uma árvore. E ainda um varal com pregadores de roupas. Muitas pessoas não achariam aquele o melhor local da casa para se fotografar. Partindo de olhares economicistas, os componentes da foto e a ‘bagunça’ mostrada ali seriam signos da pobreza. Mas a história por nós desconhecida, os sonhos, os esforços e as alegrias pela realização do aniversário da filha, estão presentes na memória e no orgulho de Valentim em ser fotografado ali. Foi um dos aspectos mais interessantes e emocionantes desse processo de pesquisa empírica: lidar com a percepção do não visível sendo mais forte para o morador-fotógrafo em comparação ao que está lá. Toda essa subjetividade mostra o valor dos laços afetivos para esse pai e a sua simplicidade aparente.

**Figura 10 – Mosaico fotográfico sobre habitação**



Fotos: Açucena (registros da pesquisa empírica, 2014).

Nas imagens da figura 10, Açucena escolheu dois espaços de convivência (a cozinha e a sala de visitas) e o seu quarto. Percebemos a limpeza da casa, o zelo, as paredes bem conservadas e coloridas, aspectos que donas de casas sempre têm orgulho de mostrar em seus lares e que, de certa forma, representam socialmente a identidade da mulher cuidadosa dos trabalhos domésticos e o faz bem. Também são os ambientes onde ela mais está presente e considera como sendo 'seu espaço de influência/poder'. Visualizamos a presença de membros da família, imagens religiosas, animal de estimação; e, na última foto, o quarto, ambiente mais íntimo compartilhado.

"A casa é o lugar do indivíduo no mundo, onde ele pode realizar sua intimidade e se proteger da violência. [...] é um 'grande berço', onde se realizam os valores da intimidade; é condição da existência humana, de seu corpo e de sua alma" (BACHELARD *apud* TEIXEIRA, 2003 *in* EGLER, 2006, p. 245). A habitação é uma extensão do corpo humano e permite sua reprodução biológica, e se refere a uma de suas condições como indivíduo (EGLER, 2006). Essas ponderações nos permitem entender a percepção de Açucena do seu lar como o que há de melhor no bairro. Lendo os signos da riqueza revelados nestas três últimas fotos, esse lar dificilmente seria classificado como pobre – provavelmente estaria na classe média – por causa da presença de bens de consumo duráveis modernos e da estrutura física da moradia. Arriscamo-nos a dizer que essa talvez seja um componente forte da percepção que a moradora quis nos transmitir.

### 5.2.8 Percepções sobre as fachadas das residências

Quanto a essas fotografias, embora os registros etnográficos sejam interessantíssimos e descritos na sequência, optamos por não mostrá-las devido algumas reflexões no momento em que escrevíamos estas narrativas. Primeiramente, os proprietários das residências não sabem que suas casas foram fotografadas e, por consequência, não nos deram suas autorizações para divulgar essas imagens. E, em segundo lugar, cabe relembrarmos o fato descrito no quarto capítulo sobre a polissemia da fotografia: o que é fotografado tem significados que a intenção documental do fotógrafo-morador pode anular. Embora essa polissemia esteja presente em todas as imagens mostradas, nosso cuidado especial com relação a esta série de imagens se deve ao fato de uma das casas fotografadas, a que o relato de uma colaboradora remete, pertencer a um traficante de drogas do bairro. Muitas percepções sobre essa imagem, em particular, são ativadas, mas trata-se de um risco que, por ventura, preferimos não correr.

As percepções dos colaboradores referentes a esta série de fotos se referiram as tintas ativas usadas para colorir as casas; uma bandeira do Brasil pintada no muro de uma delas (referente à torcida pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo da FIFA 2010); uma única casa com pavimento superior em uma rua onde todas as outras residências são térreas, chamando muito a atenção e lhe valendo o apelido de Castelo de *Grayskull*[24]; e um 'inocente' enfeite natalino pendurado numa porta ao final do mês de janeiro (na casa do traficante). Nessa última, percebe-se o quanto é diferente das moradias ao seu redor, superínfimas. E quando se acrescenta a informação da origem do rendimento do proprietário, torna-se inevitável os julgamentos de valores. Enfim, descobrimos que em determinada rua apenas uma moradora vive em residência alugada. Chamaram nossa atenção os símbolos do consumismo moderno banalizados em nossos olhares diários (como antenas parabólicas no teto de casas muito módicas e até de taipa, por exemplo) e o orgulho de, por mais modesta que seja a moradia, ela ser própria.

Durante nossas visitas ao Alto da Penha, inclusive aos finais de semana, entre os meses de janeiro a março de 2014, encontrávamos pessoas sentadas nas calçadas, conversando com os vizinhos, ouvindo música em alto volume. Outras estavam embriagadas. Havia crianças brincando em frente às suas casas com animais de estimação e algumas até pediram para serem fotografadas por um dos moradores. Enfim, um tipo de socialização mais intensa do que aquela verificada em bairros com população de renda mais elevada, enclausurada em seus próprios muros. Este aspecto, conforme citado no capítulo três, propicia a muitos moradores perceberem seu bairro positivamente, mesmo que não existam infraestrutura e recursos materiais disponíveis.

### 5.3 Discussões a partir das percepções de pobreza dos participantes da pesquisa

Para prosseguirmos com o objetivo de instigar novas percepções e re-conceituações sobre a pobreza urbana, voltamos ao Alto da Penha para conversarmos com os moradores-colaboradores indagando-os sobre o seu entendimento de pobreza. Transcrevemos suas falas, no quadro 6, para dialogarmos com as percepções narradas anteriormente e com os

[24] É um local das séries animadas, dos anos 1980, *He-Man* e *She-Ra*, onde mora a Feiticeira Zoar. Nós indagamos se o apelido tinha relação com algum tipo de 'poder' exercido pelo proprietário ou se era por considerarem um símbolo de ostentação. A resposta foi negativa, e devia-se ao suposto fato do povo ser criativo e achar a casa bonita.

referenciais escolhidos, de modo a avançarmos em nossa caminhada. Nessa etapa da pesquisa não encontramos Ricardo.

**Quadro 6 – Transcrição das falas de nossos sujeitos colaboradores sobre seus entendimentos de pobreza**

| Sujeitos | Falas |
|---|---|
| Isolda | "Pobreza, sob minha percepção, é sinônimo de insuficiência em qualquer aspecto (material, de informação, de cultura, econômica, espiritual). Insuficiência esta que venha tornar o indivíduo alheio aos recursos mínimos à sobrevivência física, social e/ou espiritual". |
| Açucena | "Pobreza é... que dentro da sua casa não tem o que comer... é... hoje não saber onde vou dormir. Posso passar por tudo, mas tenho onde dormir. Pobreza é isso. Não sou pobre e nem queria muito dinheiro. Hoje as coisas são mais fáceis. Pobreza de escravidão, num tem mais não". |
| Madalena | "Pobreza é não ter onde morar e se alimentar... é uma pessoa menos favorecida na sociedade. É não ter saneamento, nem casa própria". |
| Valentim | "Pobreza é não ter o alimento pra se alimentar. O pobre é o que não tem o alimento, o mais necessário". |
| Nabuco | "Pobreza... é ser pobre. ((silêncio)) É não ter nada". |

Fonte: Registros da pesquisa empírica (2014).

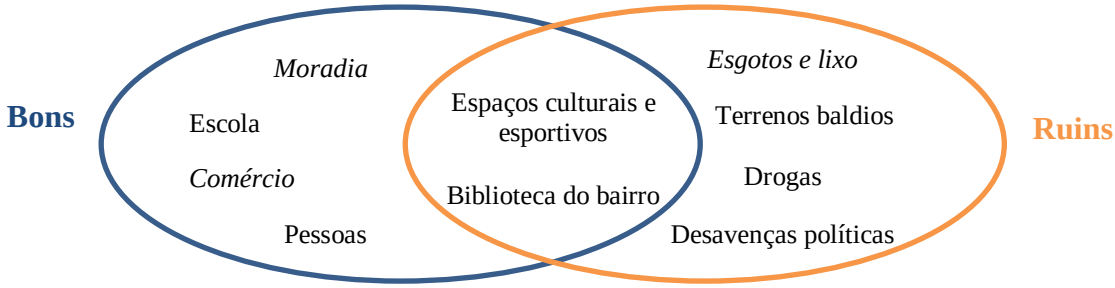
Como já suspeitávamos, o termo pobreza ativou na percepção dos moradores aspectos (objetivos) exclusivamente negativos. Na fala de Isolda, as necessidades objetivas e subjetivas do ser humano são mencionadas e dialogando com suas percepções do momento anterior, de desconhecimento do tema da pesquisa, pode-se inferir que ela apreenda pobreza no bairro onde vive, apesar das coisas boas existentes. No discurso de Açucena foram mencionadas às faltas de alimentos, de moradia e implicitamente de liberdade e direitos ("pobreza de escravidão"). Fez referência, de modo indireto, à mudança socioeconômica ocorrida em todo o Brasil de redução na quantidade de miseráveis e de pobres, possibilitada pelos programas de redistribuição de renda do governo federal e de facilidade de acesso ao crédito e ao consumo. Inclusive, dentro dessa mudança, podemos mencionar a melhora no padrão de vida visualizado no Alto da Penha nos últimos anos, mudando, em termos relativos, o status do bairro. Açucena também assumiu claramente não ser pobre – e, de certa forma, confirmou nossa suspeita de suas imagens para este estudo retratarem os símbolos de riquezas em seu lar, exaltando a importância dada ao seu espaço de moradia.

Aliás, moradia, alimentos e saneamentos foram aspectos destacados nas falas de Madalena e Valentim. Podem-se inferir suas percepções de ser o Alto da Penha um bairro onde há pobreza. Mas outros assuntos das narrativas imagéticas, tais como acesso à educação, espiritualidade/religiosidade e cultura não foram mencionados nesse momento. Em outras palavras, a ausência de coisas consideradas boas e a presença de certos aspectos ruins informados por eles mesmos não viria a constituir pobreza. A fala de Nabuco nos deixou com

indagações. Afinal, existiria pobreza no mundo, já que ser pobre é não ter nada (alimentos, moradia, afetos, educação, cultura, criatividade, espiritualidade, liberdades, capacidades, renda, etc.)? Existe alguém sem ter ou ser qualquer coisa?

Enfim, representamos na figura 11 o diagrama de Vinn com os aspectos bons e ruins mencionados pelos nossos colaboradores do Alto da Penha no momento de ocultação da temática da pesquisa. Excetuando a fala de Isolda (mais abrangente) e a de Nabuco (um tanto vaga), nas demais o assunto *falta de saneamento* e a ausência de *moradia* e *alimentação* (citada implicitamente em *comércio*) caracterizam pobreza. Os demais tópicos negativos do diagrama não são sinônimos dela.

**Figura 11 – Aspectos bons e ruins percebidos na fase de ocultação do tema pesquisado**




Fonte: Registro da pesquisa empírica (2014).

Estas respostas sobre o que é pobreza são comuns em nossa cultura e versam em manifestações do pensamento abissal em ação. Quando descrevemos as formas de bem-viver noutras tantas culturas ficamos, particularmente, com a sensação de não existir uma separação entre as designações ‘bom’ e ‘ruim’ no cotidiano e nos seres humanos, pois eles se complementam (o *Yin* e o *Yang*). Dão-se sentidos. Nas respostas de nossos colaboradores nos dois momentos da pesquisa (o de ocultação e o de revelação da temática), as percepções até se relacionam, mas nós ficamos com a sensação de separação explícita entre as qualificações. Há certo maniqueísmo, dicotomias. Tão logo o termo pobreza apareceu na conversa, a questão imperante foi a sobrevivência. É como se o lúdico, a magia, a educação, a inserção política fossem supérfluos ou artigos de luxo.

Se estas percepções se difundem pela sociedade, não é de admirar o pouco cuidado consigo e com todas as formas de vida, com o planeta. Também não é estranha a pouca participação política, a falta de criticidade diante de problemas sociais, culturais e educacionais. Se eu tenho comida, moradia e saneamento em minha residência, porque me preocuparei com o lixo jogado nas ruas? Ou me incomodarei com a privatização do espaço público onde, anos atrás, a comunidade se reunia para comemorar as festividades carnavalescas do bairro? Qual a minha preocupação com a ocupação dos meus vizinhos, traficantes?

## 6 AO INVÉS DE CONCLUSÕES, PRELÚDIO DE CONTINUAÇÕES [25]

É chegado o momento em que normalmente esperaríamos a 'resposta definitiva' ao problema da pesquisa e que pretensiosamente 'iluminaria' os caminhos de outros pesquisadores e quem mais fizesse uso dela. Felizmente descobrimos outros modos de fazer ciência, com as incompletudes, imperfeições e, principalmente, humildade de nunca mais dizer o que é melhor para os outros e qual a verdade dos fatos da vida. Inspirando-nos nas palavras de Souza (2010, p. 148, *grifos do autor*) ao final de sua tese de doutoramento, temos uma nova compreensão do significado destas últimas páginas. Disse ela que

> este é um momento delicado da escrita, um ponto que integra um espaço multidimensional, marcado pela impossibilidade de apresentação de todas as coordenadas. Desse modo, estas considerações finais são a da ordem do desejo de completude originada por aquilo que foi possível articular a partir das *experiências de si* e dos encontros com os textos e seus interlocutores.

Apresentar qualquer resposta contradiria todas as nossas argumentações ao longo desta caminhada. Por isso, queremos apenas destacar o que consideramos as maiores contribuições do nosso estudo. Saindo da 'caixa fechada' de nossas especialidades científicas, compreendemos as inadequações do paradigma dominante e o quanto era necessário percorrermos outros caminhos se quiséssemos contribuir para a construção de conhecimentos mais livres de preconceitos (e por isso mesmo mais leve e prazeroso), abrangentes, integradores. Por reconhecermos nossas limitações e para avançarmos nas discussões nós aproveitamos informações e percepções que antes seriam descartadas, por julgarmos inadequadas.

Descobrimos que estudos qualitativos são riquíssimos. Isto poderia parecer banal, mas não o é, especialmente para quem foi criada em uma tradição científica que prioriza estudos quantitativos por serem considerados mais rigorosos e complexos. Enquanto as análises qualitativas ficam em nível supostamente inferior. Ora, esta afirmação de maior rigor dos métodos quantitativos só se justifica a partir de escolhas centradas no paradigma hegemônico. Através da etnografia, nós fomos a campo para interagir com os sujeitos colaboradores, evitando quaisquer julgamentos prévios. Temos nossa 'carga de informação' a qual não deixou de nos acompanhar. Mas, naqueles momentos, ela ficou guardada para que pudéssemos receber de modo sensível às vivências que nos eram compartilhadas. E visualizamos até mais do que nos foi dito.

---

[25] Título das considerações finais do capítulo escrito por Giannella, V. É pra lá que eu vou: o processo de interiorização da universidade federal no Brasil e o desafio do diálogo entre visões de mundo. *In*: CAJAZEIRA, P. E. (org.). **Estudos sobre o desenvolvimento sustentável no semiárido.** Coleção Novos Mestres. Juazeiro do Norte: PRODER-UFCA e CAPES, 2013.

Pela abordagem fotográfica conseguimos dos nossos colaboradores uma participação de modo mais ativo na pesquisa. Além de assumirmos que esta abordagem simbolizou suas percepções, com a apresentação das fotos ficaram abertas as possibilidades de enxergar de fato o que foi ou não dito (algo que dados econométricos, estatísticos e matemáticos não permitem). Observamos a objetividade e a subjetividade das questões levantadas. Agregando a isto as informações dos perfis de cada morador, pudemos compreender um pouco das motivações de cada um. Se tivermos de resumir em uma frase o que sentimos após a experiência de trabalhar com estas metodologias de pesquisa, a resposta é: ficamos mais próximos do fato pesquisado e das pessoas cooperadoras, assim como do próprio leitor – já que escrevemos de forma pessoal.

Dos encontros com os textos e interlocutores sobre pobreza fomos além da visão economicista que a trata exclusivamente como sinônimo de baixa renda e das privações por ela originadas. Existem desde visões multidimensionais, buscando suprimir lacunas deixadas para trás, incorporando valores subjetivos onde dominavam apenas questões objetivas; até aquela que afirma a pobreza na contemporaneidade como fato ativamente produzido pelo processo socioeconômico e político impositor do modelo de desenvolvimento dominante. Temos, portanto, olhares que ainda rotulam pessoas e lugares e são apreendidos ‘de fora para dentro’ e olhares que nos apresentam outras perspectivas, se assim quisermos. Ao invés de contrapor essas ideias, acreditamos que integrá-las é o grande desafio.

A visão de Rahnema permite a conexão de olhares objetivistas (detectando e descrevendo seus efeitos) e subjetivistas (mais interessados em apontar para as causas). Ele admite que a pobreza só exista se as pessoas se considerarem pobres. E nós não podemos negar esse olhar já socialmente naturalizado. Mas, como todo advento cultural, pode ser modificado. Essa questão nos leva a um ponto crucial do trabalho, nomeadamente, o de *ir a campo sem informar os sujeitos sobre o tema da pesquisa*, permitindo colher dos nossos colaboradores percepções de coisas boas e ruins em seus espaços cotidianos e nos mostrando outros olhares sobre situações que, comumente, seriam signos das pobrezas (sim, dizemos isto no plural!).

A pobreza ‘tecnicamente construída’ foi naturalizada ao ponto de muitos nem perceberem sua presença nos mais diversos aspectos da vida humana. Pelas imagens apresentadas e percepções que compuseram as narrativas do quinto capítulo visualizamos muitas pobrezas, dependendo do referencial escolhido e da percepção de cada um: quadras de esportes vazias, biblioteca fechada, inadequação de oportunidades oferecidas, conflitos políticos, drogas, etc. Mas, considerando que tivemos falhas no contato com os moradores,

ainda assim foi possível perceber a positividade concreta daquelas pessoas e do bairro, principalmente ao fotografarem gente, seus lares, a escola, e citarem os projetos sociais e aspectos espirituais/religiosos. Não devemos esquecer que percepções são objetivas pela qualidade estimuladora das sensações e subjetivas por existirem na consciência de cada um.

As observações de Majid Rahnema, embora radicais, atentam para pontos considerados por nós cruciais: a desconstrução do entendimento de pobreza exclusivamente pela ótica da economização da vida; a existência de muitas concepções sobre esta temática, inclusive algumas trazidas nas abordagens multidimensionais; a necessidade de transformação radical de nosso estilo de vida e que muito se ajustam à busca por uma existência sustentável. E cabe aqui uma observação de Adriane Ferrarini após leitura de nosso estudo: "num mundo complexo e de consumo, entrar nele e sair são processos que se dão via consciência política, politização". E isso só acontecerá se começarmos a questionar nossas crenças e enxergar novas possibilidades, se empoderando, dando menos importância aos rótulos impostos e mais aos valores morais e potencialidades pessoais e locais. Ao trabalharmos com diferentes referenciais e formas de abordagem, conseguimos estimular 'o novo' sem ignorar 'o velho' já naturalizado. Isto é importante porque se desprezássemos a realidade tal qual está moldada seria muito difícil questionar e incitar quaisquer mudanças.

Todo esse processo foi desafiador tanto para os participantes quanto para nós. Eles tiveram que refletir sobre questões de seus cotidianos que nos pareceram nunca antes pensadas, como se fossem meros figurantes na história. Essa sensação é corrente em quase toda a sociedade, pois não há consciência de si e de sua responsabilidade. Para nós, os desafios envolveram as tensões em deixarmos parte tão importante da pesquisa 'nas mãos' de outrem e por não sabermos o que esperar. Sentimo-nos caminhando por um túnel escuro que nos levaria a algum lugar, só não sabíamos onde. Essa entrega nos proporcionou superação pessoal e maravilhosas descobertas com relação à riqueza de um trabalho empírico e às pessoas que conhecemos nesse processo e suas histórias. Desafios que poderiam ser problemas se tornaram alguns dos pontos fortes da pesquisa. Não ofertamos possibilidades que criariam respostas. E sim, ouvimos respostas que nos ofertaram possibilidades. E ainda como consequência destas interações pessoais e conceituais, percebemos muitos dos aspectos negativos, ressaltados pelos participantes, não serem exclusividade do bairro Alto da Penha, nem do município de Crato. O que nos instiga a um futuro estudo sobre a permanência de tais problemas urbanos em cidades médias.

Afirmamos isso porque, ao observarmos os dados secundários sobre o bairro e o município (expostos no capítulo quatro), juntamente com as percepções e fotografias dos

nossos colaboradores (no capítulo cinco) e ‘encaixando-as’ com os referenciais do capitulo dois, não saímos com as mesmas impressões de antes. O Crato, tradicionalmente, não é considerado um município pobre, embora alguns bairros o sejam. Mas, dependendo do referencial escolhido, essa resposta poderá mudar. Partindo do PIB relativamente alto, da consideração de cidade de médio porte, cujos IDH e IDM estão entre os melhores do estado, qualquer pesquisador se coloca na confortável posição de afirmar que a situação municipal é relativamente boa. Mas se considerarmos as concepções multidimensionais da pobreza, nós já não teremos o mesmo conforto. Enquanto no Alto da Penha as respostas apontam para a falta de políticas urbanas e/ou de pobreza, dependendo da escolha conceitual, os próprios dados estatísticos oficiais indicam a repetição da situação em praticamente todo o município.

Mas não se faz necessário recorrer a dados oficiais para verificar isto. Um simples passeio automotivo pelos bairros permite visualizar, nas paisagens urbanas, construções imobiliárias ilegais, esgotos a céu aberto, lixo espalhado (mesmo existindo lixeiras), descaso com o meio ambiente, queimadas. Quanto aos aspectos culturais, curiosamente o Crato é chamado de ‘capital da cultura’, mas: não temos salas de cinema; a frequência de espetáculos teatrais e musicais ofertados é relativamente escassa, em comparação com outros lugares do país, se limitando há alguns eventos sazonais; o museu municipal permanece a maior parte do tempo fechado; há poucas bibliotecas públicas. E o pior e mais claro exemplo de pobreza cultural e política: nas escolas não são estudadas a história local, por isso a população desconhece os principais acontecimentos históricos regionais com suas figuras marcantes, não sabem das principais atividades econômicas, não percebem o ‘curral eleitoral’ que aqui existe, e etc. Por fim, esperamos que nosso objetivo de contribuir para novas percepções sobre a pobreza, com a participação ativa de sujeitos normalmente excluídos do processo de construção do conhecimento, desperte as percepções dos leitores e instiguem novas caminhadas.

Como última contribuição para fechar este estudo, mas não para exaurir discussões sobre o tema, visualizamos muitas pobrezas existentes, não apenas na abrangência das definições objetivistas. Elas estão relacionadas com nossa pouca consciência sobre os fatos da vida, os fenômenos sociais e nossa própria existência. Depois de tanto estímulo perceptivo gerado pelos encontros e desencontros, resta-nos indagar como discutir o delicado e complexo conceito de pobreza no âmbito social, com pessoas comuns atuantes em seus bairros, com gestores sociais, políticos, estudantes, especialistas, donas de casa, quando se fazem necessárias discussões epistemológicas. Sim, tais discussões se restringem a determinados ambientes acadêmicos e ainda assim não são consensuais. Quanto mais pensar sobre elas fora

de ambientes institucionais mais propensos para tal realização. Descobrir a resposta para essa pergunta será um verdadeiro achado e o maior dos desafios, afinal quaisquer projetos futuros com esse intento necessitarão de muitos anos de erros e acertos e de senso comum a respaldar a busca de reorientação perceptiva imprescindíveis para mudarmos nossos hábitos insustentáveis e pouco conscientes de viver e que nos tornam pobres.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Etnografia comparada de pobrezas urbanas. *In*: **Novos estudos**. Situações periféricas. CEBRAP. 82, ano 2008. Pp. 109-130.

ARAUJO, M. de L. de. **A Cidade do padre Cícero**: trabalho e fé. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil do município de Crato – CE.** *In*: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/crato_ce> Ano de acesso: 2014

BARBOSA, A.; CUNHA, E. T. **Antropologia da imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BARRETO, R. C. V. A homossexualidade em foco: discutindo o padrão masculino dominante. *In*: **Democracia em Debate**: II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS. 2009.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 3ª ed. (Trad. de *Géographie urbaine* por Raquel S. de Brito). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BENTHIEN, R. F. Resenha de: RINGER, F. A Metodologia de Max Weber. A Unificação das Ciências Culturais e Sociais. São Paulo: Edusp, 2004. (Trad. Gilson C. de Souza). *In*: **Mana**. vol.11 nº 1. Rio de Janeiro, 2005.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BORGES, A. R. D. (org.). **Narrativas orais no Barro Vermelho**. 1ª ed. Crato, 2011. <http://issuu.com/anarosaborges/docs/livro> Acesso: 16/03/14.

BUARQUE, C. **A pobreza da riqueza**. <http://www.portalbrasil.net/reportagem_ cristovambuarque.htm> Acesso: 02/10/2013.

CABRAL, M. G.; WERNER, F.; ZANELLA, A. V. A sociedade da imagem e a imagem da sociedade: discursos visuais produzidos por jovens em contexto escolar. *In*: **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 4, Julio, 2010, pp.113-130.

CAMPOS, A. O. A despolitização do discurso da segregação frente às políticas de planejamento urbano na metrópole. *In*: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (org.) **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

CORDEIRO, M. P. J. O vivido, o recorrente e o construído: tramas de significação em contexto de romarias. *In*: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (De)Igualdades. Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2011.

CRAS. Centro de Referência de Assistência Social do Alto da Penha. **Diagnóstico social e coleta de dados**. 17 de março de 2014, Crato-CE.

CHAVES FILHO, M. M. F.; CHAVES, S. M. L. F. A ciência positivista: o mundo ordenado. *In*: **Iniciação científica Cesumar**, Maringá. Ago. Dez. 2000. Vol. 2. N. 2, pp.69-75.

DI VIRGILIO, M. M.; OTERO, M. P.; BONIOLO, P. **Pobreza urbana en América Latina y el Caribe.** 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2011.

EGLER, T. T. C. Espaço social na metrópole. *In*: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (org.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

EMENTA de Lei Nº 2.283/2005. **Organização territorial e novos limites para a zona urbana da Cidade de Crato**. Poder Legislativo. Câmara Municipal do Crato. Palácio José Valdevino de Brito. Plenário Paulo Bezerra.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTRELLA, A. C. Entre imagens e palavras: um exercício metodológico multidimensional. *In*: RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. (org.) **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. <www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/**Percepcao_ Ambiental**.pdf > Acesso em 2013.

FERRARA, L. D'A. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FERRARI, C. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal Editora, 2003.

FERRARINI, A. V. **Pobreza:** possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FIORI, J. L. Apresentação; Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. *In*: ____ (org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FLORENTINO, J.; SALDANHA, R. P. Esporte, educação e inclusão social: reflexões sobre a prática pedagógica em educação física. *In*: **Efdeportes.com** Revista digital. Año 12. nº 112. Buenos Aires, sept. 2007. <http://www.efdeportes.com/efd112/esporte-educacao-e-inclusao-social.htm>

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2007.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GIANNELLA, V. Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social**.** *In*: **II Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**: os desafios da formação em gestão social. Palmas, TO: ENAPEGS, 2008.

_____. É pra lá que eu vou: o processo de interiorização da universidade federal no Brasil e o desafio do diálogo entre visões de mundo. *In*: CAJAZEIRA, P. E. (org.). **Estudos sobre o desenvolvimento sustentável no semiárido.** Coleção Novos Mestres. Juazeiro do Norte: PRODER-UFCA e CAPES, 2013.

_____; BARON, D.; SOUSA, J. J. M. Pedagogia da criatividade: percursos de arte-educação no empoderamento de sujeitos para a gestão social integrativa. *In*: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. Belém, PA: ENAPEGS, 2013.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GURGEL, A. P. C. A formação e as transformações morfológicas da estrutura global como ponto de partida para a compreensão do centro histórico de Crato/CE. *In*: **I Seminário Internacional Urbicentros - Morte e Vida dos Centros Urbanos**. João Pessoa, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *In:* <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230420&idtema=125&search=ceara|crato|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011> Acesso em 2014.

ILLICH, I. Necessidades. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal 2013, Crato**. Fortaleza, 2013.

KLICK Educação. Jornal Educativo. **O método compreensivo de Weber**. *In:* <http://www.klickeducacao.com.br/conteudo/pagina/0,6313,POR-4632-40558-,00.html> Acesso em 2014.

JORGE, A. M. G. **Introdução à percepção**: entre os sentidos e o conhecimento. São Paulo: Paulus, 2011.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Trad. de Claudia Berliner de *Petit traité de la décroissance sereine*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEITE, I. C. Pobreza, representações, identidade e política social. *In*: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Mundialização e estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2005.

LUMMIS, C. D. Igualdade. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. *In*: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n.32, pp. 129-156, jul./dez. 2009.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Trad. de Regis Barvosa e Flávio R. Kothe de *Value, price and profit; Das kapital – kritik der politischen ökonomie*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MASCARÓ, J. L. **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. Porto Alegre, RS: Masquatro Editora, 2010.

MATTAR, J. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Texto para discussão nº 281. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

PORTUGAL, S. **Novas famílias, modos antigos**. As redes sociais na produção de bem-estar. Tese (doutoramento em Sociologia das desigualdades sociais e da reprodução social). Universidade de Coimbra. Coimbra: FE-UC, 2006.

RAHNEMA, M. Pobreza. *In*: SACHS, W. (org.) **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RAY, D. **Economía del desarrollo**. Traducción de la obra *Development Economics* de Maria Esther Rabasco. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 1998.

REIS, C. B. Os novos lugares de lazer da metrópole do Rio de Janeiro. *In*: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (org.) **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano. O novo economicismo. *In*: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2009.

RODRIGUES, M. L. Metodologia multidimensional em ciências humanas: um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. *In*: ____; LIMENA, M. M. C. (org.). **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

RUÍ, M. C. da. **A sociologia compreensiva de Weber e a sua relação com o Direito**. *In*: <http://www.webartigos.com/artigos/a-sociologia-compreensiva-de-weber-e-a-sua-relacao-com-o-direito/60331/> Março de 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, W. Introdução. *In*: ____. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. 1ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Iluminuras, 2012.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Edições Afrontamento: Porto, 1988.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Out., 2002, pp.237-280.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; MENESES, M. P. Introdução. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, L. L. **De Vitrúvio a Freud**: Cidade, arquitetura, subjetividade. Tese (doutorado em Arquitetura). Universidade do Porto: Porto, 2004.

SANTOS, M. As formas da pobreza e da dívida social. *In*: **III Semana Social Brasileira.** Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática. Brasília, DF: abril de 1999.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAIVA, A. R. B.; COSTA, C. T. F.; LIMA, M. G. S.; LOPES, M. S. V. Doenças de veiculação hídrica – perfil sociodemográfico das famílias atendidas pelas equipes de saúde da família. *In*: CAJAZEIRA, P. E. (org.) **Estudos sobre o desenvolvimento sustentável no semiárido**. Coleção Novos Mestres. Juazeiro do Norte: PRODER-UFCA e CAPES, 2013.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo**: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista: 1950-2005. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de *Development as freedom* por Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHORT, M. **Contexto e narrativa em fotografia**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

SIBEC. Sistema de Benefícios ao Cidadão. **Beneficiários do Bolsa Família em Crato - CE, em Outubro de 2014**. *In:* <https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp> Acesso em 2014.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. (org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIQUEIRA, D. O labirinto religioso ocidental. Da religião à espiritualidade. Do institucional ao não convencional. *In*: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.23, n.12, p.425-462. 2008.

SOUSA, D. **Histórico do Crato**. Publicado em 08/01/2012. <http://pt.scribd.com/doc/77575682/Historico-Do-Crato>.

SOUZA, F. L. M. **Qualificar, capacitar, habilitar:** a educação e a produção de sujeitos outros, no Ceará do século XX (1987-2007). Tese (doutoramento em Educação, área de concentração em História da educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SOUZA, L. E. S. **Elementos de demografia econômica**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, R. O. de. Desenvolvimento urbano sustentável? Reflexões a partir do paradigma pós-positivista. *In*: **III Colóquio de Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento.** Universidade Regional do Cariri, Crato, CE. 2013.

SPICKER, P. Definiciones de pobreza: doce grupos de significados. *In*: SPICKER, P.; LEGUIZAMÓN, S. A.; GORDON, D. **Pobreza:** Un glosario internacional. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2009.

_____; LEGUIZAMÓN, S. A.; GORDON, D. **Pobreza:** Un glosario internacional. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2009.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sócio espaciais. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

TRAGTENBERG, M. Apresentação. *In*: WEBER, M. **Textos selecionados**. Coleção Os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. <http://www.google.com.br/search?hl =pt-BR&q=www.fatorbrasis.org%2Farquivos%2FPaulo_Freire&btnG=Pesquisar&meta= lr%3Dlang_pt> Acesso: 18/02/2014.

VEIGA, D. Sociedades e territórios fragmentados: desafios para a agenda social e política. *In*: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (org.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

VITTE, A. C. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. *In*: VITTE, C. C. S; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

VITTE, C. C. S. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. *In*: VITTE, C. C. S; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.